

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Programa de Pós-Graduação em Educação

Fred Junior Costa Alfaia

**A PRÁXIS DOS TRABALHADORES DA COOPERATIVA AGRÍCOLA
RESISTÊNCIA TOCANTINA EM CAMETÁ/PA.**

BELÉM
2012

Fred Junior Costa Alfaia

**A PRÁXIS DOS TRABALHADORES DA COOPERATIVA AGRÍCOLA
RESISTÊNCIA TOCANTINA EM CAMETÁ/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Dr. Gilmar Pereira da Silva.

BELÉM
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –

Biblioteca Prof.^a Elcy Rodrigues Lacerda / Instituto de Ciências da Educação / UFPA, Belém-PA

Alfaia, Fred Junior Costa.

A Práxis dos trabalhadores da Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina em Cametá/Pará. – 2012.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.

1. Trabalhadores rurais – Cametá (PA). 2. Dialética. 3. Cooperativismo – Cametá (PA). I. Título.

CDD - 22. ed.: 335.411098115

Fred Junior Costa Alfaia

**A PRÁXIS DOS TRABALHADORES DA COOPERATIVA AGRÍCOLA
RESISTÊNCIA TOCANTINA EM CAMETÁ/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Prof.º Dr. Gilmar Pereira da Silva (orientador) – UFPA

Prof.º Dr. Fernando Fidalgo – UFMG

Prof. Dr.ª Olgaíses Cabral Maués – UFPA

Prof.º Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araújo – UFPA

Belém, 12 de abril de 2012.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda sabedoria, o qual me concedeu a oportunidade de cursar o mestrado, guardando e protegendo a minha vida e conduzindo-me nos estudos. Reconheço que é digno de toda honra e glória.

A minha família, primeiramente os meus pais Miguel Marques Alfaia e Jesus de Nazaré da Costa Alfaia, os quais sempre me apoiaram nos estudos desde a educação básica até o ensino superior. Trabalharam incansavelmente para custear uma formação de qualidade a mim e a minha irmã Fabricia Jane Costa Alfaia. A quem quero também agradecer pelos incentivos e companheirismo em todos os momentos da minha vida. E a minha sobrinha Fabiele Alfaia Rodrigues com seus cinco anos de idade me ensinou que a ludicidade e o afeto podem nos ajudar a crescer como seres humanos.

A minha companheira afetiva e amiga Maria Rosivana Nogueira da Silva, a qual nunca deixou que a solidão atrapalhasse minha concentração nos estudos.

A meu orientador Prof.^o Dr. Gilmar Pereira da Silva, a quem considero como um pai intelectual, protetor, cuidadoso, atencioso e carismático. Com ele pude aprender a reconhecer as necessidades dos outros, a perceber os limites humanos e acreditar no potencial das pessoas. Para mim é um exemplo de educador e pessoa.

Ao Prof.^o Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues por aceitar o convite em participar da banca de qualificação, dando suas contribuições para o desenvolvimento deste trabalho. Com ele aprendi a ser persistente e corajoso.

Ao Prof.^o Dr. Ronaldo Marcos de Araújo Lima por aceitar o convite da banca de qualificação e defesa desta dissertação. Com ele aprendi a ter disciplina e compromisso com os estudos.

Ao Prof.^o Dr. Fernando Fidalgo por aceitar o convite para a qualificação e defesa deste trabalho. Suas orientações e elogios foram importantes para a finalização deste estudo.

A Prof.^a Dr.^a Olgaíses Cabral Maués por aceitar o convite para fazer parte da banca examinadora.

Ao Prof.^o Dr. Raimundo Nonato de Oliveira Falabelo por também ter contribuído na minha formação acadêmica e, sobretudo, nos estudos a respeito da psicologia da aprendizagem.

A todos os meus professores do Instituto de Ciências da Educação vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, os quais sem dúvida nenhuma contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. E também a todos os meus colegas do curso de mestrado que se dedicaram na leitura da minha proposta de dissertação dando-me conselhos importantíssimos para a formatação do meu objeto de estudo.

Ao programa de Pós-Graduação por ceder uma bolsa de estudos da CAPES, sem a qual não seria possível cursar e concluir meus estudos na cidade de Belém do Pará.

Aos entrevistados da Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina de Cametá/PA que se dispuseram a nos oferecer informações de uma parte de sua história. Agradeço pela atenção nos dada e pelo empenho em nos fornecer dentro do possível um conteúdo verdadeiro e coeso da organização coletiva a qual fazem parte.

Por fim quero agradecer aos meus avôs, tios e tias, primos e primas pelo apoio fraternal que sempre me deram ao longo desses dois anos de estudo. Isso tudo reafirma, mais uma vez, que em qualquer instância da vida a fé natural e sobrenatural e as pessoas são importantes para o nosso crescimento pessoal. Deixo aqui minha eterna gratidão a todos vocês que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação acadêmica e como pessoa. Obrigado.

[...] a transformação real, efetiva, exige que o objeto seja forçado ou violentado, pois só assim suas possibilidades intrínsecas de transformação podem realizar-se. Mas essas possibilidades só existem como tais para o sujeito da práxis, e se realizam apenas mediante sua atividade real ou objetiva (Vázquez, 2007).

RESUMO

O presente trabalho teve como objeto de estudo a práxis dos trabalhadores da Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina/CART. Dessa forma, buscou-se responder as seguintes questões: de que forma a cooperativa, como realidade objetiva, apresenta-se ao trabalhador como elemento da contradição, ou seja, como a objetividade criada pelos trabalhadores forja a práxis dos trabalhadores? De que forma a objetividade criada se relaciona com a estrutura econômica e superestrutura política e ideológica? E como essa relação reflete na práxis do trabalhador organizado na CART? Com isso, objetivou-se analisar a dinâmica da formação social do trabalhador, tomando por base a categoria da práxis. A metodologia ocorreu a partir da revisão bibliográfica e entrevista semi-estruturada, tendo como método de análise o materialismo histórico-dialético. A pesquisa chegou às seguintes conclusões: A práxis dos trabalhadores no interior da cooperativa forja-se a partir das diversas situações vividas pelo coletivo, seja de natureza econômica, política, técnica, ou científica; Os interesses externos (do capital) se materializam na CART pelo condicionamento da formação empreendida pelas ONGs, as quais fornecem uma formação restrita ao processo produtivo (assistência técnica e comercial); Ocorre também pelo condicionamento do planejamento anual da CART que obedece às exigências das parceiras comerciais (qualidade e quantidade e o tipo de produto que irá fornecer). Esse fato contribui para o desenvolvimento e reprodução da práxis utilitária, a qual se caracteriza por não proporcionar ao homem a compreensão das coisas e da realidade. No entanto, a práxis utilitária, no percurso histórico, produz objetivamente a sua contradição. Isso, porque, ela não se constitui simplesmente como um saber prático, mas se sustenta pela realização concreta; o que a torna elemento das relações econômicas e sociais. Assim, ela oportuniza ao trabalhador/associado um “novo” movimento dialético. Possibilitando, pela atividade cognoscitiva do sujeito, a apreensão da contradição a partir dessa realidade concreta; o que poderá refletir na qualidade da elaboração, ainda que no plano ideal, da atividade teleológica, caracterizada pela exigência prática. Esse processo denomina-se como: a dialética da práxis.

Palavras-Chave: Práxis dos trabalhadores. Dialética. Cooperativismo.

ABSTRACT

This present work had the objective the study of the theory and practice of workers agricultural cooperative resistance "Tocantina"/ CART. Thus sought answer the follows questions. How to engineer with the real reality as a dialectical element ,in other words, how the reality maked for the workers forge the theory and practice of this workers? that form the objective engeneered is relationed with the structure economic, political and ideological? And with this relation reflects with the theory and practice of this worker organized in the CART? With this sought to explain the dynamic of the social formation, using the comprehension of category of the theory and practice. The methodology was made with the bibliographic revision, interview semi structured and method of analysis of materialism historical dialectical. That form the research met the follow conclusions: the theory and practice of the workers, the inside of the cooperative forge with the real conditions of life in the comunity, the nature economic, politic, technical and cientical; The outside interests (the capital) are materialized in CART by conditioning training undertaken by ONGs, which provide training restricted to the production process (technical and commercial) is also conditioning the CART's annual plan that meets the requirements of partner commercial (quality and quantity and type of product that will provide). This contributes to the development and reproduction of utilitarian praxis which is characterized by not giving the man the understanding of things and reality. However, the utilitarian praxis the historical path produces objectively its contradiction. This is because it is not simply as a practical knowledge, but is supported by its concrete realization, this in turn becomes an element of economic relations and giving opportunities to the worker members / associate a "new" dialectical movement that will enable the activity cognitive subject's apprehension of contradiction from this reality, which may reflect the quality of development, although the ideal plan, teleological activity which is characterized by the practical requirement. This process is known as the dialectic of praxis.

Key-words: Theory and Practice of the Workers. Dialectic. Cooperativism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E OS FENÔMENOS SOCIAIS.....	19
2.1 AS LEIS DO MATERIALISMO DIALÉTICO.....	21
2.2 DA APARÊNCIA À ESSÊNCIA DO FENÔMENO SOCIAL.....	24
3 A FORMAÇÃO SOCIAL HUMANA E A ATIVIDADE CONSCIENTE OBJETIVA.....	28
3.1 FORMAÇÃO SOCIAL HUMANA E O MOVIMENTO DE INTERNALIZAÇÃO.....	29
3.1.1 Ação Consciente e a Elaboração Conceitual.....	33
3.1.2 A Evolução do Processo de Aprendizagem.....	34
3.2 A CONSCIÊNCIA COMUM E A AÇÃO LIMITADA.....	36
3.3 OS LIMITES DO MEIO EXTERNO E A ATIVIDADE CONSCIENTE OBJETIVA.....	41
4 EDUCAÇÃO FORMAL E IDEOLOGIA.....	49
4.1 A FINALIDADE DA EDUCAÇÃO FORMAL.....	51
4.2 A NEGAÇÃO COMO PROPRIEDADE INTRÍNSECA DA EDUCAÇÃO.....	55
5 TRABALHO E EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA MARXISTA.....	60
5.1 TRABALHO – EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA.....	60
5.1.1 A Força de Trabalho.....	63
5.2 TRABALHO – EDUCAÇÃO SUBSUMIDO AO CAPITAL.....	66
5.2.1 O Trabalho e a Subsunção Formal e Real.....	71
5.2.2 Trabalho e as Transformações Tecnológicas.....	73
5.2.3 A Qualificação como Condição para o Trabalho.....	79
6 A FORMAÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES NA COOPERATIVA AGRÍCOLA RESISTÊNCIA TOCANTINA – CART.....	82
6.1 A HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO.....	82
6.2 A COOPERATIVA AGRÍCOLA RESISTÊNCIA TOCANTINA.....	88
6.2.1 As Práticas de Comercialização dos Associados.....	92
6.2.2 A Formação dos Agricultores da CART.....	103
6.2.3 O Significado da Cooperativa para os Trabalhadores Associados.....	108

6.2.4	A Participação Política dos Associados.....	113
6.2.5	Os Principais Problemas da CART.....	115
6.2.6	As Expectativas dos Trabalhadores e os Rumos da CART.....	124
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
	REFERÊNCIAS.....	131
	APÊNDICES.....	135

1 INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista, historicamente, reflete a exploração do trabalho humano e a acumulação de capital, os quais numa sociedade de classes se consubstanciam na relação trabalho e capital. Os trabalhadores, por não possuírem os meios de produção, acabam submetendo sua força de trabalho a algum tipo de organização capitalista; em troca de um salário ou qualquer forma pecuniária, o qual garantirá suas condições de sobrevivência. Neste contexto, o cooperativismo se destaca como uma forma de organização do trabalho que proporciona aos associados a inserção na relação de produção e conseqüentemente aos domínios do referido sistema econômico.

Para Pires et al. (2004) um dos fatores que contribuíram para o avanço da prática do cooperativismo no Brasil foi o *crescimento do desemprego estrutural, estimulando a proliferação de organizações da economia solidária* (p. 90). As atividades de cooperação são tão diversas que a Organização das Cooperativas Brasileira (O.C.B.) as classifica em 13 ramos (agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infra-estrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, turismo e lazer). Até 2010, o número de cooperativas no país era de 6.652 (seis mil seiscentos e cinquenta e dois) com 9.016.527 (nove milhões, dezesseis mil, quinhentos e vinte e sete) associados, tendo um total de 298.182 (duzentos e noventa e oito mil, cento e oitenta e dois) empregados. No estado do Pará, os números apontam 276 cooperativas registradas na OCB, com 45.959 (quarenta e cinco mil, novecentos e cinqüenta e nove) associados e 1.694 (um mil, seiscentos e noventa e quatro) empregados¹. Esses dados confirmam o cooperativismo como instrumento de reinserção da força de trabalho na relação de produção.

De certa forma, os dados demonstram que o cooperativismo, numa formação social capitalista, constitui-se como uma alternativa às questões sociais e econômicas dos trabalhadores, e isso tem impulsionado a criação de cooperativas de diversos ramos em todos os estados do Brasil. Esta iniciativa destaca-se por gerar emprego, renda e elevar o nível de vida da população (PINHO, 1965). Além de

¹ Dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Disponível em:< http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/numeros_do_cooperativismo_2010.pdf>. Acesso em 23 jan. 2012.

mobilizar o sistema econômico a partir do fornecimento de matérias primas e serviços a baixo custo (DEESE, 2011). Dessa maneira, a necessidade de se estudar o cooperativismo se revela a partir da compreensão de que este tipo de organização não se constitui apenas como instrumento econômico de uma determinada classe, todavia se entende que este pode ser concebido, também, como um espaço em que ocorre dialeticamente a formação social dos trabalhadores/associados, tendo como dinâmica principal a relação de produção.

Com esse intento realizou-se uma pesquisa na Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina (CART) criada em 1995 com intuito de desenvolver a atividade comercial dos pequenos agricultores cametaenses. Na ocasião, os trabalhadores que viviam do monocultivo da mandioca receberam recursos financeiros vindos do Fundo Constitucional do Norte – FNO – e passaram a produzir muruci, coco, acerola, cupuaçu e outras frutíferas, e precisando vender essa produção, pois o mercado local não consumia a quantidade produzida, cerca de 50 trabalhadores se organizaram para formar essa cooperativa com o intuito de comercializar externamente a produção. Atualmente, a CART conta com 120 associados e a principal atividade da cooperativa é a venda de sementes oleaginosas.

Assim, este estudo justifica-se pela necessidade de compreensão da CART não como empreendimento econômico, mas como estrutura objetiva que proporciona a formação social dos trabalhadores. Sendo assim, a análise da formação social do trabalhador está ancorada na compreensão da categoria Práxis, entendida por Vázquez (2007) como a unidade entre a atividade cognoscitiva e teleológica. A ação do homem na sociedade não se dá somente pela forma ideal, todavia se constitui, também, pela ação prática concreta, na qual o homem tem o poder de transformar a natureza e adaptá-la as suas necessidades. Em outras palavras, somente com a ação do pensamento o homem não conseguiria produzir sua existência, haja vista que é pela relação entre o momento ideal e a ação prática que consegue intervir na realidade concreta. É neste sentido que se concebe a criação da cooperativa como resultado da Práxis, a qual expõe os trabalhadores/associados na relação de produção, com isso possibilitando o movimento dialético da práxis dos trabalhadores a partir da atividade desenvolvida no contexto da cooperativa.

A partir da concepção de que a cooperativa (CART) é a realização objetiva dos trabalhadores, resultado daquilo que estava prefigurado idealmente na consciência coletiva, pergunta-se: De que forma a cooperativa, como realidade objetiva, apresenta-se ao trabalhador como elemento da contradição, ou seja, como a objetividade criada pelos trabalhadores forja a Práxis dos trabalhadores? De que forma a objetividade criada se relaciona com a estrutura econômica e superestrutura política e ideológica? E como essa relação reflete na práxis do trabalhador organizado na cooperativa CART?

O objetivo desse trabalho é analisar a dinâmica da formação social do trabalhador no contexto da Cooperativa Agroextrativista Resistência Tocantina, tomando como base de compreensão da ação do trabalhador: a categoria Práxis. Neste sentido, busca-se apreender as influências da realidade objetiva (estrutura econômica e superestrutura política e ideológica) sobre a particularidade criada (CART) e os efeitos que isso pode provocar à práxis do trabalhador.

A metodologia foi dividida em duas etapas: a primeira refere-se à pesquisa bibliográfica consistindo no estudo teórico do materialismo histórico-dialético (KOSIK, 1976; LEFEBVRE, 1995; TRIVINÕS, 1987); na concepção de trabalho em Marx (1996a; 1996b); na concepção de dialética de Konder (s/d); na concepção da práxis em Vázquez (2007); no estudo a respeito da formação social humana em Vygotsky (1998a; 1998b); na concepção da dialética da educação em Saviani (1986), Severino (1986); na concepção de Estado capitalista em Poulantzas (1986). Referências essas que fundamentam a presente pesquisa.

A segunda etapa ocorreu na Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina - CART, localizada no município de Cametá, estado do Pará, na qual se buscou, por meio de entrevistas, conhecer o processo de desenvolvimento da práxis dos trabalhadores no interior da cooperativa. Para analisar a Práxis dos trabalhadores, as entrevistas seguiram um roteiro elaborado a partir das dimensões da atividade cognoscitiva e teleológica segundo Vázquez (2007).

Pela dimensão da atividade cognoscitiva buscou-se conhecer: os motivos que levaram a criação da cooperativa em Cametá; a leitura de mundo que os trabalhadores associados fizeram a respeito da economia local e suas necessidades materiais de existência; a percepção do valor político, econômico e ideológico do cooperativismo para os associados; de que maneira os associados estão

compreendendo a atual relação da cooperativa com a questão econômica e política local, nacional ou até mesmo internacional.

Pela dimensão da atividade teleológica pretendeu-se apreender o pensado nas realizações objetivas (as criações materiais ou as ações concretas realizadas pelos trabalhadores). Isto vai desde as ações internas realizadas pelos cooperados quanto às realizações externas a cooperativa, envolvendo as relações sociais e produtivas dos cooperados.

Diante dessas duas dimensões da práxis é que o roteiro de pesquisa foi elaborado contendo cinco eixos norteadores: 1) a história da cooperativa; 2) formação dos associados; 3) aspectos econômicos; 4) aspectos políticos; 5) aspectos ideológicos. A partir destes foi elaborado 74 questões distribuídas assimetricamente em cada eixo. A pretensão era desenvolver questões que auxiliassem na apreensão do percurso histórico da práxis dos trabalhadores no contexto do cooperativismo.

Essas questões auxiliaram na execução da entrevista semi-estruturada, pois segundo Pádua (2000):

O pesquisador organiza um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal (p. 67).

Por possibilitar um diálogo mais aberto, dando liberdade e tempo para os entrevistados exporem suas idéias, a entrevista semi-estruturada foi escolhida como instrumento de coleta de dados. Para tanto, foram entrevistados cinco associados ativos e inativos, sendo que três deles são associados inativos e fizeram parte do grupo que criou a cooperativa, suas identidades estão codificadas e apareceram no corpo do texto como sujeito A; sujeito B; sujeito C. Os outros dois por serem dirigentes seus nomes somente serão revelados com autorização por escrito de cada um deles.

A análise dos dados coletados está estribada no materialismo histórico dialético. Para analisar como se desenvolve dialética e historicamente a práxis a partir da realidade objetiva dos trabalhadores/associados da CART, classificou-se os dados em fatos imediatos e mediatos (LEFEBVRE, 1995; KOSIK, 1976). Os imediatos foram descritos no texto na forma da atividade cotidiana dos cooperados

na cooperativa. Assim ele aparece nas suas afirmações e negações a respeito da realidade comercial, da participação democrática e na formação dos associados no interior da cooperativa. São entendidos como fatos imediatos, pois se apresentam de forma imediata a realidade objetiva dos trabalhadores/associados e dão a impressão de que na cooperativa os interesses dos trabalhadores não sofrem interferências externas.

Os dados mediatos indicaram que os fatos imediatos (aparentes) se associavam as determinações econômicas, sociais, políticas, ideológicas etc. de uma classe política e economicamente dominante. Isso possibilitou, a partir das entrevistas, a análise das contradições envolvendo interesses internos (dos trabalhadores/associados) e os interesses externos (superestrutura política e ideológica e estrutura econômica). Os interesses externos se materializavam no interior da cooperativa de acordo com as instâncias de origem: econômica, política e ideológica (POULANTZAS, 1986), consubstanciando-se, na objetividade, como práxis utilitária dos trabalhadores. Neste sentido dois aspectos são importantes no texto: o descritivo e o analítico. O descritivo é fundamental para apreensão da dinâmica da práxis utilitária refletida no cotidiano dos associados. Ela se confirma na realidade imediata, mas a sua compreensão só é possível pelo conhecimento da realidade concreta ou totalidade, no movimento de ascensão da aparência a essência (KOSIK, 1976). O analítico é quem fundamenta teoricamente a estrutura e dinâmica do que se encontra no bojo da totalidade concreta, ou seja, daquilo que está posto na trajetória da aparência a essência da objetividade da cooperativa. Assim, buscou-se compreender a cooperativa como unidade contraditória que embora em um certo período histórico produza o trabalhador da práxis utilitária, por outro lado esta mesma práxis produz na realidade imediata fenômenos perceptíveis a atividade cognoscitiva e teleológica dos trabalhadores, possibilitando dialética e historicamente a ascensão da atividade consciente objetiva revolucionária.

Diante disso, o presente trabalho traz em seu bojo cinco capítulos que retratam os caminhos e os resultados alcançados pela presente pesquisa. A seguir um breve resumo do que é tratado em cada capítulo.

No primeiro capítulo intitulado “O materialismo histórico-dialético e os fenômenos sociais” abordam-se alguns conceitos básicos para a compreensão da transformação e o desenvolvimento dos fenômenos sociais. Dentre os conceitos

discutidos, estão as Leis da Dialética: 1) Lei da transformação da qualidade em quantidade e vice-versa; 2) Lei da unidade e da luta dos contrários; 3) Lei da negação da negação. Outro conceito discutido refere-se à Aparência ou Pseudoconcreticidade e à Essência ou Totalidade Concreta (KOSIK, 1976), as quais formam a unidade indissociável do fenômeno social. A aparência é a manifestação imediata do fenômeno, considerada como a falsa ideia deste, servindo para ocultar a sua verdadeira origem que só pode ser alcançada pelo conhecimento da essência. Esses conceitos ajudam a compreender que a práxis dos trabalhadores, no contexto da CART, pode estar limitada à práxis utilitária pela percepção imediata da aparência ou pseudoconcreticidade dos fenômenos sociais; e isso poderá produzir trabalhadores “prisioneiros” da intuição fetichista (KOSIK, idem).

No segundo capítulo intitulado “A formação social humana e a atividade consciente objetiva” faz-se uma análise teórica a respeito da constituição da subjetividade humana a partir da dimensão biológica e social. Nesse sentido, o foco principal foi o desenvolvimento das funções psicológicas superiores pelo processo de internalização dos signos sociais, destacando a possibilidade da existência de uma consciência comum e ação limitada, decorrentes das manifestações factuais dos signos ideológicos internalizados e refletidos pela ação do homem comum e corrente, o qual compreende a sociedade apenas pela imediaticidade. Desse modo, discute-se a superação dos limites ideológicos (signos) do meio externo pela intervenção social do homem da práxis na realidade concreta.

No terceiro capítulo intitulado “Educação formal e ideologia” expõe-se uma reflexão teórica a respeito do significado histórico da educação. Desse modo, foram discutidas algumas questões relacionadas à influência da ideologia dominante sobre a estrutura e fins da educação formal; onde se demonstra que a educação formal serve aos interesses econômicos de classe, ao mesmo tempo em que potencializa a atividade consciente objetiva dos sujeitos. Neste sentido, entende-se que a educação não determina a alienação, por mais que seus fins estejam associados aos interesses economicistas. Ela possui, em si mesma, a contradição desses interesses, uma vez que potencializa a atividade cognoscitiva e teleológica dos sujeitos, pois permite a esses uma estrutura organizada e formada por um conjunto de conteúdos sistematizados. Sendo assim, a educação aponta para dois fins na

sociedade: um, atrelado ao processo produtivo capitalista e outro à superação da estrutura alienante do capital.

No quarto capítulo intitulado “Trabalho e educação numa perspectiva marxista” faz-se uma reflexão a respeito da relação trabalho e educação, tanto numa dimensão ontológica quanto na dimensão capitalista. Na visão ontológica, o trabalho é entendido como a relação do homem com a natureza, o qual a utiliza em provimento de si mesmo, garantindo assim sua existência. Mas esse processo não se dá desconectado das funções racionais humana. Constitui-se também como um processo educativo, o qual reflete no plano real às diversas formas de intervenção do homem sobre a natureza e sociedade. Esse processo destaca a força de trabalho como uma capacidade propriamente humana que produz as condições necessárias para a sobrevivência. Numa visão capitalista, trabalho e educação são compreendidos sob uma formação social de classe. Essa formação se estabelece a partir da relação dos proprietários dos meios de produção e dos trabalhadores possuidores da força de trabalho, a qual possibilita a valorização e acumulação de capital. No processo produtivo capitalista, o homem aliena-se e se torna objeto de expansão do valor da mercadoria. Em razão disso, ele produz sua própria negação, na medida em que pelo trabalho, constrói as tecnologias. Essas, por terem na produção capitalista o sentido de redução de custos, diminuem quantitativamente as forças de trabalho no processo produtivo. Assim, geram inúmeros casos de desemprego, e promovem, cada vez mais, a consolidação de uma sociedade de classes.

No quinto e último capítulo intitulado “A formação social dos trabalhadores na Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina” destaca-se inicialmente os aspectos históricos do cooperativismo no mundo, sua origem e concepção, seus princípios, suas formas de organização a nível mundial, continental, nacional, regional e local. Em seguida, discorrem-se questões específicas referente ao processo de criação da Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina, na qual destaca-se: a prática comercial; a formação dos agricultores; o significado da cooperativa para os trabalhadores; a participação política dos associados; os principais problemas da cooperativa e as expectativas dos trabalhadores. Diante disso, foi possível perceber que a práxis dos trabalhadores no contexto do cooperativismo, embora em uma determinada formação social, sirva aos interesses do capital, se constituindo como práxis

utilitária, permite por outro lado, a ascensão do homem da práxis revolucionária. Haja vista que a práxis utilitária produz na objetividade contradições sociais, pelas quais os sujeitos vão se relacionando dialeticamente via atividade cognoscitiva e produzindo sua negação e apontando alternativas futuras via atividade teleológica. Neste sentido, é que a cooperativa, como objetividade criada pelos trabalhadores, sofre influências de interesses externos, mas também permite aos trabalhadores, no contexto das relações de produção, a ascensão da atividade consciente objetiva revolucionária. Pois este passa a conhecer o capitalismo, não pela sua estrutura imediata, fática ou factual, mas como um sistema que pretende realizar os interesses da classe dominante por meio de suas instituições política, ideológica e econômica.

2 O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E OS FENÔMENOS SOCIAIS

Este capítulo tem por objetivo demonstrar o método pelo qual a pesquisa em questão se fundamenta. Vale ressaltar que o conhecimento científico, antes mesmo de ser elaborado, pré-existe fundamentado em uma determinada concepção de mundo, a qual engendra caminhos que permitem, da melhor maneira possível, aproximar-se das respostas aos problemas de uma determinada pesquisa.

O presente estudo se insere no conjunto de trabalhos científicos que se apóiam no materialismo histórico-dialético. A partir desse, formula um estudo a respeito da formação humana com intuito de apreender a dinâmica social que influencia a intervenção humana no mundo, partindo de um contexto específico de intervenção representado pela elaboração consciente dos trabalhadores, consubstanciada na criação da Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina.

Diante disso, vale, primeiramente, lembrar que o ato de pesquisar não pode ser assumido unilateralmente, ou seja, somente por pesquisadores tomados pela empáfia epistêmica ao se considerarem detentores do conhecimento elaborado. É preciso que esses, como conhecedores de um vasto repertório teórico, saibam que “conhecer é tarefa de sujeitos não de objetos. E é como sujeitos e somente enquanto sujeitos que o homem pode realmente conhecer” (FREIRE, 1977, p 27). A relação dialógica e fundamental para que pesquisador-pesquisado se reconheçam como sujeitos do conhecimento e descubram a importância do outro nesse processo.

Por compreender que o homem pode realmente conhecer; e por entender que esse conhecer não se encontra à margem da história e muito menos da ação consciente, é que a presente pesquisa adota como método o Materialismo Histórico-Dialético, fundado pelo alemão Karl Marx (1818-1883). Logicamente que outros autores ligados a mesma matriz de conhecimento contribuíram na construção da ciência marxista como Engels (1820-1895), Lênin (1870-1924) e Antonio Gramsci no século XX. Destacam-se aqui alguns pontos importantes desse método, os quais conduziram a elaboração desse trabalho.

Inicialmente, há de se considerar, no materialismo histórico-dialético, as idéias centrais a respeito da matéria. Para os marxistas, a matéria é o princípio primordial; é quem forma a consciência, como afirma Triviños (1987, p. 50): “a consciência, que

é um produto da matéria, permite que o mundo se reflita nela, o que explica a possibilidade do homem conhecer o universo”. Tomando por base essa afirmação, é possível notar que há uma dependência da consciência em relação à matéria, pois a capacidade da primeira depende do contato com o objeto material e isso acontece através do processo de apreensão das estruturas materiais.

Para facilitar o entendimento, julga-se necessário conhecer a diferença entre materialismo dialético e materialismo histórico.

O materialismo dialético, segundo Triviños (idem):

[...] é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. [...] o materialismo dialético não só tem como base de seus princípios a matéria, a dialética e a prática social, mas também aspira ser a teoria orientadora da revolução do proletariado. [...]. Através do enfoque dialético da realidade, o materialismo dialético mostra como se transforma a matéria e como se realiza a passagem das formas inferiores as superiores (p. 51).

No materialismo dialético, o objetivo é analisar a *transformação lógica material*. Ou seja, os fenômenos sociais em seu movimento não estão dissociados da atividade da consciência. Já que “O materialismo dialético – ou filosofia marxista – tem como objetivo próprio a produção dos conhecimentos, quer dizer a estrutura e o funcionamento do processo de pensamento” (POULANTZAS, 1986, p. 11). Assim fica claro que o objeto do materialismo dialético encontra-se nas modificações do conteúdo da consciência a partir da sua relação com o plano material.

Para Triviños (1987, p. 51) “o materialismo histórico [...] estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens no desenvolvimento da humanidade”. Dessa forma, o materialismo histórico busca explicar os fenômenos observados, partindo de sua incursão histórica, percebendo-se o quanto os fenômenos já sofreram alterações durante essa trajetória.

Para Poulantzas (1986, p. 11), o materialismo histórico é a ciência da história que se constitui “através do estudo dos diversos modos de produção e formações sociais, da sua estrutura, da sua constituição e do seu funcionamento, bem como das formas de transição de uma formação social para a outra”. Tal elaboração conceitual do objeto depende da matéria que, ao longo do percurso histórico, sofre transformações somente perceptíveis na realidade concreta. A história revela o

fenômeno, a constatação da sua existência, sua estrutura, suas transformações, tudo aquilo que pode ser perceptível.

Portanto, tanto o materialismo dialético (filosofia do movimento da consciência) quanto o materialismo histórico (ciência do movimento histórico da matéria) são necessários para o conhecimento da estrutura de um determinado fenômeno social. Esses elementos são imprescindíveis na presente pesquisa, pois auxiliam na compreensão de que os fenômenos sociais não são construção do acaso; mas se comunicam com a atividade humana consciente, e lhe dá condições de existência. A partir daí, a primeira impressão é que a realidade social é construída no conjunto das inter-relações sociais e se apresenta como resultado do movimento subjetivo indissociável de um movimento real objetivo.

Veja como o movimento objetivo de um fenômeno social pode ser percebido pelo movimento consciente subjetivo dos sujeitos sociais a partir das Leis da Dialética.

2.1 AS LEIS DO MATERIALISMO DIALÉTICO

Para compreender o movimento dialético que envolve o desenvolvimento articulado da matéria, consciência e da prática social é necessário conhecer as **leis da dialética**. Na visão de Engels (s/d) (apud TRIVIÑOS, 1987), elas são:

[...] extraídas da natureza, assim como da história da sociedade humana. Não são elas outras senão as leis mais gerais de ambas as fases do desenvolvimento histórico, bem como do pensamento humano. Reduzem-se elas, principalmente, a três: 1. a lei da transformação da qualidade em quantidade e vice-versa; 2. a lei da interpenetração dos contrários (lei da unidade e "Luta" dos contrários); 3. a lei da negação da negação (p. 65).

Quanto à **Lei da transformação da qualidade em quantidade e vice-versa**, a mesma indica *como se realiza* o processo de desenvolvimento. Assim, a primeira percepção que fazemos de um objeto diz respeito às suas características qualitativas como *estrutura, função, propriedade e finalidade*; essas características permitem diferenciar os objetos. A segunda apreensão diz respeito às suas características quantitativas como dimensão, tamanho e podem ser expressas por números (TRIVIÑOS, idem). Por exemplo, ao ver duas pessoas é fácil identificar as diferenças na cor dos cabelos, dos olhos, boca, fala, cor da pele, altura, mas para

saber em números a diferença entre elas em altura, peso, busto, quadril, inteligência é preciso mais do que olhar. Assim, a estrutura fática é fácil identificar, mas se o intuito é quantificar as dimensões, são necessários outros instrumentos. O que importa afirmar, nesse caso, é que tanto as características qualitativas e quantitativas são elementos de uma mesma totalidade e se correspondem dentro de suas próprias dimensões.

A percepção do movimento qualitativo e quantitativo da matéria, de certa forma, pode influenciar nas formas de intervenção do homem sobre a natureza, gerando pequenas ou grandes transformações, como afirma Lefebvre (1995):

O crescimento do poder humano sobre a natureza (das forças criadoras, produtivas) não produz apenas novos graus no pensamento. Produz também crises econômicas, sociais e políticas: transformações bruscas. Põe problemas; e quem diz “problemas” diz contradição, não-latente, porém em sua mais alta tensão, no momento mesmo da crise e do salto, quando a contradição **tende** para a solução objetivamente implícita no devir que a atravessa. O pensamento humano, também aqui, **reflete** a solução – “encontra a solução”; e, inserindo-se assim no movimento resolve pela ação a crise, superando a situação contraditória (p. 239, grifos do autor).

As modificações qualitativas e quantitativas impulsionadas por crises não estão estribadas somente na produção de novos graus de pensamento, mas na garantia de modificações reais e materiais que podem gerar a superação do problema. Só para efeito de exemplificação: a substituição de uma máquina de datilografia por um computador pressupõe que houve certo acúmulo de conhecimento humano, determinado pela necessidade prática, que gerou a criação de um novo objeto e que gerará novos conhecimentos. Isto é, aqueles que trabalhavam com a máquina de datilografia necessitam adquirir novos saberes para continuar trabalhando com o novo instrumento que realiza múltiplas-atividades. Essa transformação traz em si características estruturais e organizativas as quais acompanham a evolução do pensamento e produzem certo resultado na prática social.

A Lei da unidade e da luta dos contrários explica *porque ocorre* o desenvolvimento. Segundo Triviños (1987):

No desenvolvimento existem elementos chamados **contrários**. Estes, no processo de transformação, são **opostos**. Mas não podem existir um sem o outro, apesar de possuírem algum aspecto importante ou essencial que o outro não possui. Não é possível, por exemplo, conceber a existência da

burguesia sem a presença do proletariado [...]. Os opostos estão em interação permanente. Isto é o que constitui a contradição, ou seja, a luta dos contrários. [...] na luta, o movimento é absoluto; na unidade, relativo. Os contrários interpenetram-se, porque em sua essência tem alguma semelhança, alguma **identidade**, que alcança quando se soluciona a contradição, quando se realiza a passagem dos contrários de um para o outro (p. 69, grifos do autor).

No momento em que os contrários atingem essa identidade, dão origem a um novo objeto com novas qualidades diferentes dos opostos anteriores. Como por exemplo, pode-se dizer que existiu na sociedade Feudal um tipo de contradição entre os senhores feudais e os camponeses. Já na sociedade Capitalista, apresenta-se a contradição entre a burguesia e o proletariado. Portanto, “o método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera.”(LEFEBVRE, 1995, p. 238). Isto resulta, de certo modo, na possibilidade da contradição inaugurar no devir outras determinações e nova unidade de contrários.

A **Lei da negação da negação** demonstra *quais as relações entre o antigo e o novo* no processo de desenvolvimento do fenômeno. Em relação a esta lei Triviños (Idem) compreende que:

[...] na luta dos contrários, o novo que surge não elimina o velho de forma absoluta. O novo significa o novo objeto, uma nova qualidade, mas o novo possui muitos elementos do antigo, os elementos que são considerados positivos na estrutura do novo e que, de acordo com as circunstâncias onde se desenvolverá o novo, continuam existindo neste (p. 72).

Essa afirmação dá mais sentido à origem das coisas. Demonstra que nada surge do acaso e que, no processo de desenvolvimento, a matéria antiga evolui e surge uma nova matéria, “uma promoção mais elevada do conteúdo produtivo que se revela e se libera no e pelo conflito” (LEFEBVRE, 1995, p. 240). Nesse caso, a negação não significa eliminação total, mas continuidades em níveis mais elevados. Para exemplificar: as lutas de classes ou grupos, quando passaram a existir na história da humanidade, caracterizavam-se como método de disputa por um território, por uma etnia e por muitas outras razões. De acordo com suas ocorrências históricas, essas lutas poderiam ser determinadas por causas políticas, econômicas, sociais, religiosas etc., mas nunca deixariam de existir como método de conflito

social, os motivos podem ser os mais diversos e a forma de atuação prática também, mas existirá sempre algo que permanecerá ao longo dos anos.

As leis da dialética são de extrema importância para a presente pesquisa, pois ajudam a compreender que os fenômenos sociais não se encontram isolados, constituídos de uma barreira intransponível. Pelo contrário, essas leis demonstram a possibilidade da transformação dos fenômenos sociais. Acredita-se que só é possível perceber as contradições entre a expressão fenomênica dos objetos e sua conexão com o concreto essencial através do conhecimento da dialética materialista, “que situa-se, então, no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos” (FRIGOTTO, 1991, p. 75). Desse modo, conhecer o movimento dialético significa se aproximar da essencialidade das contradições sociais e assim construir outras formas de relações sociais que supere a hostilidade presente.

2.2 DA APARÊNCIA À ESSÊNCIA DO FENÔMENO SOCIAL

Para avançar um pouco mais, faz-se necessário conhecer como a realidade se expressa ao homem e como ele dialoga com o fenômeno e produz em si, no plano ideal, a possibilidade da negação dos fenômenos sociais. É comum esse fenômeno revelar-se apenas pela sua expressão fática, fenomênica, empírica, ocultando sua totalidade concreta a qual possibilita que este seja conhecido e explicado seu conjunto estrutural. Para Lefebvre (1995):

[...] O conhecimento (a razão que quer conhecer) não pode parar nesse imediato (nas sensações, nas primeiras impressões) com o qual se satisfaz frequentemente o senso comum. [...] por detrás do imediato, há uma outra coisa que, ao mesmo tempo, se dissimula e se expressa nesse imediato; que o imediato é apenas a constatação (ainda insuficiente e abstrata, nesse sentido) da existência da coisa; e que nós atingiremos “algo” mais real: o próprio ser, sua “essência” (p. 216).

O conhecimento, então, possui duas dimensões: a primeira, imediata ou aparente, a qual pode ser internalizada pelos sujeitos sociais na medida em que está disposta visivelmente na realidade aparente; a segunda, não-imediata ou essencial (essência), a qual se oculta na existência da primeira e somente identificável pela

ação cognitiva humana, pois se encontra como conteúdo e não como forma. “A aparência faz parte da essência” (LEFEBVRE, idem, p. 217), ou seja, são interligadas, compreensíveis entre si, dialéticas entre si na medida em que são contraditórias e que se modificam no percurso histórico.

Ao imediato, Kosik (1976) denomina de mundo da pseudoconcreticidade, que para ele:

[...] é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela o seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno (p. 15).

A pseudoconcreticidade é o falso da realidade concreta, é o movimento do estar não estando, confundindo o observador, dando-lhe falsas impressões da realidade concreta. Ela transmite ao observador a idéia aparente do fato. Ao internalizá-la sem ter consciência da essência que a determina, o observador poderá ser levado a transformar somente a aparência do fenômeno sem atingir o fator determinante.

Kosik (idem) indica um caminho que auxilia o observador² a superar a pseudoconcreticidade, o qual denomina de movimento de ascensão do abstrato ao concreto:

O método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento; em outras palavras, é um movimento que atua nos conceitos, no elemento da abstração. A ascensão do abstrato ao concreto não é uma passagem de um plano (sensível) para o outro plano (racional); é um movimento no pensamento e do pensamento. Para que o pensamento possa progredir do abstrato ao concreto, tem de mover-se no seu próprio elemento, isto é, no plano abstrato, que é negação da imediatividade, da evidência e da concreticidade sensível. A ascensão do abstrato ao concreto é um movimento para o qual todo início é abstrato e cuja dialética consiste na superação desta abstratividade (p. 36-37).

² Entendido como aquele sujeito social que participa de algum movimento ou organização social buscando a negação das opressões sociais. Sujeito que dialoga com o fenômeno mesmo sem ter noções formais a respeito da realidade concreta, mas conhece em parte o seu reflexo pela experiência acumulada e sempre busca superá-lo.

O movimento no/do pensamento de ascensão do abstrato ao concreto não se realiza sem conhecimento, sem as capacidades intelectivas. Para chegar ao concreto, o observador deverá produzir “degraus” sem os quais não é possível alcançar a concreticidade. O ato de construir, constitui-se, em pistas significativas, para a presente pesquisa, pois demonstra que a gênese e o desenvolvimento da práxis é inconcebível sem o caráter educativo.

A partir do movimento de ascensão do abstrato ao concreto, chega-se, segundo Kosik (ibidem), à totalidade concreta:

[...] como concepção dialético-materialista do conhecimento do real (cuja dependência face à problemática ontológica da realidade...) significa, portanto, um processo indivisível, cujos momentos são: a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento da sua autêntica objetividade; em segundo lugar, conhecimento do caráter histórico do fenômeno, no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e do humano em geral; e enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico que ela ocupa no seio do corpo social. Se o conhecimento não determinou a destruição da pseudoconcreticidade, se não descobriu, por baixo da aparência objetividade do fenômeno, sua autêntica objetividade histórica, assim confundindo a pseudoconcreticidade com a concreticidade, ele se torna prisioneiro da intuição fetichista cujo o produto é a má totalidade (p. 61).

A totalidade concreta, na visão do autor, permite a negação da pseudoconcreticidade e o conhecimento autêntico da objetividade que se dá acompanhado do caráter histórico do fenômeno, da sua função objetiva e do seu lugar histórico que ocupa no seio social. A nosso ver, significa que determinado fenômeno social (no plano aparente) só poderá ser superado na medida em que o observador avança internamente (ascensão abstrata) pelo fenômeno e passa a conhecer sua estrutura essencial (ascensão concreta). A superação, que não significa eliminação total, pode ser inalcançada se o observador confundir a pseudoconcreticidade com a concreticidade, tornando-se, segundo Kosik, prisioneiro da intuição fetichista.

A aparência e a essência, nessa perspectiva, são pontos fundamentais para a análise dos fenômenos sociais, visto que não só expõem o conteúdo ideológico por detrás dos fatos, como também fornecem os dados que associam o fenômeno à estrutura econômica e à superestrutura política. No caso específico da intervenção humana que aqui se trata (criação de cooperativas), algumas questões tornam-se

relevantes quando se trata de conhecer a totalidade concreta que envolve tanto a consciência dos trabalhadores associados quanto o movimento histórico da cooperativa estudada.

O cooperativismo como um fato social e histórico se expressa aos trabalhadores na realidade concreta, tanto de forma imediata quanto de forma mediata. A percepção pela aparência ou da forma imediata poderá provocar falsas impressões à consciência dos trabalhadores, podendo levá-los a considerar a cooperativa como uma organização livre ou parcialmente livre da influência da superestrutura política e da estrutura econômica.

A práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade (KOSIK, 1976, p. 14).

Desse modo, os trabalhadores podem conceber esse tipo de organização como fundamental para a superação das contradições sociais, sem levar em consideração o movimento mediato que esta instituição produz quando é posta em atividade em uma determinada formação social capitalista. A práxis dos trabalhadores é um dos indicativos que podem explicar a influência da realidade objetiva sobre a organização dos trabalhadores. A práxis enquanto atividade de ação, reflexão e ação futura pode se diferenciar em relação a seus fins, existindo como práxis utilitária ou práxis revolucionária.

3 A FORMAÇÃO SOCIAL HUMANA E A ATIVIDADE CONSCIENTE OBJETIVA

O objetivo deste capítulo é traçar uma discussão a respeito da formação social humana a partir de dois fatores: social (meio externo) e subjetivo (meio interno). Tal compreensão auxiliará, também, na análise dos dados coletados na pesquisa de campo referentes à formação social do trabalhador, tomando por base o estudo da Práxis. Para tanto, buscar-se-á evidenciar o valor das questões sociais na formação social humana, bem como considerar a práxis do trabalhador como uma forma de intervenção do homem no mundo podendo produzir a elevação da atividade consciente objetiva.

A pesquisa em Cooperativa e especificamente na cidade de Cametá, Estado do Pará, tem um significado relevante. Isso se traduz no reconhecimento dessa como organização própria de um coletivo de trabalhadores com certa autonomia, possuindo razões, do ponto de vista teórico, ainda desconhecidas. Todavia, aparentemente, revelam-se como organizações que se articulam numa totalidade mais abrangente, envolvendo questões ideológicas, políticas e econômicas que condicionam as práticas sociais. Num plano imediato, essas organizações transmitem a ideia de que produzem alternativas de desenvolvimento social equitativo e emancipação do trabalho humano, que, de maneira formal, necessitam serem estudadas e comprovadas as consequências que isso pode causar à atividade consciente objetiva dos trabalhadores.

Antes de entendermos o significado que uma organização social representa para a formação humana, julga-se necessário compreender em primeiro lugar como o ser humano se apropria das condições que favorecem seu desenvolvimento. Na tentativa de cumprir essa tarefa, buscou-se explicação na psicologia da aprendizagem, uma vez que esta aborda dois fatores importantes, a dimensão social e subjetiva, que a nosso ver constitui a totalidade dos fatores que influenciam a formação dos sujeitos sociais. A partir dessa orientação teórica dois pontos de discussão foram encaminhados: **A consciência comum e a ação limitada e os limites do meio externo e a formação social do homem**, os quais demonstram os níveis de desenvolvimento da atividade consciente numa relação social.

3.1 FORMAÇÃO SOCIAL HUMANA E O MOVIMENTO DE INTERNALIZAÇÃO

Antes que se discuta de maneira mais aprofundada a respeito da educação dos trabalhadores organizados em cooperativas, cabe fazer uma discussão sobre os aspectos considerados fundamentais na educação do homem em sociedade. Para tanto, a base teórica desse estudo, sobre a formação social dos sujeitos, remete-se à teoria vygotskiana, a qual dá condição de analisar como os fatos sociais produzem um salto qualitativo no desenvolvimento psíquico humano. A partir da orientação pelo campo da psicologia é possível alcançar uma explicação ampla e significativa para o entendimento da postura humana sobre o mundo, suas relações interpessoais, intrapessoais, suas construções, suas comunicações, as quais denotam a capacidade de criação e materialização do que se produz quando o homem dialoga com o mundo, em seguida consigo mesmo, produzindo um resultado prático que poderá ser transformador ou não (VYGOTSKY, 1998a; 1998b).

Nessa seção, buscar-se-á compreender a relação do homem com o mundo – meio externo (objetividade) para o meio interno (subjetividade) e meio externo novamente – a fim de entender os resultados gerados a partir desse movimento. Para tanto, pergunta-se: Quais os efeitos que esse movimento dinâmico produz internamente e externamente? Dar resposta a essa pergunta exigiria uma tarefa de estudos árduos. Mas para o propósito que se tem, a presente questão será respondida de maneira a indicar uma direção aproximada.

As pesquisas sociais demonstram que os estudos de Vygotsky representam um grande avanço na área da psicologia da aprendizagem, uma vez que rompem com a crença do naturalismo, que defende que a natureza é quem influencia ou transforma o ser humano. Sendo assim, jamais se poderia acreditar que o homem seria capaz de mudar a realidade, pois ela é essencialmente natural e possui leis próprias imutáveis. Vygotsky, influenciado pelo materialismo histórico-dialético, entende que a natureza influencia e modifica o homem, mas o homem é capaz também de modificar o que é natural, inclusive a si próprio.

Essas considerações iniciais são fundamentais para compreender o estudo das funções psicológicas inferiores e superiores em Vygotsky. A esse propósito, esse estudioso refere-se às funções psicológicas inferiores como elementares, as quais estão relacionadas aos dispositivos biológicos humanos, tais como a

necessidade fisiológica, que se utiliza dos instintos na realização prática. E no que tange às funções psicológicas superiores, destaca seu desenvolvimento a partir da prática histórico-social dos sujeitos. Portanto, para essa teoria, entender o desenvolvimento humano pressupõe considerar tanto os aspectos naturais (biológicos) como sociais (humanos), os quais constituem partes inseparáveis na construção da subjetividade e objetividade humana.

Dentro de um processo geral de desenvolvimento, existem duas linhas qualitativamente diferentes de desenvolvimento, diferindo quanto a sua origem: de um lado os processos elementares, que são de origem biológicas; de outro as funções psicológicas superiores, de origem sócio-cultural. A história do comportamento da criança nasce do entrelaçamento dessas duas linhas (VYGOTSKY, 1998a, p. 61).

Percebe-se, nessa assertiva, que nos estudos realizados por Vygotsky, a respeito do processo de aprendizagem nas crianças, as duas funções são chamadas de “duas linhas diferentes de desenvolvimento” e quando entrelaçadas produzem um resultado histórico para o ser em formação. Ao estudar o desenvolvimento psíquico humano, não descarta a validade biológica e muito menos a social. Isso, de certa forma, pode também ser considerado como indicadores do meio interno e externo, ao qual o homem se relaciona.

Para indicar as influências do meio externo em relação ao meio interno, Vygotsky menciona a presença dos signos como fonte inicial do processo de desenvolvimento das funções psicológicas humanas. Expõe o instrumento utilizado para realizar qualquer atividade como condutor das influências humanas sobre determinado objeto.

A função do instrumento é servir como um condutor de influência humana sobre o objeto da atividade; ele é orientado externamente; deve necessariamente levar mudanças nos objetos. Constitui um meio pelo qual a atividade externa é dirigida para o controle e domínio da natureza. O signo, por outro lado, não modifica em nada o objeto da operação psicológica. Constitui um meio da atividade interna dirigido para o controle do próprio indivíduo; o signo é orientado internamente (p. idem, 72-73).

Tomando por base a função dos signos e dos instrumentos respectivamente, percebe-se, então, um movimento que inicialmente orienta as funções internas para em seguida orientar as funções externas. Isso de certa forma pode ser entendido como a ação do signo sobre os instrumentos. A condição que orienta internamente a

atividade prática, isto é, as potencialidades criadas pela influência do signo no meio interno, sem a qual não seria possível a intenção do ato prático.

Todas as funções psíquicas superiores são processos mediados e os signos constituem o meio básico para dominá-las e dirigi-las. O signo mediador é incorporado à sua estrutura como uma parte indispensável, na verdade a parte central do processo como um todo. Na formação de conceitos, esse signo é a palavra, que em princípio tem o papel de meio na formação de um conceito e, posteriormente, torna-se o seu símbolo (VYGÓTSKY, 1998b. p. 70).

Os signos têm a função de organizar e potencializar as funções psicológicas superiores e durante esse processo transformam-se e ganham forma. Vygotsky faz questão de enfatizar que na formação do conceito, o signo é a palavra que tem o papel de mediar a formação conceitual e em seguida, torna-se o seu símbolo. Na comunicação, a criança usa a palavra através da fala, mais tarde, usa a palavra através da escrita (símbolo).

Vale destacar aqui uma das funções sociais do signo defendida por Bakhtin (1997), segundo ele:

Os signos também são objetos naturais, específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode retorcer esta realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeitos aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo o que é ideológico possui um valor semiótico (p. 32)

Diante disso, pode-se considerar o signo como um conjunto de sentidos dados aos objetos naturais ou tecnológicos. Por exemplo, a imagem de uma árvore, de um peixe ou de qualquer animal da fauna brasileira pode representar um símbolo de luta pela preservação ambiental da mesma forma que pode significar apenas a imagem iconográfica do animal enquanto espécie sem nenhum conteúdo ideológico por detrás da imagem. É importante mencionar que esse significado ideológico (preservação ambiental) não é uma criação natural, mas se constitui como uma criação social com certo grau de intencionalidade e que busca alcançar interesses específicos. A imagem de uma foice na bandeira do comunista a diferencia do

sentido usual no trabalho, no campo e inaugura um novo significado que remete a uma concepção de mundo com bases política, ideológica, econômica, cultural, etc. A ideologia chega até a consciência humana via signos e pode trazer um significado distorcido da realidade.

Cabe agora conhecer o movimento e a função dos signos na consciência humana. Nesse sentido, Vygotsky (1998a) chama de internalização a reconstrução interna de uma operação externa.

Uma operação que inicialmente representa uma atividade externa é reconstruída e começa a ocorrer internamente. É de particular importância para o desenvolvimento dos processos mentais superiores a transformação da atividade que utiliza signos, cuja história e característica são ilustradas pelo desenvolvimento da inteligência prática, da atenção voluntária e da memória (p.75).

Pode-se afirmar então que o meio externo ao ser internalizado é reconstruído ou modificado internamente. Isso, por sua vez, demarca o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, produzindo, em consequência, resultados na inteligência prática, na atenção e memória do indivíduo. Esse movimento de internalização, portanto, é que permite a elevação em níveis diferenciados da ação prática humana ou externa.

Para demonstrar como se dá a materialização da internalização, Vygotsky (idem) qualifica dois momentos desse processo, o qual denomina de interpessoal e intrapessoal.

Um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal. Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapicológica). Isso se aplica igualmente para a atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos. Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos (p 75).

Poder-se-ia pensar que esse processo não é válido para indivíduos adultos, uma vez que essa análise teórica está voltada para o desenvolvimento das crianças. Mas o que se pode adiantar é que, na criança, tal processo é entendido como inicial. Dada as condições que favorecem o amadurecimento deste indivíduo, tal processo não desaparece, mas produz certa acumulação que se denomina experiência, a qual

é fruto do movimento de internalização e que também irá contribuir na reconstrução interna e refletirá resultados práticos.

A desconsideração da existência dessa acumulação significaria a negação do desenvolvimento histórico do indivíduo, implicando a seguinte situação: cada vez que o indivíduo não participasse das relações sociais, isto é, se isolasse do mundo voltaria ao estado inicial de desenvolvimento. Com isso perderia todas as funções psicológicas superiores tais como a linguagem, conduta ética e moral, e qualquer outra forma de conhecimento acumulado. O desenvolvimento não se perde, mas se potencializa, não é inerte e nem inflexível, mas a todo tempo se eleva. Dessa forma este estudo relava que a práxis pode ser entendida como sinônimo da função psicológica superior que historicamente se potencializa nas relações sociais mediada pela linguagem e estrutura concreta dos fenômenos.

3.1.1 Ação Consciente e a Elaboração Conceitual

Segundo Fontana (2005):

Entre as formas de ação consciente, destaca-se a elaboração conceitual, como um modo culturalmente desenvolvido dos indivíduos refletirem cognitivamente suas experiências. Tal elaboração resulta de um processo de análise (abstração) e de síntese (generalização) dos dados sensoriais, que é mediado pela palavra e nela materializado (p. 12).

A elaboração conceitual demarca um estágio de maturação individual, a qual permite a socialização cultural entre os indivíduos. Esta, porém, torna-se condição material externa orientada para o meio interno no qual ocorrem dois processos: o de análise (abstração), que se refere à capacidade de pensar e ressignificar os objetos externos; e o processo de síntese (generalização) dos dados sensoriais, referente à compreensão objetiva desses objetos. Por exemplo, se um indivíduo em formação inicial de conceito observa que um determinado objeto possui quatro rodas, motor, assentos, volante e faróis e a ele for informado que se trata de um carro, todas as vezes que se defrontar com essas características captadas pela análise ou abstração irá determinar que se trata de um carro (generalização), não obedecendo aos critérios específicos que diferenciam um ônibus de um trator.

O desenvolvimento dos processos que finalmente resultam na formação de conceitos começa na fase mais precoce da infância, mas as funções intelectuais que, numa combinação específica, formam a base psicológica do processo da formação de conceitos, amadurece, se configura e se desenvolve somente na puberdade (VYGOTSKY, 1998b, p. 72).

A formação dos conceitos, portanto, obedece a um nível gradual biológico em que a infância demarca o início e a puberdade, o amadurecimento. A importância de tais esclarecimentos ganha cada vez mais sentido, pois permite compreender que a formação social humana não se restringe somente a fatores sociais, mas também a fatores naturais biologicamente modificados. A apreensão dos conceitos potencializa o entendimento das situações sociais do sujeito, podendo resultar na modificação de sua atuação prática.

3.1.2 A Evolução do Processo de Aprendizagem

Finalizando esta subseção e complementando o que já foi discutido, faz-se necessário discorrer brevemente sobre a teoria da aprendizagem elaborada por Vygotsky, pois ela indica, de certa forma, os níveis de compreensão social dos sujeitos. Ele a define em três zonas flexíveis, demarcando o estado de evolução da aprendizagem e desenvolvimento do ser humano. É um dos aspectos mais importante desse estudo diz respeito às diferenças humanas de aprendizagem.

A zona de desenvolvimento proximal, ela é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VYGOTSKY, 1998a, p. 112).

Esquemáticamente tem-se, primeiramente, a zona de desenvolvimento potencial, conhecida como a capacidade humana de aprender algo. Em um processo educativo ou especificamente de aprendizagem a partir da colaboração de outro indivíduo mais capaz, ocorre a estimulação da zona de desenvolvimento proximal, a qual se desloca para a zona de desenvolvimento real onde o indivíduo que antes desconhecia algo passa agora a conhecê-lo e conseqüentemente refletindo no meio externo. Desse modo, esta última zona demarca aquilo que se consegue realizar autonomamente, sem o auxílio de outrem.

Para exemplificar, suponha-se que um indivíduo normal não sabe tocar nenhum instrumento musical, este estado pode ser chamado de zona de desenvolvimento real (não sabe tocar). Mas isso não quer dizer que ele nunca irá conseguir tocar, pois possui a capacidade interna para realizar tal atividade, a este estado, denomina-se de zona de desenvolvimento potencial (possui a capacidade de aprender). No momento em que alguém passa a ensiná-lo, as primeiras informações vão sendo internalizadas, reorganizadas e refletidas. A cada informação recebida, aproxima-se cada vez mais da realização da atividade, este movimento chama-se zona desenvolvimento proximal (eu-e-outro). Quando todas as barreiras desse momento de aprendizagem forem ultrapassadas e o indivíduo conseguir a tocar o instrumento, inaugura-se neste instante uma nova zona de desenvolvimento real. Assim a zona de desenvolvimento real inicial (não sabe tocar) não é a mesma zona de desenvolvimento real final (sabe tocar).

Neste caso é possível identificar a influência do meio externo (o outro, as informações etc.) para meio interno (consciência). Esse fato realça a importância das relações sociais não somente no que tange ao desenvolvimento psicológico, sobretudo, por dar condições de conhecer, interferir, modificar, criar, organizar e sentir o mundo em que se está inserido. A teoria vygotskiana nos fornece o entendimento de que a formação social humana não é simplesmente um fato biológico, mas também um fato social. A teoria da aprendizagem contribui para a avaliação do desenvolvimento da práxis humana, tendo na zona de desenvolvimento real aqui que o sujeito é capaz de pensar, elaborar e realizar, no momento presente. A zona de desenvolvimento potencial é o reconhecimento da elevação histórica dessa capacidade humana a fins ainda não atingidos, mas que poderão ser atingidos futuramente inaugurando um novo estado de desenvolvimento real. A zona de desenvolvimento proximal indica a influencia do outro na aprendizagem e desenvolvimento do sujeito, explicando como a práxis do sujeito pode sair de uma situação real para uma situação futura.

Nesse sentido a descrição da atividade dos cooperados da CART é fundamental para que se apreenda o nível de desenvolvimento real da práxis dos trabalhadores naquela instituição. Além do conhecimento da estrutura e dinâmica da cooperativa a fim de analisar os fatores que contribuem para o desenvolvimento do

estado real da práxis, anunciando a possibilidade de atingir um estado futuro (zona de desenvolvimento potencial).

Portanto, a partir desse estudo foi possível conhecer os fatores que forjam a personalidade individual dos sujeitos desde a sua infância até seu amadurecimento entender a formação social humana a partir das dimensões sociais, considerando esse processo de construção numa dimensão histórica, conhecendo a transformação não somente no meio externo, mas também no meio interno pelo processo de internalização. Tudo isso ajuda a iniciar os estudos a respeito da formação dos trabalhadores considerando seus aspectos sócio-histórico-culturais. Se os signos são orientados para o interior do indivíduo, reorganizando suas condições internas refletidas posteriormente no uso dos instrumentos, tem-se aí uma questão fundamental a ser considerada: o poder dos signos sobre a ação humana, não somente na fase ideal (internalização), mas na ação sobre o meio externo. Isso, de certa forma, induz à seguinte questão: Os “limites materiais” externos (signos) podem também produzir “limites de consciência interna” e conseqüentemente refletir numa “ação social limitada”? Nas próximas subseções serão analisadas essas questões.

3.2 A CONSCIÊNCIA COMUM E A AÇÃO LIMITADA

Após o estudo da teoria Vygotskiana, cuja base se sustenta na psicologia social, foi possível conhecer duas determinações que influenciam na construção objetiva (filogênese) e subjetiva (ontogênese) humana: a dimensão social e a biológica ou na expressão teórica: funções psicológicas superiores e inferiores. Nesta primeira análise, um dos principais achados deste estudo refere-se à possibilidade da limitação material (meio externo). Este pode ocorrer por meio dos signos direcionados para o meio interno do indivíduo o que poderá por sua vez produzir, conseqüentemente, uma ação prática também limitada, fruto da relação das condições externas e internas do sujeito.

Nesse momento ainda não será discutido o que se considera socialmente como limitação material. Porém, a discussão a qual se pretende discorrer diz respeito ao desenvolvimento da consciência comum, e de como esta tem por base uma prática limitada. O objetivo dessa subseção é demonstrar que existem

diferenças em relação à finalidade da prática humana e que esta assume um papel determinante na transformação social, bem como no destino das relações sociais.

Partindo do pressuposto de que o homem é um ser socialmente construído, faz-se necessário expor de que forma o homem age sobre a natureza, como se dá sua atividade prática. O estudo da filosofia da práxis (VÁZQUEZ, 2007) é o que melhor explica a interferência humana sobre a materialidade histórica.

A práxis no grego significa levar algo a cabo, realizar uma ação em si mesma sem a produção de algo alheio ao produtor (VÁZQUEZ, idem). Ou seja, a produção de uma cadeira, por um carpinteiro, como produto externo a ele, não é considerada pelos gregos como práxis, e sim como *poiésis*, que significa a produção ou fabricação de algo. A práxis no sentido grego assume-se como atividade interna, que é refletida no sujeito e não fora do sujeito em forma de objeto. Como exemplo da práxis grega, tem-se as manifestações éticas e morais do ser humano que não se materializam fora do sujeito na forma de um objeto por ele criado, mas se manifesta com ele.

Contudo, o termo práxis utilizado neste trabalho não tem o mesmo significado em grego, mas o da palavra grega *poiésis*. O referencial teórico utilizado para esta análise se fundamenta nos estudos de Adolfo Sánchez Vázquez, que em sua obra “Filosofia da Práxis”, esclarece o uso do termo da seguinte forma:

Na verdade, se quiséssemos ser rigorosamente fiéis ao significado original do termo grego correspondente, deveríamos dizer “*poiésis*” onde dizemos “práxis”, e chamar “filosofia da *poiésis*” à filosofia [...]. Contudo, sem deixar de ter presente que nosso termo “práxis” não coincide com seu significado original em grego, o preferimos a “*poiésis*”, que em nossa língua ainda é conservado em palavras como “poesia”, “poeta” ou “poético”. Ainda que o termo “poesia”, longe de abandonar seu significado original de produção ou criação, necessariamente o pressuponha, tal significado adota uma forma específica que invalida o termo em questão para designar a atividade prática no sentido amplo que lhe damos. Por isso, inclinamo-nos pelo termo “práxis” para designar a atividade consciente objetiva, sem que, por outro lado, seja concebida como o caráter estritamente utilitário que se infere do significado do “prático” na linguagem comum. (VÁZQUEZ, 2007, p. 28)

Nessa afirmação Vázquez opta pelo termo “práxis” ao invés de “*poiésis*” em razão do significado que a palavra prática representa. Para ele, quando se fala em “práxis” está se referindo a uma atividade consciente objetiva. E *poiésis* denota um sentido que não exige atuação prática transformadora, refere-se a capacidade de

criar e produzir algo na realidade concreta, não necessariamente no sentido da transformação mais ampla da sociedade.

Desse modo, considera-se, inicialmente, o termo “atividade consciente objetiva” como parte integrante do conceito da práxis. Esse termo induz a algumas inferências, primeiro pela delimitação da enunciação “atividade consciente”. O que seria afinal uma atividade consciente? Ou melhor, o homem realiza atividade não consciente? Essas duas perguntas são fundamentais para diferenciar os estados de consciência humana. Um estado consciente é aquele que perpassa pelas condições intelectivas humanas produzindo reflexos práticos. Isto é, quando o homem consegue internamente interagir, compreender, analisar, criar e produzir a domesticação e modificação das condições naturais e sociais do mundo. Considera-se, portanto, que a atividade consciente se encontra em um estado ideal (meio interno) dirigindo-se para um estado material (meio externo); neste caso, para a realização da atividade objetiva³.

O conhecimento do processo que se dá a partir da produção da realidade visível e não visível ao mesmo tempo, isto é, da percepção de que na materialidade há consciência. Não somente isto, mas o conhecimento da finalidade desse processo demarca uma atividade consciente objetiva. Já a atividade não consciente desconhece os efeitos da construção da unidade indissolúvel e o “fim”, a que está submetida, é imediato e utilitário. Para melhorar a expressão “atividade não consciente” e identificá-la ao referencial teórico estudado será aqui denominada de consciência comum e corrente. A expressão “não consciente” não quer dizer que o homem ao realizar uma determinada atividade a realize de forma inconsciente, mas indica de certa forma uma dificuldade intelectual que não abrange uma consciência plena do processo de realização material e desconhece a totalidade concreta.

Segundo Vázquez (idem):

Para chegar a uma verdadeira concepção da práxis, já agora entendida não como mera atividade da consciência – humana ou supra-humana –, mas sim como material do homem social, teríamos de passar necessariamente, do ponto de vista histórico-filosófico, por sua concepção idealista. Mas a superação desta não poderia significar, por sua vez, um retorno a

³ Conceito de consciência que se diferencia do adotado pela psicanálise que considera a consciência um dado da experiência individual que oferece à intuição imediata (LAPLANCHE, 2001, p. 93). [...] a consciência é um fenômeno qualitativo despertado pela percepção das qualidades sensoriais (idem, p. 95)

concepção idealista ultrapassada pelo idealismo e, menos ainda, o restabelecimento da atitude imediata e ingênua da consciência comum. Não se supera o idealismo filosófico com uma dose de “senso comum”, mas sim com outra teoria filosófica que, precisamente por seu caráter materialista, eleva-se ainda mais do que o idealismo sobre a consciência comum. O idealismo filosófico não é superado, portanto, com qualquer filosofia, mas sim cabalmente com aquela que, por revelar teoricamente o que a práxis é, aponta as condições que tornam possível a transição da teoria à prática, e assegura a unidade íntima entre uma e outra (p. 29).

Nessa assertiva, o autor problematiza um conflito filosófico que desloca em primeiro lugar o senso comum, uma vez que, esse não possui as propriedades científicas para superar determinada cultura elaborada, principalmente aquela correspondente ao idealismo filosófico. Para tanto, como forma de superação, refere-se a outro sistema filosófico de caráter materialista, o qual não se reduz as questões contidas somente na consciência, mas nas questões práticas, ou melhor, um sistema que torna possível, nas palavras do autor, a transição da teoria à prática assegurando a unidade entre ambos. Assim, surge mais uma definição que compõe o conceito de práxis: a unidade entre teoria e prática. Portanto, as outras duas são conhecidas pela divisão entre teoria e prática. Para ser mais preciso: em relação à consciência comum sua referência está estribada na prática e a filosofia idealista, ancorada na teoria.

[...] o homem comum e corrente se encontra em uma relação direta e imediata com as coisas – relação que não pode deixar de ser consciente –, mas nela a consciência não distingue ou separa a prática como seu objeto próprio, para que se apresente diante dela em estado teórico, isto é, como objeto do pensamento. A consciência comum pensa os atos práticos, mas não faz da práxis – como atividade social transformadora – seu objeto; não produz – nem pode produzir, [...] – uma teoria da práxis (VÁZQUEZ, 2007, p. 32).

O homem comum e corrente, por conviver com o prático-imediato, não consegue percebê-lo como objeto do pensamento, como fonte transformadora. Não percebe, na matéria, a unidade teórica e prática. A consciência comum e corrente se prende na pseudoconcreticidade dos fenômenos, pois o reconhece apenas pela aparência limitando-se a pensar os atos práticos a fim de realizá-los ou de se relacionar com o meio externo assumindo uma postura mecânico-utilitário, mas não o compreende como atividade social transformadora. Desse modo, o homem comum e corrente não poderá produzir uma teoria da práxis, ou seja, uma atividade consciente objetiva orientada, no sentido social, para revolução.

O homem comum e corrente, imerso no mundo de interesses e necessidades da cotidianidade, não se eleva a uma verdadeira consciência da práxis capaz de ultrapassar os limites estreitos de sua atividade prática para perceber, sobretudo em algumas de suas formas – o trabalho, a atividade política etc. – em toda a sua dimensão antropológica, gnosiológica e social. Isto é, não percebe até que ponto, com seus atos práticos, está contribuindo para escrever a história humana, nem pode compreender até que grau a práxis necessita da teoria, ou até que ponto sua atividade prática se insere em uma práxis humana social, o que faz com que seus atos individuais envolvam os atos dos demais e, por sua vez, os deste se reflitam em sua própria atividade. Sendo assim, a superação dessa concepção da práxis que a reduz a uma atividade utilitária, individual e auto-suficiente (com respeito à teoria) é uma empresa que ultrapassa as possibilidades da consciência comum (idem, p. 35-36).

O homem comum e corrente, por sua vez, não ultrapassa a aparência, não percebe a totalidade dos fatos imediatos, não pensa por contradição. A verdade, para ele, está naquilo que pode resolver, um problema imediato. Sua atitude é reflexão do objeto factível. A consciência do homem comum e corrente se finda na imediaticidade da aparência, não ultrapassa as formas materiais. Aí se encontra o que denominamos de “ação limitada”. O “homem da práxis” é diferente, não só tem consciência do objeto factível como também busca conhecer a partir desse os fatores que medeiam e determinam sua condição social concreta. Entende o ser humano como ser revolucionário, sabendo que a ação revolucionária inexistente fora da articulação entre teoria e prática, no confronto com a realidade concreta e contraditória.

Levando em consideração o que foi colocado até aqui e buscando articular com o objeto da pesquisa, pode-se considerar que, no caso da práxis dos trabalhadores no contexto da cooperativa, é necessário conceber, para efeito de análise, o cooperativismo também como um signo ideológico, o qual possui vários outros signos consubstanciados nos seus princípios tais como: Gestão democrática; Adesão voluntária; Participação econômica dos membros; Autonomia e independência; Educação, formação, informação; Intercooperação; Interesses pela comunidade. Esses princípios pelos conteúdos que expressam podem induzir formas de atuação prática, ajustando uma classe ou grupo social de trabalhadores aos interesses de outras classes ou grupos políticos e economicamente dominantes.

Nesse sentido chama-se a atenção para a prática do homem comum e corrente. Esse homem não percebe a articulação desses princípios a interesses

ideológicos vindos de fora da organização cooperativa, determinando a sua função social e seu ajustamento, a superestrutura política e estrutura econômica. Assim, ele é levado a pensar o cooperativismo como uma doutrina autônoma longe de qualquer influência ideológica externa. Desse modo, concebe a cooperativa apenas como uma estrutura que permite apenas a realização de atividades que compõem um determinado trabalho necessário para sua sobrevivência.

3.3 OS LIMITES DO MEIO EXTERNO E A ATIVIDADE CONSCIENTE OBJETIVA

Nesta subseção, pretende-se promover uma discussão, ainda de forma introdutória, a respeito dos limites externos ou materiais e sua influência na formação social do homem. O objetivo é desenvolver uma explicação da relação homem e meio social, buscando apreender o que se constitui como limite material, o que vem determinando estes limites e como isso reflete na formação social humana e na sociedade. Convém lembrar que nas subseções anteriores formou-se a seguinte conjectura: que os limites materiais externos podem produzir limites no campo da consciência interna, o que poderá refletir numa ação social limitada expressa na atuação prática do homem comum e corrente.

A intenção do presente trabalho não é demonstrar minuciosamente como ocorre o processo narrado na conjectura anterior. Mas expor, a partir dos estudos teóricos, como esse processo pode ser compreendido e explicado. Desse modo, algumas questões foram levantadas para dar subsídios à análise em questão. Uma dessas versa sobre a enunciação de que o homem é o único que pode transformar a natureza e a sociedade adaptando-a a si e para si. Isso não quer dizer que não se considere aqui o poder das mudanças climáticas, que também promovem modificações no ambiente natural e no homem. A matriz que aqui é levada em consideração é a social, ou seja, um ambiente que não é natural, mas construído pelos homens, em que as questões relacionadas à política, ideologia, economia, educação, etc., não são obras da criação natural e sim da interferência da ação racional do ser humano.

Retomando a enunciação de que o homem é o único ator da transformação tanto social como natural, qualquer dificuldade em promover esta transformação pode ser encarada como obstáculo em sua formação? Primeiramente, julga-se

necessário qualificar o termo transformação. A transformação de uma matéria bruta em elaborada é uma capacidade tipicamente humana. Por exemplo, o homem tem capacidade de transformar uma carne de animal crua (matéria bruta) em cozida, temperada, adicionando vários ingredientes, modificando a aparência estética e agregando sabor a esta (matéria elaborada). Outro exemplo que pode ser dado refere-se à construção de uma cadeira. O homem se utiliza de um tronco de árvore (matéria bruta), mas com a ajuda de sua capacidade criativa e de ferramentas constrói uma cadeira (matéria elaborada). Em relação a estes dois exemplos pode-se dizer que a atividade transformadora do homem foi de certa forma positiva, uma vez que traz benefício a sua natureza humana. No primeiro caso, sua condição de existência e no segundo, conforto.

Mas o que seria uma transformação negativa? A resposta a essa questão está na própria ação transformadora positiva. Aproveitando os dois exemplos, o homem para produzir sua existência biológica destrói outra existência biológica; para produzir o seu conforto destrói a vida de uma árvore. Nesse caso, a transformação realizada pelo homem cria, mas destrói. A transformação, então, pode ser considerada como unidade que contém a contradição entre o positivo e negativo. Até aí a interferência do homem sobre a natureza não reflete uma ação subordinada entre homens, mas demonstra como esses se relacionam primariamente com a natureza, garantindo sua forma de existência.

A atividade transformadora, para o homem comum e corrente, reduz-se ao prático-utilitário, sem conexão com a totalidade concreta. Os fatos sociais são considerados isolados, sem conexão com uma instância determinadora, são explorados na sua imediatividade. Com isso, desconhecem os efeitos da ação humana transformadora. Isso não quer dizer que outros homens não dominem a compreensão do mundo em sua totalidade. A diferença entre as visões de mundo é um fato histórico que tem por base a divisão social em classes. Fruto também de um processo histórico de acumulação de riquezas e do amadurecimento de um sistema econômico, político, ideológico e social chamado de capitalismo, o qual historicamente tem provocado conflitos entre classes sociais.

Segundo Marx (1975)

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu,

barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. (p. 59)

O cenário narrado por Marx não demonstra a essência do problema, mas confirma a existência no plano real das lutas de classes. A contradição entre homens livres e escravos, entre proletários e burgueses tem um núcleo comum consubstanciado nos interesses político, ideológico e econômico de cada classe em luta. A classe no poder⁴ para continuar exercendo o controle social precisa evitar ao máximo a elevação dessas lutas, caso contrário, essas lutas poderão contribuir para a decadência de uma dada formação social.

Considera-se como limite do meio externo, os efeitos que podem provocar os signos ideológicos à consciência do homem comum e corrente, uma vez que eles se manifestam na realidade concreta de maneira factual, pela aparência, a qual esconde os mecanismos de origem do objeto em sua totalidade e se apresenta na consciência do oprimido como algo positivo a seus interesses. Porém, oculta em si mesmo a contradição e os interesses do opressor.

Tendo em vista essa observância, os esforços deste estudo enfatizará à questão da capacidade humana de produção, relacionando a isso a interferência de um sistema econômico, político e ideológico, o qual, por meio desse último, tem a capacidade de ocultar na realidade material (aparente) as tragédias sociais, impedindo um avanço maior das lutas de classes. Os limites, portanto, referem-se a um estado histórico da práxis dos trabalhadores expresso na sua forma de compreender e de agir numa determinada formação social. Mas não quer dizer que ele não possa avançar para além do limite imposto; e nesse processo, a educação em suas diversas formas assume um papel importante no sentido da contradição dos limites da aparência, como se verá no próximo capítulo.

⁴ [...] o poder situa-se ao nível das diversas práticas de classe, na medida em que existem interesses de classe relativos ao econômico, ao político e ao ideológico. Em particular em uma formação capitalista caracterizada pela autonomia específica dos níveis de estrutura e de práticas, e dos respectivos interesses de classe, podemos ver nitidamente a distinção entre o poder econômico, o poder político, o poder ideológico, etc., consoante a capacidade de uma classe para realizar seus interesses relativamente autônomos em cada nível. Em outras palavras, as relações de poder não se situam unicamente ao nível do político, da mesma maneira que os interesses de classe não se situam unicamente ao nível econômico (POULANTZAS, 1986, p. 109).

O modo de produção capitalista tem se sustentado, ao longo dos séculos, pela exploração do trabalho humano e pela acumulação de capital. Esses fenômenos têm sido uma das principais determinações que compõe a essência do modo de produção capitalista. Em relação a isso infere-se que o capitalista necessita do trabalhador, sem o qual não teria como promover a acumulação e a valorização de seu capital. Por outro lado, o trabalhador, por não ter os meios de produção, necessita submeter sua força de trabalho às formas alienantes de trabalho, dando origem a fenômenos típicos desse modo de processo produtivo. Um deles é a mais-valia relativa⁵, que se caracteriza pela aceleração da produtividade e menor tempo de trabalho, isso porque a atividade realizada pelo trabalhador é mediada por uma máquina, instrumento que realiza o trabalho de centenas de pessoas ao mesmo tempo. Fato esse que contribuiu ao longo da história para a diminuição dos gastos na produção e conseqüentemente na redução dos postos de trabalho nas fábricas.

Para entender como isso ocorre na atualidade, Frigotto (1999) afirma que:

Esta mudança qualitativa da base técnica do progresso produtivo, que a literatura qualifica como sendo uma nova *Revolução Industrial*, permite, de forma sem precedentes, acelerar o aumento da incorporação de capital morto e a diminuição crucial, em termos absolutos, do capital vivo no processo produtivo. Vale registrar que a mudança para uma base técnica de tecnologia flexível, informatizada, embora se dê em grau e velocidade diferenciados, é uma tendência do sistema (p. 77, *grifos do autor*).

Tem-se, então, nessa mudança qualitativa de base técnica do processo produtivo algo peculiar que reflete na substituição do capital vivo pelo capital morto. Isso significa, por um lado, menos presença humana no contexto do processo produtivo, e por outro, mais investimento em máquinas com tecnologias avançadas, substituindo gradativamente a força de trabalho.

A velocidade em que essas transformações tecnológicas atingem o mundo é impressionante, uma vez que provocam mudanças nas relações sociais e de

⁵ A máquina produz mais-valia relativa não só ao desvalorizar diretamente a força de trabalho e, indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram em sua reprodução, mas também em suas primeiras aplicações esporádicas, ao transformar em trabalho potenciado o trabalho empregado pelo dono de máquinas, ao elevar o valor social do produto da máquina acima de seu valor individual, possibilitando ao capitalista assim substituir, com uma parcela menor de valor do produto diário, o valor diário da força de trabalho. Durante esse período de transição, em que a produção mecanizada permanece uma espécie de monopólio, os lucros são, por isso, extraordinários e o capitalista procura explorar ao máximo essa "lua-de-mel" por meio do maior prolongamento possível da jornada de trabalho. A grandeza do ganho estimula a voracidade por mais ganho. (MARX, 1996b, p. 39)

trabalho, nos processos educativos ou formativos, na cultura, na política e na economia etc. Os efeitos são perceptíveis quando se observa a nova configuração do trabalho:

O impacto sobre o conteúdo do trabalho, a divisão do trabalho e a quantidade de trabalho e a qualificação é crucial. Ao mesmo tempo em que se exige uma elevada qualificação e capacidade de abstração para o grupo de trabalhadores estáveis (mas não de todo) cuja, exigência é cada vez mais de supervisionar o sistema de máquinas informatizadas (inteligentes!) e a capacidade de resolver, rapidamente, problemas, para a grande massa de temporários, trabalhadores “precarizados” ou, simplesmente, para o excedente de mão-de-obra, a questão da qualificação e, no nosso caso de escolarização, não se coloca como problema para o mercado. (FRIGOTTO, idem, p. 77)

A função de supervisionar o sistema de máquinas informatizadas demonstra, de certa forma, que as exigências para o novo trabalhador não estão relacionadas à produção de um novo conhecimento ou de uma nova tecnologia avançada, mas a um trabalho que utilize a intelectualidade para aprendizagem dos conhecimentos úteis para o funcionamento da máquina e da própria organização de produção. Neste sentido, a qualificação do trabalhador restringe-se ao espaço de produção. O que demonstra a contradição do novo sistema de produção que, ao gerar riqueza através das inovações da técnica, não gera, na mesma medida, condições favoráveis à diminuição das desigualdades sociais; muito pelo contrário, as produzem ainda mais.

A esse respeito Gohn (2005) ajuda a compreender o que pode ser gerado a partir desse movimento contraditório do atual sistema político-econômico:

O desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, as frustrações com os resultados, o desrespeito à dignidade humana de categorias sociais tratadas como peças de engrenagens de uma máquina, o desencanto com a destruição gerada pela febre do lucro capitalista etc., são todos os elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais (GOHN 1988, APUD GOHN 2005, p. 16)

Nessa ordem, os movimentos sociais nascem como força política que se propõe a lutar contra as desigualdades sociais. E nesse combate, assumem diversas bandeiras de luta, envolvendo temas como a educação, saneamento básico, preservação dos recursos naturais, reforma agrária, saúde, trabalho e muitos

outros. A força política dos movimentos sociais é refletida justamente no confronto: na capacidade de planejar, organizar e estabelecer metas para superar tais desigualdades. Vale lembrar que a educação ganha destaque não somente como forma de conscientização das estruturas do problema, que acarretam na criação do próprio Movimento Social (MS). Mas, também, como forma de potencializar a ação prática do MS a fim de gerar condições de superação do problema em questão. Com isso os movimentos sociais, aqui em discussão, podem assumir em si uma postura contrária ao sistema degradante que se impõe internacionalmente.

O modo de produção capitalista domina o processo de produção material ao mesmo tempo em que produz as formas de compreensão da realidade externa através da ideologia⁶ dominante. O homem comum e corrente não consegue romper as barreiras que a ideologia dominante impõe. A superação da consciência comum e corrente não se encontra simplesmente numa atividade abstrativa, pois em nada poderá modificar a realidade concreta contraditória. Mas o início do processo de negação só atingirá seu ápice quando as realizações abstrativas entrarem em conflito com as condições de vida do trabalhador. Os movimentos ou as organizações sociais podem representar a condição necessária para desenvolver atividade consciente objetiva revolucionária, devido as suas características reivindicatórias, comprometidas quase sempre com a causa dos trabalhadores.

Para Vázquez (2007, p. 220) “A atividade propriamente humana apenas se verifica quando os atos dirigidos a um objeto para transformá-lo se iniciam com um resultado ideal, ou fim, e terminam como um resultado ou produto efetivo, real”. Assim, se manifesta a capacidade abstrativa propriamente humana, a qual permite antecipar idealmente o resultado que se pretende realizar. Isso pode até ser exemplificado quando um indivíduo planeja determinada atividade; antes que essa se realize na prática, ele a cria, primeiramente, no plano ideal; em seguida, executa no plano real. A esse processo Vázquez (idem) denomina de “intervenção da consciência” que pressupõe a existência de duas atividades: no plano ideal e real. Segundo o autor “[...] O fim prefigura idealmente o que ainda não se conseguiu alcançar. Pelo fato de traçar fins o homem nega a sua realidade efetiva e afirma outra realidade que ainda não existe” (p. 222). O que se percebe é que o homem,

6 Na próxima seção que traz como título “Educação formal e ideologia” haverá um aprofundamento a respeito da influência da ideologia na formação social dos trabalhadores.

antes de agir de maneira prática, produz a contradição do real imposto, nega esse real a partir da existência do ideal. A partir disso, a contradição pode ser entendida, neste aspecto, como relação entre o real imposto e o ideal construído, ou seja, a formação ideal identifica-se em sua estrutura com o “real futuro” e propõe superação do objeto real imposto.

Historicamente, o homem pensa o real e produz o ideal que gerará um novo real, Vázquez (ibidem) denomina de atividade cognoscitiva e a teleológica que segundo ele possuem duas diferenças importantes:

[...] enquanto a primeira se refere a uma realidade presente que pretende conhecer, a segunda refere-se a uma realidade futura e portanto, inexistente ainda. Por outro lado, enquanto a atividade cognoscitiva em si não implica uma exigência de ação efetiva, a atividade teleológica traz implícita uma exigência de realização, em virtude da qual se tende a fazer do fim uma causa da ação real. (p. 223)

Então se pode dizer que a atividade cognoscitiva não ultrapassa o imediato, mas busca compreendê-lo, conhecer a sua estrutura e as contradições nela existente. Ao passo que a atividade teleológica vai mais além do imediato e se inscreve em um plano futuro que tende à exigência de realização como forma concreta de superação do real imediato.

Sistematizando a categoria da práxis, Sánchez Vázquez (op. cit.) dá a chave para entender o diálogo do homem da práxis com o mundo (homem, natureza) que precisa ser conhecido, não somente em sua condição objetiva, mas nas condições subjetivas, particulares, singulares do homem:

[...] a práxis se apresenta como atividade material, transformadora e adequada a fins. Fora dela, fica a atividade espiritual teórica que não se materializa, na medida em que é atividade espiritual pura. Mas, por outro lado, não há práxis como atividade puramente material, isto é, sem a produção de fins e conhecimentos que caracteriza a atividade teórica (p. 237).

A práxis não se reduz a consciência, ou seja, ao meio interno, mas deve ser entendida como atividade externa e adequada a determinados fins. Portanto, aquilo que se denomina “limites materiais” refere-se ao condicionamento ideológico da atividade cognoscitiva do homem comum e corrente, o qual não percebe para além do imediatismo. Nesse, a atividade teleológica está ausente de sua consciência. O homem comum e corrente não percebe que seu trabalho subordinado ao capital

produz sua subsistência e sua negação. Os fins de sua prática não estão orientados para a negação e transformação da realidade social, econômica, política, ideológica, mas para sua adaptação a esse meio externo degradante, produzido pelo modo de produção capitalista. É dessa forma que a prática desse homem é limitada e não avança para a superação da formação social capitalista. Mas vale reiterar que os limites ideológicos materiais só existem para o homem de consciência comum e corrente, pois para o homem da práxis revolucionária os “limites” são ultrapassados pela atividade teleológica revolucionária. E um dos fatores que podem contribuir para o início dessa transformação estrutural encontra-se na educação formal e seu caráter contraditório.

4 EDUCAÇÃO FORMAL E IDEOLOGIA

Neste capítulo demonstra-se a importância da educação formal para a vida dos trabalhadores, embora, os estudos apontem uma articulação histórica entre os interesses da classe dominante e a educação escolar. Por mais que este tipo de educação sirva aos interesses das classes no poder, se destacará o caráter fundamental da educação que é capacitar, potencializar, promover mudanças na forma dos sujeitos se relacionarem com o meio externo sócio-cultural (CURY, 1995; FREIRE, 1996; VYGOTSKY, 1998a). O tipo de educação, pelo qual as classes dominantes impõem à classe dominada, apenas proporciona o início do movimento dialético. Esse por sua vez é entendido como [...] “o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, s/d, p. 8). A educação, dessa forma, não determina ou condiciona o sujeito *ad aeternum* com valores e práticas condizentes com a ideologia dominante, muito pelo contrário, a educação potencializa os sujeitos; e é somente no plano real que as determinações ocorrem, bem como a contradição.

É preciso antes de tudo definir o que se entende por educação formal. Segundo Cury (1995):

[...] é a educação que tem na escola seu ponto principal de referência. Nascida dos problemas e necessidades do mundo da produção, tem toda uma estrutura hierárquica, cronológica e burocrática. Dentro dela se dão outras versões escolares cujos elementos constantes são as instituições sustentadoras (Estado, Igreja, complexo econômico-industrial) que lhes dão um caráter específico: os agentes educativos, o currículo e os meios. Por exemplo: um colégio militar pode não está ligado ao Estado pelo MEC, mas está pelo ministério do exército. Uma escola confessional tem uma margem de atuação própria, mas vincula-se às leis básicas do ensino exaradas pelo Estado. (p. 105)

De forma geral, a educação formal pouco se desvia dessas características que lhe são peculiares. Principalmente, aquela relacionada a necessidade do mundo da produção, burocratização e o lugar de sua ocorrência na escola. É lógico que a educação ocorre também fora do ambiente escolar, tais como na família, na comunidade de bairro ou religiosa, em organizações sociais como sindicatos, partidos políticos, associações, cooperativas e outros. O mais importante nessa seção é demonstrar, por um lado, os limites da educação formal, na medida em que

“não há prática educativa, como de resto nenhuma prática, que escape a limites. Limites ideológicos, epistemológicos, políticos, econômicos, culturais” (FREIRE, 2003, p. 96), e por outro, destacar a elevação intelectual que pode possibilitar aos sujeitos a percepção mais profunda dos fenômenos sociais. Nesse sentido, dar-se-á ênfase aos limites ideológicos.

Para efeito da análise da importância da educação, no que tange a transposição das aparências dos fenômenos e objetos sociais, é necessário definir o que se entende por ideologia. A esse respeito Severino (1986) afirma que:

A ideologia se constitui, portanto, de um conteúdo representativo, cognitivo, que se propõe explicativo da realidade e de uma percepção avaliativa, que se propõe caracterizar seu objeto como válido, apreciável e legítimo. Os conteúdos ideológicos apresentam-se como conhecimentos verdadeiros e válidos. A ideologia se expressa como um conjunto de representações e idéias que visam legitimar as condições sociais, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas (p. 29-30).

A ideologia, como conteúdo representativo, encontra-se direcionada para o meio interno dos sujeitos, para sua consciência. Tal representação reflete, em primeira ordem, conhecimentos verdadeiros e válidos visando legitimar as condições sociais existente. Independentemente da identificação do interesse de classe de uma determinada ideologia, é necessário conhecer o seu poder de mascarar as fontes que determinam as contradições sociais, bem como responsabilizar uma determinada classe pelos problemas de ordem econômica, política e cultural da sociedade como um todo.

A ideologia é como se fosse um invólucro para os fenômenos e objetos sociais. Apresenta-se como ideia positiva e verdadeira à percepção fática dos sujeitos sociais. Dessa forma, fenômenos como a pobreza, violência, fome e etc. aparecem como uma fatalidade da qual o homem não tem domínio e tão pouco pode modificá-la. A submissão da força de trabalho às leis do capital parece ser a única saída para se livrar de tais fatalidades. Nesse caso, a ideologia demonstra tanto a “explicação do problema” como sua “solução” imediata. Este processo aparece à cognição humana como verdadeiro, único, pois no plano real existe uma estrutura concreta, a qual fornece postos de trabalhos em troca de salários os quais permitem que os trabalhadores sobrevivam. A ideologia impede a visão dos sujeitos sociais para além das aparências dos fatos, não permite o conhecimento profundo da

realidade em questão e tenta, com isso, anular o conhecimento da origem das contradições sociais.

4.1 A FINALIDADE DA EDUCAÇÃO FORMAL

Não é difícil, ao se estudar a educação no Brasil, caracterizar algumas de suas fases com tipos comuns de interesses. Por exemplo, na educação jesuítica se teria uma educação para a prática de bons modos, tendo em vista a evangelização indígena. O fim da década de 1920 e início da década de 1930 marcam a origem de uma nova fase para a educação brasileira atrelada aos interesses da expansão econômica encabeçada pelas elites oligárquicas em disputa com a burguesia liberal. Outro fato histórico de destaque da educação brasileira refere-se ao Movimento de Educação de Base (MEB) no ano de 1958 em Natal - Rio Grande do Norte, e financiado pelo governo de Jânio Quadro em 1961, com o intuito de alfabetizar trabalhadores do nordeste e que depois ganhou extensão nacional (GADOTTI, 1987).

O grande destaque da síntese anterior é a observação da educação como instrumento fundamental para se atingir determinados fins, sejam eles religiosos, econômicos, culturais e outros. Importa afirmar que a educação formal tenta quase sempre determinar as ações futuras de quem aprende. Ela da forma como vem sendo estruturada tem razões para existir e finalidades a cumprir na sociedade.

Para Frigotto (1999):

A educação no Brasil, particularmente nas décadas de 60 e 70, de prática social que se define pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, concepções e valores articulados às necessidades e interesses das diferentes classes e grupos sociais, foi reduzida, pelo economicismo, a mero fator de produção – “capital humano”. Asceticamente abstraída das relações de poder, passa definir-se como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção. Essa concepção de educação como fator econômico vai constituir-se numa espécie de fetiche, um poder em si que, uma vez adquirido, independentemente das relações de força e de classe, é capaz de operar o “milagre” da equalização social, econômica e política entre indivíduos, grupos, classes e nações (p. 18).

Vendo dessa forma, é inegável a existência dos interesses que a educação assume em relação à estrutura econômica. A escola torna-se uma extensão do mercado de trabalho e os conteúdos curriculares da escola tornam-se a base

mínima para a inserção (mesmo que não garantida) do aluno-trabalhador nas fábricas ou qualquer empresa. A educação oportuniza, mas não garante o emprego dos egressos da escola. O cuidado que se deve ter, nesses casos, refere-se ao que se ensina, pois o risco corrente é ter uma educação formal unívoca, voltada para a realidade da fábrica ou empresa. Uma realidade que não possibilite ao sujeito a busca de outras formas de produzir, senão pelas mãos do empregador. Desse modo, o trabalhador corre o risco de ter uma educação que, fora do ambiente formal de trabalho, não tem validade alguma, uma vez que este não se educa, mas se adentra.

A equalização social, econômica e política entre indivíduos, grupos, classes e nações seria inatingível, uma vez que a estrutura econômica que se tem hoje, fundada no modo de produção capitalista, não dá conta de absorver toda a mão de obra que sai das escolas. O máximo que se consegue é formar um exército de reserva à espera de uma oportunidade de trabalho.

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder as demandas do capital (FRIGOTTO, idem, p. 26).

A educação também reflete a sociedade de classe condicionando os grupos sociais de trabalhadores a uma formação endereçada às demandas do capital. O trabalhador qualificado produz com qualidade e o produto de qualidade gera mais lucro ao empregador. A educação nos moldes do economicismo, entendida como equalização social, econômica e política, parece ser mais um exemplo da atuação da ideologia dominante.

Severino (1986) afirma que:

A educação é, portanto, valioso instrumento de um grupo social dominante para o exercício de sua hegemonia, para desempenhar a sua função de direção em relação aos demais grupos sociais. A instituição escolar, enquanto elemento 'privado' da sociedade civil, não atua isoladamente na configuração da cosmovisão e da ideologia. Atua conjuntamente com os demais aparelhos de hegemonia ativados na sociedade civil pelo grupo social dominante, tais como a igreja, a família etc. Mas, sem dúvida, sua participação é extremamente significativa na elaboração, sistematização e irradiação da concepção do mundo/ideologia, cimento de coesão social. Sobretudo porque ela tem participação concentrada e específica na preparação dos intelectuais, que são os agentes dos aparelhos de hegemonia (p. 44).

Assim, educação assume um importante papel para as classes dominantes: o de manter a coesão social, o que reflete, de certa forma, na conservação dos grupos ou classes no poder político ou econômico. A ideologia torna-se um dos elementos que constitui a educação. Ela faz parte como conteúdo dos valores sociais, dos signos, dos gestos, dos saberes pelos quais o homem se apropria como forma de concepção de mundo. Essa concepção tem em si a capacidade de escamotear a realidade em sua totalidade concreta. Mas da mesma forma em que a educação formal traz em si o conteúdo ideológico, oportuniza também a negação desse conteúdo. Porém, a referida negação não se dá no espaço escolar, uma vez que, esse tem uma estrutura bem definida, estribada na legalidade da educação estatal e uma cultura apoiada por outras instituições tais como a igreja e a família. Tal negação torna-se real na medida em que o sujeito aprendiz entra em contato com o mundo real e historicamente se defronta com as condições sociais nada favoráveis a existência de seu grupo ou classe. Esse momento é decisivo para a elaboração de novas formas de interferência na realidade social.

Para Saviani (1986) o homem não é um ser passivo e jamais fica indiferente a uma situação hostil, principalmente, quando se refere a sua existência. Segundo ele, o homem:

[...] reage perante a situação, intervém pessoalmente para aceitar, rejeitar ou transformar. A cultura não é outra coisa senão, por um lado, a transformação que o homem opera sobre o meio e por, outro, os resultados dessa transformação. O homem é então capaz de superar os condicionamentos da situação; ele não é totalmente determinado; é um ser autônomo, um ser livre. [...] Daí exerce o homem um domínio sobre as coisas, subordinando-as aos seus desígnios. Esta relação vertical de dominação jamais poderá, contudo, ser estendida em sentido horizontal, ou seja, nas relações de homem a homem. O domínio prático-utilitário tem seus limites no domínio humano, do mesmo modo que este tem seus limites naquele. E, dialeticamente, o domínio prático-utilitário se amplia com a ampliação da liberdade humana, do mesmo modo que o domínio humano se amplia a partir da ampliação das potencialidades da situação (p. 40-41).

É ontológica a capacidade de aceitar, rejeitar e transformar uma dada situação, por mais que o homem sofra certa influência externa, a qual negue, em primeiro plano, sua capacidade de adaptar a natureza e a sociedade em seu benefício, tornando essa capacidade alienada a interesses alheios, a negação,

nesse sentido, não significa anulação, nem muito menos extinção. A existência do trabalho alienado não quer dizer o desaparecimento do trabalho numa concepção ontológica. É no confronto real, em condições hostis à existência humana, que o homem reelabora novas formas de sobrevivência que obedecem a sua própria exigência genética e social. É um retorno a si mesmo, já que o trabalho alienado é fruto de um modo de produção que busca a acumulação e valorização do capital e não a satisfação humana. É nesse sentido que o homem não é totalmente determinado.

Segundo Mészáros (2005, p. 55) “[...] A principal função da educação formal é agir como cão-de-guarda *ex-offício* e autoritário para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida”. Por mais que a educação formal tenha tal propósito e consiga de certa forma instalar o conformismo generalizado, ela não o faz sem a ajuda da superestrutura jurídico-político. No entanto, essa superestrutura não é capaz de interromper a percepção que o sujeito pode ter das contradições sociais.

A educação formal assume quase sempre uma forma abstrata, de conceitos elaborados cientificamente, de valores éticos e morais instituídos, que são insuficientes para determinar as ações dos sujeitos sociais. A internalização, como forma de apropriação humana de conhecimento, não tem prazo de validade, é uma constante, que possibilita a formação histórica e cultural do homem. Isso quer dizer que, em determinada situação histórica, o homem pode sofrer variações na sua forma de pensar e agir.

A educação não determina o acabamento da internalização, muito pelo contrário, possibilita a elevação intelectual e prática do sujeito; mesmo que não assuma uma forma revolucionária imediata, poderá proporcionar, em curto prazo, em confronto com o real, a desmistificação dos problemas sociais. O que pode ser considerado como o início prático do movimento dialético e, conseqüentemente, da negação de uma falsa cultura transmitida pela educação formal.

4.2 A NEGAÇÃO COMO PROPRIEDADE INTRÍNSECA DA EDUCAÇÃO

A intenção não é buscar resolver os problemas ideológicos da educação formal, mas tratá-la, primeiramente, como um instrumento fundamental para o aprendizado das diversas ciências e saberes que envolvem a história e a cultura humana em geral. Antes mesmo de estarem inseridos no contexto escolar, os sujeitos sociais tem na família a primeira fonte de aprendizado⁷. Nela se inicia o seu processo de humanização. A educação escolar se constitui como uma etapa mais elevada desta formação, com conteúdos cientificamente explicados, com uma organização curricular que obedece ao desenvolvimento psíquico dos sujeitos, enfim toda uma estrutura organizada que se associa e potencializa, de certa forma, aquele primeiro tipo de educação desenvolvida na família⁸. O fato é que a educação formal é apenas um momento na vida dos sujeitos sociais, porém fundamental para a ação deste na sociedade.

Importa dizer que, para além da escola, existem outros ambientes de aprendizagem, seja a família, a igreja, uma organização social, etc. A formação humana não se restringe à educação escolar.

Para Gadotti (1987) há entre a relação do homem com o mundo um processo dialético constante, que segundo ele:

É apenas nesta **dialética homem-mundo**, na qual o homem se opõe à natureza, que ele desenvolve suas próprias capacidades, suas próprias forças, seus sentidos. E é na medida em que desenvolve suas forças (subjetivas) que domina a natureza. Esta certamente é exterior ao homem, mas não pode ser compreendida sem ele. O que sabemos da natureza é o resultado de uma atividade prática e teórica, uma luta entre o homem e a natureza: a humanização da natureza realiza-se pela “naturalização” do homem (p. 45, grifos do autor).

É inevitável afirmar que o meio exterior ao homem induz a criação, e desenvolve as capacidades humanas. Na medida em que ele transforma a natureza, transforma-se a si próprio também. Esse processo dialético é tipicamente humano e

⁷ Sem julgar o caráter ideológico desse aprendizado, mas considerando-o como uma das formas de internalização da cultura, através da linguagem, dos gestos, dos afetos, etc.

⁸ Para Cury (1995) é denominada como fonte de educação informal, pois segundo ele: “[...] quando nascemos, nascemos dentro de mundo já interpretado, e que preexiste ao sujeito. Este horizonte interpretativo é pouco a pouco interiorizado pelos sujeitos. Estes, por sua vez, passam a ver o mundo de acordo com essa interpretação e a expressá-lo segundo a situação social que os condiciona. Assim, o cotidiano, a experiência de vida, a família, são fontes informais de educação (p. 104-105).

logicamente tem níveis diferenciados que obedecem a capacidade de cada membro da sociedade em se relacionar com o meio externo, por exemplo, a forma de um engenheiro agrônomo intervir na terra é diferente de um agricultor que não teve as mesmas oportunidades de acesso ao conhecimento elaborado que aquele teve. Não se está desconsiderando a experiência prática histórico-cultural que o agricultor possui que é importante e permite ao agricultor cuidar da terra mesmo na ausência do engenheiro agrônomo. Mas é inegável a diferença que há na práxis dos dois sujeitos tanto na teoria (atividade cognoscitiva) como na prática (atividade teleológica), ambos os níveis de atuação são diferentes. Precocemente não se pode qualificar e muito menos julgar as duas interferências como certa ou errada.

A educação, enquanto fenômeno se apresenta como uma comunicação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana, numa situação histórica determinada. Por isso se define como papel das instituições educacionais: “Ordenar e sistematizar as relações homem-meio para criar as condições ótimas de desenvolvimento das novas gerações, cuja ação e participação permita a continuidade e a sobrevivência da cultura e, em última instância, do próprio homem”. Portanto, o sentido da educação, a sua finalidade, é o próprio homem, quer dizer, a sua promoção (SAVIANI, 1986, p. 51).

Neste sentido, a educação formal é resultado da ação humana sobre a natureza, transformada em conhecimento; um conceito sistematicamente organizado que auxilia o próprio homem, evidentemente em um nível diferenciado, a intervir no mundo. Já se falou que, numa sociedade de classes, a educação ganha outras finalidades que não se confundem com a promoção em longo prazo do próprio homem em sentido amplo, mas a uma pequena parcela que aplica seu capital na compra dos meios de produção e contrata a força de trabalho humano, utilizando a potencialidade da educação destes em benefício da acumulação e valorização do capital aplicado.

Por mais que se identifique a presença da ideologia dominante na educação, esse fato não elimina de maneira alguma sua característica organicamente contraditória. De acordo com Severino (1986):

[...] a educação, contraditoriamente, é também força de transformação objetiva das relações sociais, ou seja, a força da educação não tem sentido *unívoco enquanto pura instância de reprodução*. Ao contrário, os processos educacionais no seu conjunto e no seu interior geram e desenvolvem também forças contraditórias, que comprometem o fatalismo da reprodução,

quer ideológica, quer social, atuando simultaneamente no sentido da transformação da realidade social (p.51).

A educação, nesse sentido, potencializa a atividade cognoscitiva humana, ou seja, a forma de compreender os fatos sociais, as estruturas que condicionam a realidade social e contribuem para a estratificação social. É dessa forma que a educação pode servir como um auxiliar na elaboração da atividade teleológica revolucionária, com a finalidade de promover a transformação social. Com isso, a ideologia dominante nos discursos e na estrutura social vai perdendo sua força metabólica, na medida em que a atividade consciente objetiva dos sujeitos passa a conhecer as estruturas que determinam os fatos sociais em sua totalidade concreta e apontando no plano teleológico a possibilidade da transformação da realidade social.

Severino (idem) revela que a educação pode criar forças contraditórias ao poder instalado em determinada formação social, isso porque segundo ele:

[...] Ao possibilitar às classes subalternas a apropriação do saber sistemático, revelando-lhes, por essa mediação, as reais relações de poder em que se estrutura a sociedade, a educação lhes permite também a compreensão do processo social global, uma vez que este saber está genética e contrariamente vinculado à situação social por mais que, ideologicamente, se tente camuflar esta vinculação o saber acaba levando ao questionamento das relações sociais, mediante um processo de conscientização do real significado dessas relações enquanto relações de poder, revelando inclusive a condição de contraditoriedade que as permeia. Assim, a educação acaba atuando, efetivamente, no sentido da formação política das classes dominadas, tanto ao nível da gestação de sua consciência de classe, como ao nível de sua instrumentação para práxis política mais adequada (p. 52).

Isto de certa forma é o grande demonstrativo de que a educação não determina o pensamento e nem muito menos as ações dos sujeitos sociais alienando-os a interesses de outrem. Ela é considerada como mediação. Como tal pode revelar as reais relações de poder da sociedade, o que pode até mesmo gerar a conscientização política das classes dominadas. Por um lado, da mesma forma que a educação, principalmente, a formal, pode através da ideologia, provocar o desvio na análise das condições sociais e com isso garantir pelo lado das classes dominadas, o consentimento das estruturas de dominação; por outro, pode

promover a elevação da capacidade humana de produzir uma análise reflexiva e crítica da sociedade.

Segundo Cury (1995)

[...] a educação, enquanto instrumento de disseminação de um saber mais abrangente, entra em contradição com a sociedade capitalista. O saber enquanto intenção pode vir a ser apropriado (tornar próprio) pelas classes subalternas. Ao incorporá-lo à sua prática, o tornam instrumento de **crítica das armas**, pois na sua prática (no conjunto das relações sociais) reside a contradição da intencionalidade dominante: a oposição entre o saber do dominante e o fazer do dominado (p. 71, grifos do autor).

Não há como ser crítico sem ter o mínimo de entendimento da realidade contraditória da sociedade capitalista. A educação, ao se tornar propriedade da classe dominada, permite não somente a essa classe o poder de perceber os fatos imediatos perceptíveis a primeira vista, como também, uma análise mais profunda que avança para além da realidade factível, somente atingível pela abstração do concreto pensado. É assim que a educação serve para as duas classes em questão.

Considera-se que a contradição não pode ser identificada apenas pelo exercício contemplativo ou especulativo da consciência. A contradição não nasce de abstração solta ou espontânea, ela se constitui como unidade concreta e abstrata contidos na realidade social. Dessa forma, somente a realidade concreta fornece ao homem os elementos essenciais para a negação das propriedades alienantes da educação, o que pode gerar a quebra do véu da ideologia dominante e instaurar uma nova realidade social.

A transformação social até pareceria fácil, teoricamente falando, mas não é, pois as fontes que determinam a realidade social são complexas e multi-reflexivas. Não parte somente de uma estrutura, mas da associação entre a estrutura econômica e a superestrutura política e ideológica. Por exemplo, a venda da força de trabalho não é um fenômeno *strito* da estrutura econômica; ela se sustenta na forma de contrato pela superestrutura jurídico-política. Esta por sua vez, ao torná-lo legal, instaura um regime de concordância e convencimento de que este fato, além de ser verdadeiro, é correto aos olhos da lei.

A ideologia, como superestrutura, aparece nesse caso como maquiadora do fenômeno da mais valia. Pelo lado do trabalhador, a venda de força de trabalho aparece como uma oportunidade de emprego que pode atender imediatamente a

realização de suas necessidades básicas tais como: alimentação, vestimentas, lazer, e etc. Portanto, a associação entre as estruturas e a superestrutura não refletem somente um fato social, mas um conjunto de fatos sociais gerados a partir de uma dada circunstância. O trabalhador quase sempre busca resolver os problemas imediatamente perceptíveis no seu dia-a-dia, como por exemplo, a fome, se o trabalhador não tiver emprego ou de onde tirar seu sustento.

Reconhecendo que “[...] a educação é um processo contraditório de elementos subjetivos e objetivos, de forças internas e externas” (GADOTTI, 1987, p. 62), o que, por sua vez proporciona a formação histórica do homem. É essa compreensão da educação, como unidade contraditória e mediadora da relação do homem com a natureza e sociedade, que dará o amálgama para estudar a práxis dos sujeitos sociais organizados em cooperativas, posto que a educação como processo contraditório, potencializa a atividade cognoscitiva. Além disso, eleva o nível de ação futura da atividade teleológica e inaugura assim uma forma de luta de classe que, no caso do cooperativismo, é predominantemente uma luta econômica de classe. Cabe saber como a superestrutura política e ideológica e a estrutura econômica modificam os efeitos da contradição da práxis dos trabalhadores.

Estudar a relação dos sujeitos organizados e a instituição criada (cooperativa) é fundamental, para se analisar as atividades cognoscitivas e teleológicas. Isto é, a interferência da coletividade na realidade social.

A criação de cooperativa não é um fato espontâneo, místico, deslocado do real. Pelo contrário, a criação da cooperativa é um fato histórico. Ela demarca, pela circunstância em que foi criada, uma fase do movimento dialético. Esse fato material é antecedido por um movimento reflexivo de um grupo de trabalhadores. O conhecimento desse momento reflexivo é de fundamental importância para a análise da educação corrente dos sujeitos organizados, bem como, para a avaliação do nível dessa interferência sobre a realidade concreta.

5 TRABALHO E EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA MARXISTA

O presente capítulo realiza uma breve discussão a respeito da relação entre trabalho e educação. Para tanto, este texto está distribuído em duas subseções, as quais tomam duas trajetórias. A primeira analisa o binômio trabalho-educação numa perspectiva ontológica e a segunda, pelo contrário, o destaca numa relação de submissão ao capital. Tem-se também a intenção em chamar a atenção para o resultado que cada uma dessas trajetórias pode produzir em relação à vida do homem em sociedade.

O trabalho, numa perspectiva ontológica, refere-se aos ganhos que esta atividade pode produzir no sentido da formação social dos indivíduos tendo como objetivo principal, a existência vital deste, sem que para isso seja preciso submeter sua força de trabalho a outrem. Nesse sentido, a força de trabalho é autônoma, livre, insubordinada. Nesse caso, a exploração do trabalho humano não ocorre. Já a força de trabalho quando subordinada ao capital, é entendida como objeto de expansão do lucro. Aqui, o homem, pelo trabalho, produz suas mínimas condições de existência, por outro lado, máximas condições de existência a quem controla as forças produtivas e é proprietário dos meios de produção. A seguir se verá cada uma dessas perspectivas.

5.1 TRABALHO-EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA

Marx (1996a) entende o trabalho como um processo que ocorre entre o homem e a natureza. Ele resulta na transformação da matéria natural, pois é:

[...] um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (p. 297)

Observa-se, então, que o trabalho é entendido como a relação do homem com a natureza, o qual a utiliza em provimento de si mesmo. Em razão disso é

considerado sujeito de sua própria existência. Sendo assim, pode-se tecer algumas considerações a respeito do conceito Trabalho, chegando-se às primeiras definições de que o trabalho se confunde com a idéia da sobrevivência, de permanência e manutenção da vida; não no seu sentido restrito, referindo-se somente ao homem, mas a todas as formas de vida existente no planeta.

Na visão marxiana, o controle do homem sobre a natureza se dá de forma racional. Nesse ponto, Marx enfatiza a transitividade do homem que, através do trabalho, parte de um estado natural, em que a natureza pode ser entendida como dominadora do homem garantindo assim sua existência, para o estado autônomo em que o homem torna-se sujeito de sua existência. Neste último estágio, o homem diferente dos demais seres natureza, não fica esperando um dia após outro como uma planta espera a luz, a chuva, necessitando de gás carbônico, macro e micronutrientes do solo, etc., para que assim sua existência seja mantida. Por outro lado, é através do trabalho, movimento da vida humana, que a humanidade garante sua existência. Porém, não se pode negar o caráter de dependência do homem em relação à natureza, na medida em que ele é, também, natureza e como tal, não está isento das influências das leis naturais⁹.

A respeito do princípio educativo do trabalho e sua relação com a existência humana, Saviani (2007) esclarece que:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (p. 154).

O trabalho para ser desenvolvido, necessita da racionalidade¹⁰, e se desenvolve a partir das propriedades qualitativas que se denomina educação. Não é possível considerar a atuação humana sobre a natureza, sem levar em consideração a intencionalidade, a experiência, isto é, o caráter educativo que conduz a ação

⁹ Por exemplo, o homem não pode produzir, por si só, o oxigênio, mas é a natureza através das leis naturais que o produz, possibilitando condições favoráveis de vida a humanidade. Por essas e outras que não consideramos o homem independente, pelo menos, numa dimensão natural.

¹⁰ A racionalidade humana pode ser entendida como capacidade psíquica, natural, inata. Mas, somente se desenvolve mediante os elementos culturais, portanto, sociais.

humana no trato com os elementos da natureza. O saber está inerente ao trabalho humano, seja aquele compreendido num tipo de educação formal, não formal ou informal. Esse, talvez, seja o ponto da transitividade e da diferença entre o animal racional e do irracional.

A respeito das diferenças qualitativas do trabalho humano em relação às operações instintivas dos animais irracionais, Marx (1996a) analisa que:

[...] Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção de favos de suas colméias. **Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera.** No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar a sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (p. 298, grifos nosso).

No trecho destacado acima, Marx ajuda a identificar a grandeza abstrativa inerente à prática do trabalho, demonstrando que a ação humana se diferencia da de qualquer outro ser da natureza por se configurar no plano ideal antes mesmo de ser refletida no plano real. É nesse sentido que se considera a unidade entre trabalho-educação. Mas para isso, considera-se o momento ideal uma etapa em que se dá o planejamento da ação concreta, e como tal convém denominá-lo como o momento **qualitativo do trabalho**. É a partir daí que se compreendem os elementos educativos como potencializadores deste momento ideal, o que poderá resultar também na elevação da intervenção prática. Portanto, o trabalho promove a elevação ideal e prática do sujeito, na medida em que o trabalho resulta na construção dos meios culturais, os quais são fundamentais para a humanização dos sujeitos em sociedade. O homem, então, no controle do trabalho, produz sua própria existência e tem autonomia no processo de produção daquilo que necessita para sobreviver. Enfim, é pelo trabalho que o ser se eleva como ser social-histórico e cultural.

Mas, o que contribui para o homem construir sua existência, isto é, com que força constrói sua própria natureza objetiva e a partir desta sua natureza subjetiva. A seguir, faz-se uma reflexão a respeito da força produtiva humana, destacando-a como capacidade individual, a qual lhe permite a produção das condições necessárias de vida.

5.1.1 A Força de Trabalho

O foco é tentar deixar um pouco mais claro a relação entre Trabalho e Educação numa perspectiva ontológica. Sabe-se que esse tema promove discussões abrangentes, porém se tentará abordá-lo de maneira breve. Para tanto, precisa-se, em primeiro lugar apreender o conceito de força de trabalho. Para Marx (1996a, p. 99) *a força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva*, também pode ser entendida como a capacidade que cada homem tem para produzir sua própria condição de existência, isto é, produzir sua própria alimentação e dos seus pares. É preciso considerar a constituição da força de trabalho numa totalidade de aspectos qualitativos forjados pelo momento ideal (construção do conhecimento), impulsionado primeiramente pelos aspectos naturais, sociais e culturais da realidade concreta. Em seguida, considerá-lo como realização prática material que auxiliará na intervenção e na criação da realidade objetiva, como exemplo; a inserção da técnica (instrumentos) no trabalho, tornando-o menos dispendioso.

Ao considerar a força de trabalho como capacidade, não se pode excluí-la ou entendê-la fora de um contexto evolutivo, histórico, flexível. E, portanto, reconhecendo as diferenças que cada homem possui em relação a sua capacidade de trabalho. É aí que se encontra o valor educativo indissolúvel da prática de trabalho. O Trabalho (capacidade produtiva) que ao fazer uso das mãos não exclui o caráter intelectual, se assim o fosse, poderia ser realizado por qualquer animal irracional; de outro modo, não assume uma postura extremamente intelectual, a qual não produza o movimento do corpo e o uso dos órgãos, pelo menos os do sentido. Portanto, considera-se o trabalho como um processo que exige o desempenho das forças intelectuais. Essas forças correspondem à capacidade de conhecer, conceituar, criar, transformar a natureza e a si próprio. Mas também exige uma ação

prática para a realização material, pois somente utilizando o pensamento jamais o homem conseguiria modificar a natureza, ou melhor, o meio externo.

Ao se considerar o trabalho primeiro como atividade ideal e segundo como atividade prática, então se pode inferir que nos instante da atividade ideal, a educação é quem promove o desenvolvimento humano refletido na ação prática do trabalho, resultando no desenvolvimento da força de trabalho. É a propriedade educativa imanente ao trabalho que permite a ele o caráter de ensino e aprendizagem. Seja ele passado de pai para filho, como ocorre informalmente na prática de trabalho na agricultura familiar, na marcenaria, etc. Ou, aprendido na academia, como é o caso da engenharia, a medicina, etc. Enfim, todo trabalho pode ser aprendido e pode exigir níveis elevados de atuação prática.

Carlos Rodrigues Brandão (1991) em seu livro “O que é a educação?” afirma que:

A educação é, como outras, **uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam**, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de **trocas sem fim com a natureza e entre os homens**, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes ocultar, às vezes a inculcar – de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem (p. 10-11, grifos nosso).

É a capacidade de construir e compreender o mundo que permite avanços em nosso *modo de vida*, na prática de trabalho. São essas *trocas sem fins entre o homem e a natureza e entre os homens* que permitem a criação de vários elementos materiais e imateriais do mundo concreto.

Segundo Brandão (idem):

[...]. **Tudo o que existe transformado da natureza pelo trabalho do homem e significado pela sua consciência é uma parte de sua cultura:** o pote de barro, as palavras da tribo, a tecnologia da agricultura, da caça ou da pesca, o estilo dos gestos do corpo nos atos do amor, o sistema de crenças religiosas, as histórias das histórias que explica quem aquela gente é e de onde veio, as técnicas e situações de transmissão do saber. Tudo o que existe disponível e criado em uma cultura como conhecimento que se adquire através da experiência pessoal com o mundo ou com o outro; tudo o que se aprende de um modo ou de outro faz parte do processo de endoculturação, através do qual um grupo social aos poucos socializa, em

sua cultura, os seus membros, como tipos de sujeitos sociais (p. 25, grifos nosso).

Nessa assertiva, o autor dá pistas, as quais dão a entender o trabalho como elemento de externalização histórico-cultural do desenvolvimento das capacidades educativas de cada povo. Assim, ao estudar um determinado grupo de pessoas, conhecendo suas práticas de trabalho, suas técnicas, seus instrumentos, pode-se concomitantemente conhecer o desenvolvimento do saber histórico-cultural dessa comunidade. Ou seja, o resultado do trabalho é sempre a unidade entre o concreto e o abstrato, entre o objeto e o conhecimento. A cultura, portanto, existe tendo essa unidade como estrutura. Assim, pode-se afirmar que sem o trabalho humano não existe cultura.

Para Freire (1996), toda produção humana está representada na realidade cultural e afirma que a posição normal do homem:

[...] era a de não apenas estar no mundo, mas com ele. A de travar relações permanentes com este mundo, de que decorre pelos atos de criação e recriação, o acrescentamento que ele faz ao mundo natural, que não se fez, representado na realidade cultural. E de que, nestas relações com a realidade e na realidade, trava o homem uma relação específica - de sujeito para objeto - de que resulta o conhecimento, que expressa pela linguagem (p. 112-113).

O ato de produzir, reproduzir, construir e reconstruir é tipicamente humano, e deve ser considerado como aspectos qualitativos do trabalho, os quais só existem como saber construído historicamente. Neste sentido, o estar no mundo e com o mundo, em primeiro lugar, remete a idéia de espaço de inserção do homem no sentido de onde sua vida acontece. Em segundo lugar, refere-se à relação que este estabelece no ambiente em que vive. E é este ambiente, entendido como espaço da criação, ao mesmo tempo reflete esta criação, onde outros aprendem e recriam. O que no movimento de expansão do conhecimento e desenvolvimento das capacidades criativas humanas e isso não se dá fora da relação trabalho-educação.

Mediante a discussão que se travou até aqui, pode-se considerar a força de trabalho como a capacidade de realização produtiva que cada indivíduo possui constituída de duas dimensões: a ideal e a ação prática. Na dimensão ideal a internalização dos saberes culturais é quem dinamiza e desenvolve os aspectos cognitivos do trabalho; e a ação prática reflete e revela materialmente o nível de

desenvolvimento do trabalho humano. O trabalho neste sentido não garante somente a existência das propriedades biológicas humanas, mas, também promove a existência humana no seio sócio-cultural.

Portanto, primeiramente, discutiu-se o trabalho como propriedade e a atividade auto-realizadora da capacidade humana. Que garante a existência humana tanto no sentido biológico como no sentido social. Com isso, o trabalho não somente produz a realidade objetiva necessária ao homem, mas também proporciona condições tanto subjetivas como intelectuais que o auxiliam na apreensão dos saberes culturais (atividade cognoscitiva); bem como na ação prática proporciona a este a possibilidade de transformar a realidade em benefício de si enquanto espécie (atividade teleológica). Diante de tudo, cabe uma análise sobre a influência do sistema capitalista na transformação do trabalho humano e as consequências advindas desse fato para a dimensão social e individual dos trabalhadores. É o que se fará a seguir.

5.2 TRABALHO-EDUCAÇÃO SUBSUMIDO AO CAPITAL

Na primeira subseção, discutiu-se o trabalho como atividade humana capaz de garantir a preservação da espécie. Para tanto, desenvolveu-se o conceito de força de trabalho, entendida como capacidade subjetiva de criar a objetividade necessária à existência humana. Buscou-se também demonstrar a prática do trabalho e seus resultados voltados para o próprio ser que a produz, o homem. Para tanto, na presente subseção se discutirá como o trabalho pode perder essa qualidade, tornando-se alienante.

Com a transformação das relações de produção ao longo dos séculos, chega-se ao modo de produção capitalista. Ao imaginá-lo no contexto de uma estrutura piramidal ter-se-ia: por **base**: a propriedade privada dos meios de produção; por **meio**: a exploração do trabalho humano e por **fim**: a lucratividade. Nesse sistema político e econômico surge, também, a figura da classe dominante representada pela burguesia e a classe dominada representada pelo proletário. Dando origem às contradições sociais em que a riqueza de poucos existe contrastando com a pobreza de muitos. Considera-se a primeira classe, dona dos meios de produção e a segunda, dona de sua própria força de trabalho.

Diante disso, segundo Souza (2002):

A burguesia, [...] inaugura um modo de produção e organização da sociedade na qual o homem é considerado possuidor de uma mercadoria – a força de trabalho – e, como tal, livre para garantir a qualidade da sua sobrevivência de acordo com o seu mérito pessoal. Tal consideração carrega consigo um forte conteúdo ideológico que omite a natureza desumana desse modo de produção e organização da sociedade, em que o homem é utilizado como recurso, ou melhor, como mercadoria necessária para a produção de valor (p. 19).

Assim é possível perceber a descaracterização do conceito inicial, que se defendeu na subseção anterior, em relação à força produtiva (ou força de trabalho), a qual no contexto de classe assume o papel de objeto a ser comercializado pela burguesia. O homem passa a ser objeto de expansão do valor no processo de produção. Agora, a força de trabalho, que o homem utilizava em provimento de si mesmo, é utilizada a serviço de quem é detentor dos meios de produção, o capitalista.

A força de trabalho, assim entendida, não mais satisfaz as necessidades de quem a possui, mas sim de quem possui os meios para dominá-la. A esse respeito Souza (2002) conduz a seguinte compreensão:

Quando se utiliza o homem como recurso, situação na qual o ser humano não é tratado como tal, mas como simples parte indiferenciada da natureza, ele retorna à sua condição de animal, retorna a sua condição de objeto do mundo natural. O trabalho, nessas condições perde seu sentido de satisfação das necessidades e torna-se um meio para satisfazer outras necessidades externas àquele que trabalha. Desse modo, o trabalho já não lhe pertence mais, e sim a outra pessoa; o produto do seu trabalho já não é para satisfazer suas necessidades, mas as necessidades de outros. O trabalhador não se pertence mais, deixa de constituir-se sujeito no processo de trabalho para constituir-se objeto. Aliena-se. E na medida em que se aliena, retorna a sua condição indissociada da natureza. Animaliza-se. Seu trabalho assim concebido é trabalho alienado (p. 20).

Nessa assertiva, Souza ajuda entender de que forma o trabalho se subordina ao capital, e tal subordinação é assumida mediante a transformação da força produtiva em objeto de valorização do capital, negando assim as necessidades de quem o realiza. O autor citado relaciona a alienação do trabalho com a animalização do homem. Dessa forma, pode-se entender que o trabalho, voltado para o homem, produz sua humanização; já o trabalho, que beneficia a outrem, produz sua animalização.

Para Souza (2002, p. 20) “o trabalho alienado, então, tem suas origens no momento em que o trabalhador começa a ser destituído dos meios de produção e passa a produzir para outro”. É nessa relação entre capital e trabalho que se sustenta a divisão social de classes, onde uma é possuidora dos meios de produção e a outra é destituída deste. Uma precisa subordinar o trabalho de outrem para a manutenção do *status quo* e garantia de elevação de suas riquezas, enquanto a outra precisa expor seu trabalho à alienação para poder existir. Essas contradições assumem a principal característica do modo de produção capitalista e reafirmam cada vez mais a ordem estabelecida pelo capital.

Para Chakhnazárov e Krássine (s/d):

Antes de vender as mercadorias no mercado e obter o lucro, é preciso produzi-las; mas é o trabalho, e só o trabalho, que pode criar o valor. O capitalista não é um escravista nem um senhor feudal; não tem escravos nem servos dos quais possa dispor como coisa própria. Mas tem meios de produção, e na sociedade existe a classe dos proletários, que carecem dos referidos meios. O operário não está sujeito à dependência pessoal relativamente ao capitalista, mas para viver não tem outro remédio senão fazer-se contratar e vender a sua força de trabalho ao capitalista. Ao comprá-las, este adquire a única mercadoria capaz de criar valor (p. 113-114).

No contexto da produção capitalista, o homem não é considerado escravo, no sentido de propriedade material dos senhores de engenho, mas é possível notarmos a condição e evolução histórica daquilo que se entende como escravismo. Hoje o homem é “livre”, tem direitos sobre si, mas ao submeter a sua força de trabalho, esse direito e sua suposta liberdade estão subordinados ao planejamento da produção. A partir da afirmação acima, pode-se considerar que, numa formação social capitalista, o trabalho depende dos meios de produção para que assim a mercadoria seja produzida e vendida no mercado. Desse modo, os **produtos** (mercadoria), resultado final da relação entre as forças de trabalho e os meios de produção, garantem o valor do trabalho humano (salário) e o valor de troca (lucro) necessários aos interesses da burguesia.

Vale ressaltar que a força produtiva cria um novo valor à mercadoria. Desse modo, os custos com a matéria prima são conservados no produto elaborado, acrescido do valor do trabalho humano. Por exemplo: se para construir uma camisa se precisa do tecido, dos botões, da linha, etc. imagina-se que essa matéria prima custe 10 reais. E o trabalho humano para produzi-la tenha o custo de 20 reais.

Então, o valor de fábrica do produto-camisa seria de 30 reais. Porém, dentro desse contexto, o trabalhador ganha 25 centavos por hora de trabalho; 1 real por dia; 5 reais por semana e seu salário mensal é de 20 reais. Sendo que, por dia, sem a ajuda de máquinas, fabrica 5 camisas. Produzindo um valor diário 4 vezes superior ao seu salário mensal. Surgindo assim a Mais-Valia Absoluta¹¹, denunciada por Karl Marx como a fonte de lucratividade do capitalista.

Segundo Marx (1996b):

O prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital — isso é a produção da mais-valia absoluta. Ela constitui a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção da mais valia relativa. Com esta, a jornada de trabalho está desde o princípio dividida em duas partes: **trabalho necessário e mais-trabalho**. Para prolongar o mais-trabalho reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais o equivalente do salário é produzido em menos tempo. A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais (p. 138, grifos nosso).

Nas palavras de Marx, tornam-se evidentes as características dos dois processos de mais-valia e sua relação com a estrutura da jornada de trabalho: o trabalho necessário¹² e o mais-trabalho¹³. É esse mais-trabalho ou supertrabalho ou sobretrabalho quem garante a lucratividade do explorador, que materializa a alienação do trabalhador. É quem mantém a “ordem social” consubstanciada na relação dominador-dominado.

Na citação anterior é mencionado outro tipo de mais-valia, a mais-valia relativa. Para Marx, ela é entendida como prossecução da mais-valia absoluta. Para facilitar a compreensão entre ambas é preciso que se entenda a mais-valia absoluta como o alargamento do tempo de trabalho necessário, que pode ser justificado pela ausência das máquinas no processo de produção. E desse modo, a totalidade do processo produtivo fica a cargo do trabalhador que se utiliza do conhecimento técnico e das suas mãos para fabricar algo. Nesse contexto, a exploração é direta, o trabalhador gera por si só o mais-trabalho condicionado a um tempo de produção. Já

¹¹ A mais-valia absoluta caracteriza-se pela ocorrência da exploração do trabalho sem a presença de máquinas.

¹² Trabalho necessário, refere-se ao tempo em que o trabalhador leva para produzir o equivalente ao valor mensal de seu trabalho, ou seja, seu salário.

¹³ Mais-trabalho refere-se ao tempo de trabalho expropriado do trabalhador pelo capitalista, o valor produzido não é pago ao trabalhador, pois é fonte de lucro do empregador.

na mais-valia relativa¹⁴ tem-se a redução do tempo de trabalho necessário, justificada pela presença da maquinaria na produção e, por conseguinte, o mais-trabalho decorrente do funcionamento da máquina que acelera a produtividade do trabalhador. O tempo de produção pode até ser o mesmo, mais com a ajuda das máquinas, a produção se eleva e o resultado do mais-trabalho é mais satisfatório ao explorador.

Aproveitando o exemplo supracitado, em que 5 camisas eram produzidas manualmente em um dia de jornada de trabalho, resultando no percentual de mais-trabalho diário quatro vezes maior em relação ao trabalho necessário mensal constituindo-se, assim, como um exemplo de mais-valia absoluta. Na mais-valia relativa, ocorre à expansão da produção, agora, com a ajuda da máquina, o trabalhador consegue produzir 20 camisas por jornada de trabalho (dia de trabalho). Quatro vezes mais que a produção anterior. Portanto, é na mais-valia relativa que o supertrabalho ganha transformação de ordem quantitativa e qualitativa ao mesmo tempo. O trabalhador não ganha nada com isso, pelo contrário já começa a temer pelo seu trabalho, pois a máquina consegue produzir o mesmo que quatro trabalhadores em uma jornada de trabalho produziram. Surge, então, o desemprego estrutural caracterizado pela substituição quantitativa de homens por máquinas.

É necessário, também, entender que a produção e consolidação da mais-valia absoluta e relativa não se dão somente no espaço em que o trabalho é realizado, ou seja, nas quatro paredes de uma indústria. Sua consolidação se dá no processo de troca da mercadoria, uma vez que esta possui segundo Marx (1996a) dois valores: o de uso e o de troca. O valor de uso refere-se ao valor qualitativo de determinada mercadoria, sua importância para suprir as necessidades básicas para quem o compra, ou seja, o sentido que aquele produto tem para ser comercializado. O valor de troca refere-se ao preço do produto no mercado, onde está incutido o custo de produção, o salário do trabalhador e o lucro. É nessa relação que o consumidor final torna-se financiador do trabalho necessário e do mais-trabalho. Na prática, a mercadoria tem duplo sentido: se para o consumidor é tida como necessidade ou

¹⁴ Por exemplo, sem ajuda de máquinas o trabalhador, durante quatro horas de trabalho, consegue produzir o trabalho necessário em duas horas e as outras duas horas produz o equivalente ao mais-trabalho. No contexto da mais-valia relativa, com as mesmas quatro horas, o trabalhador consegue produzir em 30 minutos o trabalho necessário a sua existência e as outras 3 horas e meia produz o lucro do patrão, graças a presença da máquina no processo produtivo, a qual diminui o trabalho necessário e aumenta o mais-trabalho.

algo semelhante, para o explorador significa o alcance dos objetivos gerados pela mais-valia. Observa-se, portanto, os sentidos que o trabalho humano adquire. Primeiro como elemento de consolidação da existência humana e segundo como a consolidação dos ganhos materiais (o lucro de poucos).

5.2.1 O Trabalho e a Subsunção Formal e Real

Na obra *O Capital*, Karl Marx sistematiza a prática do modo de produção capitalista. Com isso, observa vários fenômenos e estabelece leis que caracterizam e denunciam como ocorre o processo de exploração do homem no contexto desse modo de produção. Até neste ponto se discutiu a submissão do trabalho ao capital no chão da fábrica ou indústria. Isso já representa um dos tipos de relação da produção, a **subsunção real**, uma vez que, este conceito refere-se à influência direta que o trabalhador sofre em relação ao planejamento de produção e valorização do capital.

Brighton (apud SOUZA, 2002) formula a seguinte compreensão a respeito da subsunção real:

Uma vez que a produção é agora coletiva, em grande escala e baseada na maquinaria, o capital pode apropriar para si próprio todas as funções de especificação, organização e controle, e executá-las independentemente do trabalhador. Pode assim impor seus objetivos sobre o processo de trabalho de uma forma tal que o trabalhador, mesmo quando colocado novamente em associação com as condições de trabalho, o faz numa relação antagônica. Naturalmente, esta relação entre capital e trabalho não é estática, mas é constantemente reproduzida sob novas condições. É um terreno de luta de classes constantemente renovada. A dominação do capital é reproduzida porque o capital tem tanto o poder quanto a necessidade de revolucionar constantemente as forças de produção (p. 25-26).

É possível perceber que a subsunção real do trabalho humano ao capital possui características específicas como a exploração intensiva no chão da fábrica ou indústria, onde prevalece quase sempre pela mais-valia relativa; claramente entendida quando o autor menciona "... em grande escala e baseada na maquinaria". Os meios de produção e a força de trabalho estão no domínio direto do capital.

Na subsunção real, segundo o autor, a luta de classe é mais intensa, devido à imposição do capital e exploração se tornarem visíveis à percepção do trabalhador. Sua capacidade de produzir não lhe pertence, pois, está condicionada as intencionalidades do explorador, o qual tem como objetivo a reprodução do capital tirando proveito do melhor que a força de trabalho pode gerar. Ao longo do percurso histórico do modo de produção capitalista, a qualificação da força de trabalho cada vez mais é exigida e o trabalhador é forçado a buscá-la. Se assim não o fizer é excluído do processo de produção.

Já em relação à subsunção formal Brighton (apud SOUZA, 2002) afirma:

Quando o processo de trabalho é subordinado apenas formalmente ao capital, há produção de mais-valia e sua apropriação, mas as condições objetivas e subjetivas do trabalhador são de molde a fornecer uma base material para a resistência contínua à imposição da valorização como o objetivo exclusivo do processo de produção. O controle real da produção não está ainda firmemente nas mãos do capital. Existe ainda uma relação entre o trabalhador e as condições de trabalho no interior da produção que dão ao trabalhador certo grau de controle e, portanto, um instrumento com o qual pode fazer valer seus objetivos de classe que podem, naturalmente, ser diferentes daqueles do trabalhador proletário plenamente desenvolvido do modo capitalista maduro de produção (p. 25).

Esse enlace, como enfatiza o autor “apenas formalmente,” pode ser exemplificado nos contratos que uma cooperativa ou associação podem ter com alguma empresa, em que aquelas vendem serviços, produtos ou matérias primas a estas. As características peculiares dessa subsunção referem-se a exploração extensiva e indireta do trabalho, prevalecendo quase sempre o fenômeno da mais-valia absoluta. Aqui os meios de produção e a força produtiva não são mantidos pelo capital dominante. O trabalhador, portanto, conduz toda a produção, desde o processo inicial até o final, possuindo certa autonomia por estar à frente na administração dos negócios da “empresa” coletiva.

A pergunta que se faz, diante deste contexto, é: Como é possível ocorrer a extração da mais-valia absoluta? Conforme já se viu, a mais-valia caracteriza-se pelo tempo de trabalho necessário (salário do trabalhador), mas o tempo de trabalho supérfluo ou supertrabalho (lucro do explorador). Por mais que o trabalhador tenha em suas mãos os meios de produção e sua força produtiva, o preço da mercadoria

quem acaba determinando é o explorador. O preço¹⁵ da matéria prima (produto do trabalho) já induz a produção da mais-valia, na medida em que esse preço é reduzido pelo explorador, onde o trabalhador sente-se forçado a aumentar seu tempo de trabalho (trabalho necessário + mais-trabalho) a fim de manter o preço necessário a sua existência.

Nesse caso, reafirma-se que o valor da mercadoria é a condição de existência do trabalhador. Pois, por um lado, garante a sobrevivência humana, por outro, promove a reprodução do capital. Sem essa propriedade de consolidação da mais-valia, inerente a mercadoria (no contexto do trabalho subsumido ao capital), jamais a acumulação, a exploração, o lucro e conseqüentemente uma classe superior economicamente poderia existir.

Mandel (1980) ajuda a entender essa dinâmica de exploração afirmando que:

Não é a troca que cria a mais-valia, mas um processo graças ao qual o capitalista obtém sem troca, sem equivalente, gratuitamente, o tempo de trabalho cristalizado em valor. E esse processo não é nada além do gozo pelo capitalista do valor de uso da força de trabalho, que tem a qualidade de poder produzir valor de troca, de seus próprios gastos de manutenção, uma vez dado o nível determinado de produtividade do trabalho, sem o qual o modo de produção capitalista seria inconcebível (p. 86-87).

Percebe-se, então, que ao se tomar como referência o significado do trabalhador para o capitalista, ter-se-ia a seguinte compreensão: o valor de uso (mais trabalho) ganharia outra acepção, pois à força de trabalho subordinada significa para o explorador a obtenção da mais-valia. Já o valor de troca (trabalho necessário) estaria relacionado ao salário ao qual o trabalhador subordinou sua força produtiva. Portanto, a força de trabalho para os exploradores tem seu valor de troca e o valor de uso, esse último pode ser entendido como sinônimo da mais-valia, identificado nas duas formas de relação de produção: na subordinação real e formal.

5.2.2 Trabalho e as Transformações Tecnológicas

Já em pleno século XXI, alguém pode afirmar: “Em meio às transformações tecnológicas no mundo do trabalho, somente a educação pode assumir um papel fundamental no acompanhamento e difusão das novas técnicas”. Tal afirmação

¹⁵ [...] o preço outra coisa não é senão a expressão em dinheiro do valor (MARX, 1996a, p. 96).

poderia conduzir a divisão entre trabalho e educação. Mas, o que se percebe na realidade é a ocorrência do fenômeno de categorização do trabalho segundo o nível de conhecimento-instrução do trabalhador. A esse respeito Brandão (1991) enfatiza que:

Quando o fruto do trabalho acumula os bens que dividem o trabalho, a sociedade inventa a posse e o poder que supera os homens entre categorias de sujeitos socialmente desiguais. A posse e o poder dividem também o saber entre os que sabem e os que não sabem. Dividem o trabalho de ensinar tipos de saber a tipos de sujeitos e criam, para o seu uso, categorias de trabalhadores do saber-e-do-ensino (p. 103).

Diante dessa afirmação, o autor supõe que o resultado do fruto do trabalho ao gerar acumulação de bens serve como estímulo para a geração de uma sociedade dividida e desigual. Quem consegue ter posse torna-se privilegiado tanto para a obtenção do poder quanto do saber. Desse modo, enquanto uma classe obtém o saber para administrar a sociedade, outra se submete a trabalhos forçados. Nascem, assim, os tipos de saberes, os quais qualificam e tentam determinar a trajetória de vida dos sujeitos sociais.

Brandão (1991) ajuda a esclarecer que, mesmo que alguns tentem insistir em separar trabalho e educação, por entender que tal separação refletirá na sociedade na forma de relação entre dominantes e dominados mantendo com isso o *status quo* de poucos, a separação desse binômio trabalho-educação não ocorrerá na sua essencialidade, embora se reconheça que em alguns casos essa relação seja ínfima tomada em sentido vertical, mas mesmo assim, o trabalho não deixará de promover a humanização social do homem.

O trabalho como relação do homem com a natureza, consubstanciada na ação e controle dos bens naturais, não se dá destituído do ato educativo. Ele é concebido seja pela experiência empírica ou pela experiência científica, as quais são resultados da construção histórica humana. A criação e o desenvolvimento das ferramentas de trabalho, da evolução cultural, etc., desde a época dos povos primitivos até a sociedade moderna atual, representam o indicativo dos resultados produzidos pela força de trabalho, mediada pela ação educativa inerente a este.

Os instrumentos de trabalho que, na comunidade primitiva eram produzidos pelo homem para uso próprio, isto é, em seu benefício a partir da exploração da

natureza ao longo dos séculos, foram adquiridos e sendo aperfeiçoados em prol do explorador. E isso em nosso tempo-histórico chama-se meios de produção. O que o homem constrói, em relação aos instrumentos de trabalho, é usado a serviço de outrem, e na maioria das vezes, é usado para explorar o próprio homem. Assim, é possível observar que a alienação do trabalho também se constitui na alienação do caráter educativo, o qual no modo de produção capitalista se tornou propriedade (BRANDÃO, 1991).

Segundo Brandão (1991):

[...] O controle sobre o saber se faz em boa medida através do controle sobre o que se ensina e a quem se ensina; de modo que, através da educação erudita, da educação de elites ou da educação “oficial”, o saber *oficialmente* transforma-se em instrumentos político de poder. Ele abandona a *communitas* de que fez parte um dia e ingressa na estrutura dos aparatos de controle. O “processo grego” se repete então: a educação da comunidade, a escola, a oposição entre a educação-de-educar e a educação-de-instruir, a passagem da aprendizagem coletiva para o ensino particular, o controle do Estado. Em primeiro lugar, em algum tempo ela existe difusa no meio social de que todos participam e é ativamente exercida nos diferentes círculos naturais da sociedade: a família, o clã, o grupo de idade, o grupo de *socius*. Mais adiante a educação especializa-se sob a égide da escola, mas a escola particular do mestre avulso ainda é uma extensão da sociedade civil. Mais tarde ainda, a própria educação escolar cai sob o poder de decisão do Estado que, quando autoritário e classista, exerce a educação para o controle da sociedade civil, da comunidade de todos (p. 102-103).

Nessa assertiva, Brandão, nos oferece pistas para compreensão da evolução histórica que a educação trilhou, em muitos povos antigos, nos quais tomou a direção de objeto de poder. Fornece, nas entrelinhas, a compreensão de que a educação informal e não-formal garantida pela família, o clã, e os grupos de idade, não tomou essa mesma trajetória, mas a educação que se formalizou (educação especializada) sob a égide da escola ganhou objetivos diferenciados numa perspectiva de classe.

Antônio Gramsci (1988), em sua investigação a respeito da organização da escola e da cultura, percebeu que havia, na sociedade moderna, uma educação voltada para as classes instrumentais e outra, para as classes dominantes. Justificava que:

A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais.

O desenvolvimento da base industrial, tanto na cidade como no campo, provocava uma crescente necessidade do novo tipo de intelectual urbano (p. 118).

Portanto, Gramsci ajuda a compreender que essa divisão fundamental se dava de acordo com o desenvolvimento da base industrial, ou seja, a educação profissional já tinha seus objetivos traçados, voltados para o bom desenvolvimento industrial. Nota-se que o objetivo primeiro da educação profissional está voltado para a produção e não para o bem do sujeito que a internaliza. Assim, a educação que pertence a alguém, não produz resultados para ele e sim para outrem.

As transformações tecnológicas são acompanhadas das elevações no conteúdo de conhecimento, tanto daquele que produz a tecnologia, quanto daquele que irá manuseá-la. Com isso, a formação profissional é inevitável. Segundo Pinto (1994):

A inteligência humana, materializada em máquinas também inteligentes, vai dispensando, progressivamente, a capacidade de raciocínio crítico e de julgamento dos trabalhadores. Estes vão se tornando cada vez mais dependentes, dóceis e secretamente cínicos. A vida social perde o seu sentido e orientação. As pessoas buscam escapar através dos conflitos interpessoais cotidianos, das drogas, da apatia e o trabalho vai se tornando cada vez mais isolado e destituído de significado. A experiência escolar se torna cada vez mais mecânica e perfunctória, cada vez mais orientada por regras formais e pela transmissão de saberes destituídos de significados (p. 43).

Percebe-se, assim, que enquanto de um lado, a unidade trabalho-educação estiver voltada para a produção, produzindo resultados positivos a indústria, por outro lado, produzirá homens (trabalhadores) com baixo raciocínio crítico, os quais têm dificuldades para compreender seu trabalho numa dimensão social, cultural, política, econômica; enfim, à própria vida. Nesse movimento, o binômio trabalho-educação é reduzido à produção industrial.

Na visão de Neves (1994):

A introdução de novas tecnologias e de novas formas de organização no processo de produção industrial tem provocado um grande impacto. Elas têm procurado responder aos desafios do mercado mundial que exige maior competitividade e qualidade do produto, além do atendimento às novas demandas do consumo. Objetivam, também enfraquecer o controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho e as resistências organizadas no cotidiano fabril, a eliminar os tempos mortos alcançando maior produtividade e diminuição de custos. Dessa maneira, as novas tecnologias apresentam dois objetivos fundamentais; tornar as empresas mais aptas a

disputar no mercado e conseguir um aumento do controle sobre a produção e os trabalhadores (p. 27).

Sendo assim, as novas tecnologias assumem um papel fundamental na produção, uma vez que produzem resultados satisfatórios como o aumento da competitividade, qualidade dos produtos, diminuição de custos, na produção, minimização da atuação do trabalhador e a maximização do controle do trabalho humano. Esses resultados jamais seriam atingidos somente com a capacidade mecânica humana. Neste sentido, as tecnologias são cada vez mais endeusadas, enquanto o trabalho humano torna-se cada vez mais inviável por necessitar de altos investimentos e compromissos trabalhistas; muito embora os empregadores saibam da impossibilidade do trabalho sem a presença humana.

No último capítulo do primeiro volume de “O capital”, Karl Marx, põe em discussão a união das forças produtivas, no chão da fábrica, a qual chamou de cooperação e que, para ele, esse reunido produzia saltos quantitativos na produção. Diante disso, Marx (1996a) afirmava que:

Abstraindo da nova potência de forças que decorre da fusão de muitas forças numa força global, o mero contato social provoca, na maioria dos trabalhos produtivos, emulação e excitação particular dos espíritos vitais (*animal spirits*) que elevam a capacidade individual de rendimento das pessoas, de forma que 1 dúzia de pessoas juntas, numa jornada simultânea de 144 horas, proporciona um produto global muito maior do que 12 trabalhadores isolados, cada um dos quais trabalha 12 horas, ou do que 1 trabalhador que trabalhe 12 dias consecutivos. Isso resulta do fato de que o homem é, por natureza, se não um animal político, como acha Aristóteles, em todo caso um animal social (p. 443).

O que se pode analisar, nesse contexto, é que o mais importante, para o capitalista, em relação à cooperação das forças produtivas, não é o resultado que se poderia atingir como melhores condições de trabalho e de vida dos homens envolvidos nesse processo. E sim, a oportunidade de elevação de produção, conseqüentemente, acumulação e lucro através da exploração do trabalho humano, agora não mais individualmente e sim coletivamente.

Segundo Marx (1996a)

Em comparação com uma soma igual de **jornadas de trabalho isoladas individuais**, a jornada de trabalho combinada produz maiores quantidades de **valor de uso, diminuindo por isso o tempo de trabalho necessário para produzir determinado efeito útil**. Se, conforme o caso, ela obtém

essa força produtiva mais elevada por aumentar a potência das forças mecânicas do trabalho ou por estender sua escala espacial de ação, ou por estreitar o campo espacial de produção em relação à escala da produção, ou por mobilizar no momento crítico muito trabalho em pouco tempo, ou por provocar a emulação entre os indivíduos e excitar seus espíritos vitais, ou por imprimir às operações semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiplicidade, ou por executar diversas operações ao mesmo tempo, ou por economizar os meios de produção mediante seu uso coletivo, ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio, em todas as circunstâncias a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social. Ela decorre da própria cooperação. Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie (p.445-446, grifos do autor).

Após a leitura dessa dedução marxiana, poder-se-ia pensar erroneamente, ao acreditar que a quantidade de força produtiva reunida nesse contexto fosse entendida como única energia vital da produção. A história vem negando tal concordância, uma vez que, se o capitalista optou, em seu tempo-histórico, por implementar uma política de cooperação da força produtiva, um dos motivos que o levou a isso refere-se às mínimas condições materiais (ausência de tecnologias mais avançadas) que pudessem resultar no aumento da produção e criação de novas alternativas de exploração da mais-valia e valorização do capital. Então, deduz-se que o importante não é a força produtiva, mas o que a união delas produz; e isso tem sido a função, atualmente, assumida pela tecnologia no modo de produção. Dir-se-ia, talvez, que a missão da tecnologia na produção poderia ser considerada como fenômeno da negação das velhas pelas novas formas de exploração e valorização do capital.

Vale reiterar que a tecnologia é fruto do trabalho humano. Mas na lógica da submissão do trabalho ao capital, observa-se que o homem vem negando o próprio homem na medida em que o trabalho vem negando o próprio trabalho, como também a educação vem negando a própria educação atingindo altos graus de complexidade. Nesse movimento de negação, uma classe ainda persiste com o velho saber, enquanto outras conhecem o velho e tem acesso ao novo. Enquanto, uma classe serve como exército de reserva industrial para o capital, a outra acompanha ou cria as mudanças necessárias para a valorização deste. Enquanto uma se submete, a outra proporciona a submissão. Pinto (1994, p. 44) confirma o que se deduz, ao defender que [...] *as novas tecnologias não são neutras e que*

podem significar uma ampliação do domínio de uma classe sobre a outra, ou uma oportunidade para desenvolver o potencial econômico e humano do trabalho [...]. Neste sentido, infere-se que o trabalho subsumido ao capital reproduz as condições de desigualdades sociais refletindo, historicamente, a divisão social em classes.

5.2.3 A Qualificação como Condição para o Trabalho

A inserção das tecnologias no bojo do processo de produção tornou o trabalho humano ainda mais abstrato, no sentido da exigência do desenvolvimento das capacidades cognitivas do trabalhador. No campo teórico, na academia, surgem as discussões a respeito da qualificação do trabalhador. Onde são analisadas as características da qualificação polivalente e politécnica.

Na visão de Machado (1994):

Polivalência significa simplesmente um trabalho mais variado com certa **abertura quanto à possibilidade de administração do tempo pelo trabalhador e não importa necessariamente mudança qualitativa das tarefas**. Representa nada mais que uma racionalização formalista com fins instrumentais e pragmáticos calcada no princípio positivista de soma das partes. Não significa obrigatoriamente intelectualização do trabalho, mesmo tratando-se de equipamentos complexos. É suficiente, para ser **um trabalhador** polivalente, o recurso aos conhecimentos empíricos disponíveis, permanecendo a ciência como algo que lhe é exterior e estranho (p. 19, grifos do autor).

A autora deixa evidente que a polivalência se dá no contexto das relações sociais, onde o trabalho está parcialmente desvinculado de qualquer compromisso direto com a organização produtiva capitalista. Em razão disso, a polivalência assume um caráter informal de realização de um trabalho mais variado, sem a exigência de pressupostos teóricos para realizá-lo. Portanto, este trabalho para ser realizado não necessita de uma formação específica direcionada a uma atividade também específica; pelo contrário, é pelo conteúdo das experiências de vida do trabalhador que este consegue realizar, sem critérios formais de aprendizagem, diversas atividades de trabalho.

Segundo Machado (1994), a politecnicidade é outro tipo de qualificação que vai para além do conhecimento empírico das atividades cotidianas de trabalho, uma vez que:

[...] **representa o domínio da técnica a nível intelectual e a possibilidade de um trabalho flexível** com a recomposição das tarefas a nível criativo. Supõe a ultrapassagem de um conhecimento meramente empírico, ao requerer o recurso a formas de pensamento mais abstratas. Vai além de uma formação simplesmente técnica ao pressupor um perfil amplo de trabalhador, consciente, e capaz de atuar criticamente em atividades de caráter criador e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu progressivo aperfeiçoamento (p. 19, grifos do autor).

O trabalhador com qualidade politécnica se diferencia do polivalente por conhecer a estrutura e o funcionamento das tecnologias empregadas no contexto da produção de mercadoria. Seu conhecimento tem bases científicas, e portanto, sabe como explicar as leis naturais e até mesmo as sociais que envolvam seu trabalho. É capaz de analisar criticamente sua posição social no mundo, estabelecendo uma relação entre trabalho e capital, a qual resulta na sustentação às contradições sociais. Ou seja, o trabalhador politécnico vai para além da realização mecânica do trabalho. Ele sabe que pode interferir no mundo através das suas ações, mas primeiro busca conhecê-lo, para finalmente elaborar estratégias de superação das condições contraditórias em que vive.

Por fim, vale destacar que entre os sujeitos com formação polivalente e os sujeitos com formação politécnica poderá haver diferenças qualitativas nos seus modos de entender o mundo, especificamente nas formas de compreensão política do seu trabalho. Dessa forma, pode-se deduzir teoricamente que o sujeito com qualificação polivalente, por ter uma educação qualitativamente inferior ao sujeito com qualificação politécnica, tem menos possibilidade de compreender os efeitos das determinações econômicas, políticas e ideológicas sobre sua força produtiva. Vale ressaltar que este tipo de formação não determina para sempre o trabalho alienado, como já foi discutido anteriormente, o objeto da contradição não se encontra dentro do sujeito, mas fora nas relações sociais de uma determinada formação social.

Todas essas questões levantadas ajudam a compreender como o trabalho humano se transformou ao longo da história, a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ele passou, assim, de atividade auto-realizadora para atividade de auto-alienação. Isso ocorre porque os trabalhadores, em uma formação social capitalista, não conseguem obter sua sustentação física e espiritual por não ter domínio sobre uma propriedade de terra ou qualquer estrutura de produção de

mercadoria. Ou seja, a propriedade nesse tipo de sociedade afasta o trabalhador dos meios de obtenção de sustento. E para obtê-lo é necessário submeter sua força de trabalho à lógica do capital, ou melhor, aos proprietários dos meios de produção. Dessa forma, o resultado do trabalho transforma-se em salário para o trabalhador e para o empregador, em mercadoria que gerará lucro.

A partir do conhecimento da estrutura desse contexto mais direto de alienação do trabalho humano, o presente trabalho busca analisar a relação do trabalhador com a lógica do capital no contexto das cooperativas, visto que, estas se caracterizam por serem sociedades de trabalhadores, que a priori, através destas possuem sua própria força de trabalho sem precisar vendê-la ao empregador.

Vale ressaltar que inicialmente considera-se a cooperativa como espaço de trabalho onde o trabalhador organiza e planeja suas atividades, é também o lugar da expressão de seus interesses de classe ou grupo. É a forma, em tese, mais concreta de reação ao sistema excludente capitalista. Como foi exposto nesta seção, o capitalismo possui várias formas de atingir o trabalho humano não somente de forma direta, se conhece como subsunção real, mas também de forma indireta pela subsunção formal, caracterizada pelos laços de formalidade. Um exemplo é pelo contrato de trabalho de uma cooperativa por uma empresa, em que a primeira fornece matéria prima e a segunda a beneficia e gera produtos para o mercado consumidor. Assim, o fenômeno da mais-valia, neste caso específico, apareceria como consequência do controle, por parte da empresa capitalista; e do valor do produto da cooperativa dando dinâmica à quantidade de trabalho necessário para se obter a matéria prima exigida pela empresa. Portanto, esta seção fornece os elementos necessários para se analisar o trabalho humano e sua relação com o capital no contexto de cooperativa, sem deixar de esquecer que toda essa dinâmica histórica se dá de forma indissociada dos processos de formação social do trabalhador.

A seguir far-se-á uma discussão de como isso ocorre na realidade concreta, destacando o papel da cooperativa enquanto materialização teleológica que possibilita aos trabalhadores a expressão de seus interesses de classe. Neste sentido, pretende-se compreender quais os fatores que, no contexto dessa organização de trabalho coletivo, contribuem para a formação social dos trabalhadores.

6 A FORMAÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES NA COOPERATIVA AGRÍCOLA RESISTÊNCIA TOCANTINA – CART

Antes de avançar neste capítulo vale ressaltar a Práxis ou a Formação Social dos trabalhadores como Unidade Indissociável entre Atividade Cognoscitiva e Teleológica, a qual permite que os sujeitos em sua relação com a natureza e com a sociedade produzam no plano ideal certo grau de conhecimento e percepção da realidade concreta, elaborando assim formas de intervenção prática sobre a realidade externa com o intuito de transformar a realidade objetiva. Desse modo, a intervenção humana no contexto social não se dá dissociada das questões intelectivas e de ação prática. É na relação entre esses dois fatores que o homem se forja socialmente produzindo fatos e fenômenos históricos, culturais, sociais, políticos, ideológicos, econômicos etc., os quais se expressam de forma concreta ou abstrata na realidade concreta, modificando suas formas de viver em sociedade. Diante daquilo que o homem pode produzir, o cooperativismo é um fenômeno histórico resultante de uma determinada formação social que em um determinado tempo histórico exigiu dos trabalhadores novas formas de organização coletiva, a fim de superar as contradições nela existentes. A seguir se verá como o cooperativismo se desenvolveu ao longo dos anos, décadas e séculos; o qual se originou como a expressão de um fenômeno local até atingir *status* de um fenômeno global, levando em conta os resultados que trouxe ou traz para o desenvolvimento da práxis dos trabalhadores envolvidos nesse tipo de organização.

6.1 A HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo surgiu como idéia na Inglaterra no início do século XIX, pela iniciativa do industrial do ramo têxtil, Robert Owen. A pretensão era combater a pobreza da sociedade inglesa, agravada pela crise econômica, a partir da criação de aldeias de cooperativa. Dessa forma, segundo Singer (2002):

Em 1817, Owen apresentou um plano ao governo britânico para que os fundos dos sustentos dos pobres, cujo número estava se multiplicando, em vez de serem meramente distribuídos, fossem invertidos na compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre Aldeias. Com cálculos cuidadosos de quanto

teria de ser investido em cada Aldeia. Owen tentava mostrar que haveria imensa economia de recurso, pois os pobres seriam reinseridos à produção em vez de permanecerem desocupados. Em pouco tempo, a desnecessidade de continuar subsidiando os ex-pobres permitiria devolver aos cofres públicos os fundos desembolsados (p. 25-26).

A intenção era a melhor possível, porém não foi aceita pelo governo britânico, uma vez que era difícil naquele momento compreender que a saída para os problemas da economia estava no melhoramento da situação social e de vida dos pobres. Tal ideia aparentava atender aos interesses dos pobres, mas seu objetivo principal era resolver os problemas causados pela crise do sistema econômico. As aldeias cooperativas iriam aumentar o poder de compra dos pobres, pois a partir delas os desempregados iriam se reinserir no processo produtivo, bem como no mercado consumidor.

A construção de cooperativas, na Inglaterra, teve várias experiências, mas não foram duradouras. No entanto, no ano de 1844 neste país, há registros de uma experiência exitosa quando 28 tecelões de uma fábrica decidiram criar a “Sociedade Probos Pioneiros de Rochdale”. Segundo nossos estudos o que motivou a criação dessa instituição foi justamente os maus tratos sofridos no processo produtivo por grande parte dos trabalhadores tais como: salários abusivos; exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças que trabalhavam até 16 horas diárias; desemprego advindo da revolução industrial quando máquinas realizavam o trabalho de vários homens (HOLYOAKE, 2001). Inicialmente, tal iniciativa foi motivo de desconfianças em relação aos resultados positivos que viera a perceber, mas a desconfiança teve vida curta:

[...] logo no primeiro ano de funcionamento o capital da sociedade aumentou para 180 libras e cerca de dez anos mais tarde o "Armazém de Rochdale" já contava com 1.400 cooperantes. O sucesso dessa iniciativa passou a ser um exemplo para outros grupos. O cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. (COOP-SP, 2011)

Um dos pontos importante desse tipo de organização desde seu início foi a valorização da união entre as cooperativas, surgindo assim a Aliança Cooperativa Internacional – A.C.I, fundada em 1895. Sediada em Genebra na Suíça, tinha como objetivo integrar as atividades nos cinco continentes. Cada continente possui uma organização superior. No caso do Brasil e outros países da América Latina, quem

representa é a Organização das Cooperativas da América – O.C.A., fundada em 1963. Está sediada em Bogotá, na Colômbia, e integra a participação de 20 países. Durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativa em 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras – O.C.B, a qual representa todas as cooperativas nacionais.

A nível estadual, no Pará, destacam-se o Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Pará – O.C.B – PA. Criado em 1973, é tido como principal representante sindical, política e econômica das cooperativas paraenses. Esta instituição pretende estimular a intercooperação entre as cooperativas paraenses, ampliando sua participação socioeconômica. Com o objetivo de promover a formação dos associados em cooperativas, a SESCOOP-PA¹⁶ – Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo –, criada pela Medida Provisória 1.715/98 e pelo Decreto 3.017/99, é considerada a mais nova integrante do sistema “S”. É responsável por realizar a formação profissional visando o desenvolvimento social nas cooperativas, almejando ser o agente formador e propulsor do desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. Para sediar, a nível estadual, essa instituição basta que a unidade federativa tenha uma Organização Cooperativa do Estado – O.C.E., uma vez que para desenvolver seu trabalho a SESCOOP recebe recursos do Governo Federal repassados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS referente à contribuição social das cooperativas nacionais.

Antes de avançar um pouco mais, é mister expor, neste estudo, como se define cooperativa qual os pilares e princípios que sustentam ou tem sustentado há mais de 160 anos esse tipo de organização coletiva.

De acordo com a definição proposta pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), cooperativa é uma associação de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspiração e **necessidade econômicas, sociais e culturais comuns**, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida. A cultura da cooperação é uma filosofia baseada em conceitos e valores humanísticos como solidariedade, confiança e organização funcional de grupos. Tem como propósito **substituir o individualismo pela ação coletiva**. Foi a partir dos conceitos adotados pela cultura da cooperação que o cooperativismo se desenvolveu. Dados da aliança cooperativa internacional (ACI) mostram que existem, atualmente, 800 milhões de cooperados em todo mundo. No Brasil, o cooperativismo mantém seis milhões de cooperados e gera cerca de 160

¹⁶ SESCOOP. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/sescoop/index.asp>. Acesso em: 23 jan. 2012

mil empregos, de acordo com os números da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). (COOP-SP, 2011, grifos do autor).

Compreender o sentido empregado na frase “necessidade econômica, sociais e culturais comuns” citadas no texto, não é tão difícil quando se conhece o modo de produção econômico-capitalista que se tinha na época do capitalismo industrial e que se tem na época do capitalismo financeiro. As duas épocas têm em comum a exploração do trabalho humano, logicamente em graus diferenciados. Ambas produziram e produzem um grande contingente de exército de reserva: (mão-de-obra qualificada desempregada). As formas de trabalho nas duas épocas assumem características marcantes que vão desde a função repetitiva e mecânica no interior da fábrica até a qualificação polivalente das múltiplas tarefas que o trabalhador deverá realizar com rapidez, eficiência e complexidade.

O que se pode dizer de um sistema econômico que, por um lado nos traz inovações tecnológicas nos diversos campos produtivos, melhorando a produtividade do trabalho, por outro lado produz a super-exploração do trabalhador além de promover o desemprego de outros. Nesse contexto, o cooperativismo nasce como resultado da força social dos trabalhadores que se vêem à margem do processo produtivo e buscam, com isso, meios para substituir o individualismo pela ação coletiva.

É importante também mencionar que:

[...] As cooperativas classificam-se em: de consumo, de crédito, de reprodução, de serviço, habitacionais, escolares, de cultura e agrícolas. Organizam-se em âmbito local ou regional, em centrais ou federações – três unidades no mínimo – e em confederações – três federações ou centrais. (SILVA, 1992, p. 55)

Essa classificação se dá de acordo com a atividade que as cooperativas desempenham socialmente. Elas podem se organizar em federações, que é a representação de três ou mais cooperativas, e confederações, que representa a união de três ou mais federações. Esse tipo de organização, a nível local ou regional, é importante para o desenvolvimento das atividades comerciais e política das cooperativas.

A lei 5.764/71 do cooperativismo brasileiro destaca no artigo 4º que a “cooperativa é uma sociedade de pessoas”. Isto em si a difere das grandes

organizações econômicas, as chamadas empresas de capital aberto. Essas empresas vendem uma grande parte de seu capital na forma de menor unidade denominada de ações. Essas ações, ao serem adquiridas por alguém, o constituem como sócio, e a relação que este estabelece com a empresa tem seu fim na obtenção de lucro. Por isso, este tipo de atividade é conhecida como sociedade de capital. Enquanto que para as cooperativas o principal em tese é o ser humano e seu bem estar e para a sociedade mercantil, é o capital.

Uma das características marcantes pode ser exemplificada na atuação de cada membro na sociedade. Por exemplo, em termos de eleição, na cooperativa, cada membro tem direito a um voto, não importando sua quota-parte (capital social dos associados); já na sociedade mercantil cada ação significa um voto, ou seja, se alguém possui 10 ações tem direito a 10 votos. Neste sentido, no último caso, a probabilidade da realização dos interesses de quem tem mais propriedade (ações) na empresa serem aprovados são infinitamente maior do que aqueles que tem pouca propriedade. Portanto, o poder se dá, neste contexto, a partir do acúmulo de capital, caracterizando um tipo de sociedade onde “quem tem mais manda mais”.

Segundo Pinho (1965), o cooperativismo diferencia-se justamente por compreender que as:

Cooperativas no sentido de sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se, insistimos, de sociedades de pessoas e não de capital, sem interesses lucrativos e com fins econômico-sociais (p. 8-9).

Qualitativamente, o cooperativismo introduz valores políticos e sociais diferenciados das sociedades de capitais, uma vez que prima pela qualidade de vida das pessoas e não pela valorização “a todo custo” do capital. Desse modo, para conduzir as operações no interior das cooperativas, a prática dos trabalhadores é regida segundo sete princípios abaixo:

ORDEM	PRINCÍPIOS	DESCRIÇÃO
1º	Adesão voluntária	As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar seus serviços e assumir responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.
2º	Gestão democrática	As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam na formulação das suas

		políticas e na tomada de decisões.
3º	Participação econômica dos membros	Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão.
4º	Autonomia e Independência	As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros.
5º	Educação, Formação, Informação	As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir para o desenvolvimento das suas cooperativas.
6º	Intercooperação	As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
7º	Interesse pela comunidade	As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

QUADRO 1 – OS SETE PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

FONTE: Adaptado por: ALFAIA, Fred Jr. Costa.

<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>

O cooperativismo, como uma filosofia de vida, estriba-se no ato de cooperar. Visa substituir o individualismo pela ação coletiva, trazendo consigo uma resposta favorável aos excluídos pelo sistema econômico em questão. As contradições do sistema econômico e político capitalista têm se refletido na realidade macro (países desenvolvidos e não desenvolvidos) bem como em realidade mais específicas como a Microrregião Cametá¹⁷, que se inscreve num plano de múltiplas carências na área da saúde, educação, segurança, alimentação, saneamento básico, habitação, trabalho etc., caracterizando a especificidade histórica dessa região¹⁸. No entanto, o fato que chama a atenção nos últimos anos, refere-se à capacidade da sociedade civil local organizar-se em inúmeras Associações e Cooperativas¹⁹ para realizarem

¹⁷ Área localizada no Baixo Tocantins, nordeste paraense, que compreende a cinco municípios: Limoeiro do Ajuru, Cametá, Mocajuba, Baião, Oeiras do Pará.

¹⁸ O rio Tocantins é das áreas mais antigas de ocupação européia no Estado (Cametá é a segunda cidade mais antiga do Pará). A Região de Integração Tocantins (RI Tocantins) se apresenta com dinâmica de ocupação e de desenvolvimento sócio-econômico, muito diferenciadas: a mais tradicional, a ribeirinha que se ocupa de pluriatividades que se baseiam em extrativismo vegetal, pesca, e agricultura familiar; e a imigrante se ocupando de atividades agropecuárias e madeireiras junto a rodovias estaduais. (BRASIL, s/a, p. 8)

¹⁹ As pesquisas realizadas, em 2008, nos Bancos da Amazônia e do Brasil foi possível catalogar 37 associação e 9 cooperativas, assim distribuídas na microrregião de Cametá: **Cametá**, 26 associações e 4 cooperativas; **Oeiras do Pará**, 5 associações e 0 cooperativas; **Baião**, 2

atividades de trabalho sem fins lucrativos. Este fenômeno crescente a primeira vista pode ser até justificável, partindo da compreensão de que a principal responsável pela atividade econômica das cinco cidades são as prefeituras locais. Essas prefeituras não conseguem empregar toda a força de trabalho da região, dispondo de pouca mão-de-obra qualificada bem como a ausência de atividade econômica de empresas exploradoras dos recursos naturais. A principal causa dessa morbidez econômico-social são as condições precárias das estradas de difícil acesso, intrafegáveis no período de chuva e pela lentidão do transporte fluvial²⁰.

A pesquisa em Cooperativas e especificamente na Microrregião Cametá tem um significado relevante traduzido no reconhecimento destas como organizações da própria sociedade civil com certa autonomia, possuindo razões do ponto de vista teórico ainda desconhecido. Portanto, pesquisar a dinâmica histórica do Movimento da Práxis dos Trabalhadores - MPT no contexto da cooperativa não se reduz aos interesses da classe trabalhadora em si, mas na possibilidade de conhecer como a ação humana é permeada por processos educativos que se entram em confronto com a realidade num movimento ininterrupto, aqui considerado como Práxis.

A seguir ver-se-á como o cooperativismo está se desenvolvendo em Cametá, a partir do contexto específico da Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina, buscando conhecer os fatores que influenciam a práxis dos trabalhadores no interior dessa organização.

6.2 A COOPERATIVA AGRÍCOLA RESISTÊNCIA TOCANTINA

A Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina foi fundada no dia 4 abril de 1995. Na época, tinha como diretor Domingos Américo da Matta, o qual fazia parte

associações e 3 cooperativas; **Mocajuba**, 2 associações e 2 cooperativas; **Limoeiro do Ajurú**, 2 associações e 0 cooperativas (dados do relatório de pesquisa do Autor, financiado pelo Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica/PIBIC/UFPA em 2008).

²⁰ A construção da UHE de Tucuruí, nos anos 80, impediu a navegabilidade do Rio no sentido sudeste [...]. A usina hidrelétrica Tucuruí, (concluída em 1984), represou o rio, impedindo com isso a adubação natural das várzeas. Esse empreendimento mudou os ciclos das marés, causou o assoreamento do rio, a diminuição e o desaparecimento de várias espécies de peixes, além de modificar o mercado de terras na área e favorecer a introdução de novos agentes na economia local (voltados para a extração intensiva da madeira e formação de pasto para a pecuária) modificando completamente a relação com a floresta e o rio. (BRASIL, s/d, p. 8-9)

de um grupo de 50 produtores agrícolas da região de estradas²¹ do município de Cametá, os quais foram fundadores da cooperativa. A cooperativa, atualmente possui 120 sócios e iniciou no fim do ano de 2011 um processo de recadastramento do quadro de associados. Uma vez que, segundo o diretor comercial Antônio Dias (2011), a cooperativa conta com um número expressivo, não informado, de associados que não estão morando no município de Cametá e por isso não participam das reuniões e nem do processo de cooperação. Daí, o objetivo do recadastramento: fazer um enxugamento do quadro social da cooperativa e inserir novos sócios.

A sede da CART está localizada na Rua Frei Cristóvão de Lisboa, número 1485, feira livre da cidade de Cametá. Segundo os entrevistados²², tudo começou com a Casa do Lavrador, lugar onde os agricultores cametaenses, principalmente os que moravam na estrada, entregavam seus produtos para serem vendidos na feira local²³.

Os trabalhadores agrícolas naquela época já enfrentavam dificuldades econômicas no que se refere ao capital para ser empregado no plantio e no desenvolvimento principalmente da lavoura de mandioca. Mas as dificuldades foram sendo “atenuadas” pelo Governo Federal que lançou no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO:

Os Fundos Constitucionais foram criados pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu em seu artigo 159, inciso I, alínea “c”, a obrigação de a União destinar 3% da arrecadação do IR (Imposto sobre a Renda) e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional. [...] tendo como objetivo contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social da Região, através de programas de financiamento aos setores produtivos privados (BASA, 2011).

A instituição financeira responsável pela concessão de crédito no estado do Pará foi o Banco da Amazônia – BASA. Mas era necessário que os agricultores

²¹ Usa-se este termo para distinguir da área ribeirinha banhada por rio.

²² A entrevista foi realizada com cinco pessoas sendo três delas sócios inativos, mas que fizeram parte do processo de criação da CART, estes vão ser identificados como “Sujeitos A”, “B”, “C”. Os dois outros entrevistados são dirigentes atuais da CART, portanto, serão identificados pelos nomes e cargos que ocupam.

²³ “Sujeito A” um dos primeiros sócios da cooperativa na década de 1990. E Nazareno Gonçalves Damasceno (2011) atual diretor da CART.

locais apresentassem uma série de documentos exigidos pelo banco, incluindo: o projeto de plantio, a comprovação da receita anual bruta do empreendimento – o que iria apontar o porte do beneficiário, quanto ele poderia financiar e as taxas de juros que iria pagar –, além das garantias de crédito como a hipoteca, penhora e aval. Diante desse quadro de exigências ao pequeno produtor, “em 1991 começou os gritos da terra Brasil, da Amazônia, aqueles gritos em torno do BASA, de desburocratizar o FNO. A luta naquele momento era buscar o financiamento para os trabalhadores rurais²⁴”. Somente em 1994, conseguiram obter êxito em suas reivindicações.

Se na casa do lavrador se vendiam os produtos da agricultura familiar somente para o mercado local, com a ajuda financeira do FNO, a produção aumentou e o mercado local não conseguiu absolver toda a produção. Surgiu assim, a necessidade da criação de uma organização que pudesse buscar mercado para a produção excedente. O atual diretor da CART, Nazareno Damasceno (2011), destaca que a década de 1990 foi marcante para os trabalhadores rurais de Cametá, pois:

[...] em 1994, que foi aquela conquista do projeto do FNO e aí ocorreu aquele plantio de cupuaçu, muruci, coco, acerola, caju, na nossa região. Então, veio a necessidade de que a gente pudesse formar uma cooperativa que pudesse exportar esse produto, buscar mercado para essas produções que aqui tinha bastante. Em abril de 1995 foi fundada a cooperativa que era para esse fim.

Tomando por base essas informações, é possível conceber esse fato histórico - a criação da cooperativa CART - como resultado concreto da práxis dos trabalhadores, uma vez que é na inter-relação com os fenômenos sociais que o coletivo de trabalhadores se conscientiza da existência do problema. A partir daí, reelaboraram idealmente uma nova forma de lidar com a situação. Isso refletiu no plano real a uma prática (cooperativismo) intencionada a eliminar progressivamente a hostilidade presente; neste caso, a necessidade de comercialização da produção agrícola.

De acordo com Vázquez (2007):

²⁴ “Sujeito B” um dos primeiros diretores da CART e ex-sócio.

A atividade propriamente humana apenas se verifica quando os atos dirigidos a um objeto para transformá-lo se iniciam com um resultado ideal, ou fim, e terminam com um resultado ou produto efetivo, real. Nesse caso, os atos não só são determinados causalmente por um estado anterior que se verificou efetivamente – determinação do passado pelo presente –, como também por algo que ainda não tem uma existência efetiva e que, no entanto, determina e regula os diferentes atos antes de desembocar em um resultado real; ou seja, a determinação não vem do passado, mas sim do futuro (p. 220)

A cooperativa é uma determinação do passado pelo presente. Nela, a ação dos sujeitos é determinada pelo estado futuro. Os aspectos que representariam a determinação do passado pelo presente, na fala do entrevistado, seriam as condições objetivas de alta produtividade (cupuaçu, coco, acerola etc.) e pouco consumo do mercado interno. Dessa forma, o problema gerado foi a dificuldade de venda dos produtos, que por sua vez iria gerar outros problemas no que tange ao pagamento do empréstimo do FNO. Isso levou os trabalhadores a buscarem na cooperativa a solução desse problema. Portanto o problema identificado pelos trabalhadores se caracteriza como passado não no sentido de que não existam mais problemas dessa natureza, mas que esse é a representação de uma situação anterior, e o presente (situação posterior) refere-se a realização no plano concreto da cooperativa como forma de superação da situação passada.

Quando os trabalhadores elaboram idealmente uma estratégia para sanar o problema em questão, iniciam uma atividade diferenciada, a fim de realizar no plano real, o que está no ideal. Ou seja, aquilo que vai existir não irá se materializar apenas pela força do pensamento, mas pela ação dos sujeitos que pela prática tornam possível a realização do que estava no ideal ou previsto para o futuro. É neste sentido que Vázquez (2007) considera que os atos são determinados também pelo futuro.

Com isso, considera-se a Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina como a materialização na realidade objetiva do que estava prefigurado no ideal dos trabalhadores com fins neste caso econômicos. Porém, não se funda somente a estes fins, mas a outras situações que a cooperativa possa sofrer no conjunto das relações sociais em que o econômico não apareça como a instância principal, dando lugar a outras instâncias como a política e a ideológica. É neste sentido que a CART é considerada como resultado da práxis dos trabalhadores. Então, interessa aqui

conhecer como essa práxis se desenvolve a partir da criação desta instituição, que relações ela trava com a realidade objetiva e em que isso influencia a práxis dos trabalhadores. Para tanto, dar-se-á ênfase na análise dos aspectos econômicos, políticos, ideológicos, de formação dos trabalhadores, os problemas enfrentados no interior da cooperativa e as expectativas futuras dos trabalhadores. Acredita-se que esses aspectos fornecem elementos que conduzem para uma reflexão do desenvolvimento histórico da atividade cognoscitiva e teleológica dos trabalhadores.

6.2.1 As Práticas de Comercialização dos Associados

A comercialização dos produtos dos trabalhadores agrícolas antes de estarem organizados em cooperativa era realizada na feira de Cametá. Muitos trabalhadores que moravam distantes da cidade traziam seus produtos como a farinha de mandioca, farinha de tapioca²⁵, frutas, etc. e trocavam por outros produtos com outros produtores; ou vendiam uma parte e entregavam nas mãos dos comerciantes a outra; e recebiam depois pela outra parte do produto como relata o “Sujeito B”, agricultor da vila do Mupi.²⁶

A gente vendia no mercado mesmo. Fazia farinha, entregava no comércio, trocava com despesa; ou o pessoal da ilha trazia o camarão ou o peixe e a gente trocava com a mercadoria, o que sobrava a gente deixava no comércio e recebia depois, era assim.

O “Sujeito A” da localidade de Bucubarana²⁷ relata que, antes da criação da cooperativa, comercializava também do mesmo modo trocando ou entregando para o comércio local.

[...] quando vendia com dinheiro, levava o dinheiro para o comércio; quando não, levava a farinha para o comércio 10 arqueiros de farinha na época. Por exemplo: dava 400 reais, ou 40 cruzeiros, então fazia a compra, o resto não tinha dinheiro, ficava lá (com o comerciante), na outra vez já tinha o dinheiro, aí ele pagava.

²⁵ Tipo de farinha derivada da mandioca.

²⁶ Mupi é uma vila pertencente ao município de Cametá e fica localizada aproximadamente 18 km ao norte da cidade.

²⁷ Bucubarana Pedra é uma localidade do município de Cametá afastada aproximadamente 14 km ao sul da cidade.

Já o “Sujeito C”²⁸ também da localidade de Bucubarana afirma que: “No meu período eu vendia na feira a farinha e não entregava direto para o comércio. Vendia dentro da feira”.

Após a criação da cooperativa uma parte da produção era entregue na CART, devido a produção de farinha ser muito grande, e a comercialização ocorria apenas no mercado local.

Uma das questões que chamou atenção foi a formação do preço da farinha; pois quem determinava o valor a ser pago, segundo o “Sujeito A”, era:

Sempre quem comprava. Até hoje é assim, porque nós não temos um lugar pra vender; já lutamos pra querer uma parte, um local, dentro da cidade de Cametá pra feira dos produtores, Aonde o produtor ia vender sua produção de qualidade e servir o consumidor, porque mede certo. A maioria dos marreteiros que eu vejo, a medida de comprar é uma, de vender é outra. Isto me dói na alma, mas o que posso fazer? As nossas autoridades estão aí, apoia também essa malandragem, essa safadeza.

Essa questão pode gerar o mais-trabalho, considerado também como mais-valia (MARX, 1996b), uma vez que os compradores ao reduzirem o preço de custo do produto, reduzem também as condições necessárias para o trabalhador e sua família sobreviverem, forçando via redução de preço o mais-trabalho do agricultor. Por exemplo, se para sobreviver e garantir as necessidades básicas de sua família, o trabalhador precise arrecadar mil reais na venda da farinha, para alcançar esse preço precisará plantar um hectare de mandioca para produzir o equivalente a 350 quilos de farinha que inicialmente custará mil reais, o valor necessário. Mas ao vender para os comerciantes e atravessadores²⁹, o preço ofertado é bem abaixo do esperado, quinhentos reais pelos 350 quilos. Como a oferta do produto no mercado local é grande e o trabalhador precisa retornar para o campo, acaba vendendo pela metade do preço necessário. Esse instante demarca o início do problema, pois para alcançar o preço necessário precisará trabalhar o dobro, aumentando a área de cultivo para dois hectares e aumentar o tempo de produção da farinha. Esse mais-trabalho não acrescenta nenhum benefício extra ao agricultor, mais proporciona maior lucratividade aos revendedores, pois ao invés de comprar 350 quilos de

²⁸ Também um dos primeiros sócios da Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina.

²⁹ Termo usado para qualificar um tipo de agente comercial externo à cadeia produtiva que se caracteriza por fazer negociações de compra e venda entre o produtor e o consumidor final; o produtor e uma agroindústria; o produtor e um comerciante.

farinha com mil reais, compra 700 quilos de farinha por esse preço necessário ao agricultor.

Diante desse problema, os agricultores imaginavam que se a comercialização fosse feita via cooperativa as perdas no lucro seriam atenuadas, uma vez que uma parte do lucro da produção dos cooperados no final das operações de venda da instituição iria voltar para as mãos dos agricultores/produtores. E se fossem vendidos para os comerciantes ou atravessadores o preço seria reduzido com uma margem de lucro pequena para os produtores³⁰.

Os trabalhadores a partir do financiamento do FNO passaram a plantar outras culturas e saíram da produção exclusivamente da farinha. Segundo o “Sujeito B”, agricultor e ex-sócio da CART:

Em 1994 começou os financiamentos e aí houve a necessidade de criar uma cooperativa para os trabalhadores. E aí saiu financiamento para o coco, muruci, pra caju, pra açáí, pra várias culturas e você, com esse financiamento, ia fazer a produção; conseqüentemente, essa produção tinha que ser comercializada através de uma entidade que seria uma cooperativa. Então, os trabalhadores, principalmente da terra firme estavam organizados em 50 associados, em uma associação da terra firme, e associação das ilhas 50 associados. Os 50 da terra firme se organizaram pra fazer essa cooperativa que chamou-se de CART. E aí se começou a comercialização do caju, do muruci, da farinha, de vários produtos ali que foram basicamente trazidos da estrada, do setor deles, aí da estrada Transcametá.

Uma das maiores dificuldades neste momento foi que na comercialização dessas culturas, financiadas pelo FNO, aconteceu uma superprodução que as feiras do estado do Pará não conseguiram absorver e muito menos a cooperativa conseguia encontrar outros mercados, pois a oferta era maior que a procura. Isso significou um dos primeiros fracassos da Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina. O fracasso se consolidou ainda mais na medida em que os períodos de carência tolerados pelo BASA iam vencendo e os agricultores não tinham como pagar suas dívidas. Como relata o atual diretor da CART, Nazareno Damasceno (2011):

[...] Em abril de 1995 foi fundada a cooperativa que era para esse fim, só que não procuraram saber se tinha mercado para essas produções (cupuaçu, muruci, caju etc.) pra poder plantar essa cultura. A cooperativa não conseguiu buscar um mercado, porque quando a gente corria pra

³⁰ “Sujeito A”

Belém, lá também tinha muito desses produtos e aí não conseguia fazer a comercialização desses produtos.

Na visão do “Sujeito A” a questão não se remete ao excesso de produção e sim em problemas relacionados à gestão da cooperativa, pois segundo ele:

[...] O plano era isso. Só que quando começou, nós tiramos (a colheita da produção), a primeira coisa que nós começamos a tirar do projeto do FNO; com a primeira operação do Banco da Amazônia com nós aqui que foi em 1994, que era pra vender através da cooperativa pra ter um preço melhor. Quando chegou na cabeça do caju, a gente teve prejuízo; que eu tive. Tirei lá uns saco com cabeça de caju e trouxe para a cooperativa, e alguém pegou e ô... nem a saca me entregaram. Tá. Isso é a verdade. Daí a gente lutou e conseguiu com o lucro, justamente, com o resto de dinheiro que sobrou do projeto do FNO; sobrou naquela época uns 30 a 40 mil cruzeiros; na época era cruzeiro, que dava pra comprar um caminhão pra gente trazer a produção. Não foi comprado, foi aplicado na cooperativa; até por lá não sei lhe contar o que fizeram. Isso eu estou falando a verdade porque eu tenho testemunha.

Por um lado, nota-se que a partir da criação da cooperativa novos problemas surgiram expressos nas dificuldades de venda dos produtos. Aparentemente, a origem do problema pode está associada à incapacidade de gestão e comercialização da cooperativa ou a falta de qualidade dos produtos. É preciso considerar que o processo de comercialização não se dá dissociado de algumas condições econômicas externas à cooperativa como: a concorrência, a tendência de mercado na compra dessas matérias primas e muitos outros aspectos que fogem do controle interno da cooperativa. Por outro, essa fala revela que é no contexto da cooperativa que o trabalhador tem a dimensão concreta dos problemas sociais. Ele pode até não saber a origem do problema, mas sente a existência do mesmo e reage à realidade presente. É desse modo que a práxis dos trabalhadores forja-se com a realidade concreta. No dia a dia, a cooperativa se mostra ao trabalhador tanto pelo plano ideal quanto pelo real. O ideal refere-se ao significado que este (trabalhador/associado) concede à cooperativa e o real, ao que ocorre de fato no interior das atividades da cooperativa. É na dialética do que se pensa (ideal) para o que a coisa realmente está sendo (real) que a práxis dos trabalhadores se desenvolve.

Outra situação ocorrida refere-se ao fundo constitucional, o qual serviu mais aos interesses de grupos economicamente dominantes do que aos interesses da

classe trabalhadora, haja vista que uma parte menor do financiamento ia para as mãos dos pequenos agricultores e a maior parte era destinada aos grandes produtores de insumos, como destaca Prado & Watanabe (2004)

Outro agravante é que o crédito foi vinculado, isto é, a liberação de parte dos recursos - cerca de 70% do montante total - foi feita não ao agricultor, mas a fornecedores previamente selecionados pela EMATER e BASA. Não raramente o processo de seleção desses fornecedores foi feito à revelia das organizações de agricultores e muitas vezes os insumos, matrizes ou mudas, eram de baixíssima qualidade. Agricultores e alguns representantes da assistência técnica alegam que houve muitos casos de superfaturamento e desvio de crédito envolvendo esses fornecedores. Observa-se também que vários problemas de implantação do crédito estão contribuindo para o aumento da inadimplência, pelo menos na região Transamazônica. A concentração do crédito e dos benefícios na mão de alguns fornecedores (vendedores de gado ou de mudas) provocou aumento indevido de preços, prejudicando os beneficiários do crédito e dificultando o pagamento. (p. 13-14)

Esse caso é emblemático no sentido de demonstrar como uma política de financiamento da agricultura familiar que aparentemente “beneficia” de um lado, a classe dos trabalhadores, mas por outro lado privilegia o desenvolvimento econômico de uma classe política e economicamente superior. Neste sentido, é nítida a relação entre o Estado e o sistema econômico. Segundo Poulantzas (1986):

A característica, própria do Estado capitalista, de representar o interesse geral de um conjunto nacional-popular não constitui uma simples mistificação enganadora, no sentido de que esse estado pode efetivamente satisfazer, abaixo desses limites, certos interesses econômicos de certas classes dominadas; ainda mais: pode fazê-lo, sem que, no entanto, o poder político seja atingido. É de resto evidente que não é possível traçar, de vez por todas, esse limite de dominação hegemônica: ele depende tanto da relação das forças em luta como das formas de Estado, da articulação das suas funções, das relações entre o poder econômico e o poder político, do funcionamento do aparelho de Estado (p. 187).

A criação dos limites de dominação hegemônica de classe não depende de um fator somente e sim de um conjunto de relações e fatos para que assim se desenvolva e produza algo favorável às classes dominadas. Da forma como se encontra o Estado, mesmo que as classes dominadas tornem reais seus interesses econômicos isto, de modo algum, não se constitui em um elemento capaz de influenciar, transformar radicalmente a superestrutura política como o faz as classes dominantes. Isso ocorre de certa forma porque numa formação social capitalista quem determina a organização das estruturas em última instância é o poder

econômico, especificamente, as classes que detêm o modo de produção dominante. Assim o contraditório está na possibilidade da quebra desta forma de relação típica de uma formação social capitalista consubstanciada na relação de interesses da superestrutura política e ideológica e a estrutura econômica.

Saindo da comercialização dos pomares financiados pelo FNO, em 2004, a cooperativa inicia o trabalho com a empresa norte-americana de sucos e energéticos SAMBAZON³¹ e permanecem nessa parceria comercial até 2006. Segundo o atual diretor da CART, Nazareno Damasceno (2011):

[...] eles trabalhavam o açaí e a gente entregava a produção pra eles. Então naquele momento nós fizemos um contrato com eles e era um contrato que além deles pagarem um preço de mercado, por exemplo: se pelo o açaí se paga vinte e cinco (reais) eles pagariam vinte e três e cinquenta. Cinquenta centavos ficaria para a organização da cooperativa e mais um real de erro de peso para o produtor, então pagaria um real a mais para o produtor do preço do mercado.

Ou seja, dos R\$ 25, 00 que era o valor atual de mercado do açaí, a cooperativa arrecadava R\$ 0,50 e os trabalhadores ficariam com o restante R\$ 24, 50. Essa comercialização de açaí causou uma espécie de inatividade por parte dos cooperados da terra firme, uma vez que estes não tinham a produção de açaí para exportação e as suas áreas de plantio estavam repletas de muruci, cupuaçu, coco e outras culturas que não eram do interesse comercial da atual parceira comercial, a SAMBAZON.

Na verdade ficou assim, como nosso município ele é uma parte região de ilha e uma parte de terra firme e nos estávamos trabalhando com o produtor de açaí naquele momento, então nós ficamos com uma parte dos associados trabalhando e uma parte dos associados ficou sem trabalhar, foi a parte da terra firme. Porque terra firme não tem como produzir o açaí para exportação, pro consumo sim; para a exportação no nosso município até agora não tem. Mas o pessoal que ficaram na parte da região das ilhas começaram a trabalhar com o açaí e aí nós tivemos que pegar mais pessoas que não eram o próprio cooperado; tiveram pessoas que se cadastraram só pra entregar açaí nesse período da cooperativa. (NAZARENO DAMASCENO, 2011)

Devido alguns problemas comerciais como incentivos fiscais por parte do governo estadual e pela produção sazonal de açaí na região, a SAMBAZON muda

³¹ SAMBAZON (**S**aving and **M**anaging the **B**razilian **A**maz**o**n) Manejo Sustentável da Amazônia Brasileira é uma empresa fundada no ano de 2000, em San Clement, na Califórnia, Estados Unidos. Trabalha com sucos, vitaminas, polpas, sorvetes e bebida energética de açaí. Disponível em:<<http://mundodasmarcas.blogspot.com/2010/03/sambazon.html>>. Acesso em: 03 jan. 2012.

sua trajetória comercial para o estado do Amapá onde provavelmente recebem incentivos do governo e a produção de açaí ocorre o ano inteiro.

[...] a gente deixou de trabalhar com a SAMBAZON desde 2006. Foi um trabalho que deu bastante certo, por um lado que a SAMBAZON tinha uma razão social que só comprava da cooperativa e tinha um preço diferencial por isso. Com isso, a cooperativa conseguiu atingir um maior número de sócio da cooperativa; as pessoas começaram a ganhar dinheiro da cooperativa pelo fato de ter um preço diferenciado. Em 2006, a SAMBAZON sai daqui do Pará, vai para o Amapá e a cooperativa perde a comercialização com a SAMBAZON e tenta comercializar com outras empresas. As outras empresas que comercializam açaí estão em Castanhal e em Tomé-Açu. Elas querem pagar o mesmo preço que pagam para o atravessador, então não tem esse diferencial de qualidade que os agricultores da cooperativa preparam; a gente não tem esse diferencial de preço. E por conta disso, a cooperativa parou de comercializar açaí. (ANTÔNIO DIAS, 2011)

Devido a esses problemas, a CART inicia em 2008, a comercialização de sementes oleaginosas “como o murumuru, a andiroba, a própria semente do cupuaçu e ucuuba, [...] também tem o patauá e a bacaba³²”, tendo como principal parceira comercial a empresa de cosmético Natura³³. A cooperativa também tem comercializado, especificamente, a andiroba e o cupuaçu para a empresa BERACA³⁴ todas com pólos de produção no estado do Pará. No mercado local, a venda destes produtos é mais difícil devido alta produção e a pouca procura pela andiroba e mel de abelha.³⁵ Este fato obrigou os cooperados a buscarem grandes mercados para suas produções dando assim continuidade às atividades da cooperativa.

A CART não tem um contrato de exclusividade com a Natura, mas tem uma responsabilidade de venda deste produto a empresa. Os cooperados para comercializarem iniciam um planejamento de safra, onde é analisada a capacidade

³² Nazareno Gonçalves Damasceno (2011), atual diretor da CART.

³³ A Natura é uma marca de origem brasileira, presente em sete países da América Latina e na França. No Brasil é a indústria líder no mercado de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal, assim como no setor da venda direta. Disponível em: <<http://scf.natura.net/Conteudo/Default.aspx?MenuStructure=5&MenuItem=1>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

³⁴ A BERACA é uma empresa brasileira, com mais de 50 anos de história, com 7 unidades no Brasil e uma na França. Atuante em todo o território nacional e com distribuição em mais de 40 países ao redor do mundo. A empresa é especializada no desenvolvimento de tecnologias, soluções e matérias-primas de alta performance para os mercados de tratamento de águas, cosméticos, nutrição animal e para a indústria de alimentos e bebidas. Disponível em: <<http://beraca.com/index.php?portugues=index.php>>. Acesso em: 06 jan. 2012.

³⁵ Antônio Marques Portilho Dias (2011), atual diretor comercial da CART.

de fornecimento de semente durante o ano para a Natura. Conforme explica Antônio Dias (2011):

A gente não tem um contrato de exclusividade com a NATURA, o que a gente tem é um planejamento de safra, a gente planeja a safra e antes de começar a safra a gente senta com a Natura e outros parceiros e agente discute volume, quanto à cooperativa vai fornecer. No ano passado, a gente tinha uma média de 20 toneladas de amêndoas de murumuru e a gente conseguiu entregar 16 toneladas. Primeiro, a gente faz o planejamento com os agricultores e os agricultores falam: eu vou fornecer "x" quilos.

Essa comercialização principalmente com a Natura causou outra modificação na participação dos sócios da cooperativa, haja vista que a participação dos sócios está condicionada ao que ele produz e ao que a CART comercializa com seus parceiros comerciais, e conseqüentemente com isso modificam-se os sócios como relata Antônio Dias (2011).

No começo da cooperativa, as pessoas trabalhavam com a farinha, com o açaí. Então, os sócios da cooperativa tinham açaí e a farinha. Também nós tivemos uma dificuldade quando nós começamos a trabalhar com a NATURA em 2008, porque a gente começou a trabalhar com a semente oleaginosa. Um dos principais produtos em 2008 que tinha mais foco era o murumuru; essas áreas que a gente mais trabalhava era o açaí e não tinha o murumuru; então, tivemos dificuldades de encontrar onde produzia o murumuru. Os agricultores que trabalham com o murumuru ainda não são sócios da cooperativa, então temos hoje 58 famílias; aliás 83 famílias. Tudo trabalhando com sementes; dessas 83, temos 11 que são sócios da cooperativa, então a gente está organizando, cadastrando os associados para fazerem parte da cooperativa.

O valor do quilo das sementes é acertado em uma reunião que participam os representantes das federações, das cooperativas, da Natura, das ONGs que prestam assessoria às cooperativas e os trabalhadores.

Pra começar esse trabalho de comercialização, a gente sentou junto a NATURA aos parceiros dentro deste trabalho. A gente tem as organizações que prestam assessoria pra gente: a FASE36 e a UCODEP37. Nós temos

³⁶ A FASE – Federação de órgãos para a assistência social e educacional – foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em seis estados brasileiros e tem sua sede no Rio de Janeiro. Desde suas origens esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/v2pagina.php?id=10>>. Acesso em: 03 jan. 2012.

³⁷ UCODEP (Unidade e Cooperação para o Desenvolvimento dos Povos) é uma ONG italiana associada à OXFAM Itália e está presente na região para promover um elo entre os produtores de açaí e outras sementes e o mercado consumidor de maneira justa. Há a intenção de criar uma agroindústria regional de processamento, que deve ser um negócio

uma federação de cooperativas do Baixo Tocantins de Cametá, Abaetetuba, Garapé-miri, que a gente discute junto este processo de comercialização e lá cada cooperativado, da cooperativa, passa a representar na Federação e junto com a Natura para discutir o termo. Primeiro, a gente faz o seminário de avaliação entre os agricultores, a NATURA, a FASE e as Cooperativas locais e cada um dá a sugestão de preço. Pra poder chegar na formação de preço, existe uma tabela de custo, construído com a NATURA e os agricultores para chegar na formação do preço (ANTÔNIO DIAS, 2011).

Com a Natura o valor é discutido conjuntamente, mas com a Beraca o preço é de acordo com a tabela deles³⁸. A tabela de preço discutida juntamente com a Natura leva em consideração o valor de transporte, imposto, custo de produção, etc., como afirma o diretor da CART, Nazareno Damasceno (2011):

O custo do transporte tem alguns que sai pra nós, mas é assim: na planilha de custo do produto já está incluído o transporte, ICMS, a margem de lucro pra cooperativa, vem incluído o preço que é do agricultor. Se nós fossemos avaliar, hoje o murumuru está saído, hoje, a cinco reais e vinte e cinco centavos, o quilo. Mas o agricultor fica com três reais, o quilo. Então, tu tiras a margem de lucro pra ti, o resto é imposto. Já está incluído o imposto nesses valores.

O transporte das sementes é feito através de caminhões que se deslocam de Cametá/PA a Belém/PA, mas segue uma trajetória mais longa que é da área de cultivo até a cooperativa em Cametá sendo que o responsável pelo custo do transporte é o próprio agricultor. Da cooperativa, é levado para Benevides³⁹ em um caminhão, sendo que o custo deste transporte fica a cargo da cooperativa, ou seja, de todos os associados. Por mais que não existam contratos de trabalho, a cobrança existe na forma de metas de fornecimento de matéria-prima das cooperativas para as empresas. De uma forma ou de outra os interesses econômicos dos trabalhadores dependem da sua relação comercial com as parceiras comerciais, pois sem essa relação a cooperativa não tem como dar prosseguimento as suas atividades. Esse é um exemplo típico de subsunção formal, que se caracteriza pela subordinação indireta do trabalhador aos interesses da empresa capitalista.

Da parte das empresas, sempre é cobrado a qualidade do produto, durante o processo de produção, colheita, armazenagem e transporte.

construído de maneira participativa. A cadeia incluiria 3 produtos principais: açaí, sementes e cupuaçu. Disponível em: <<http://bioelo.blog.com/relatos/>>. Acesso em: 06 jan. 2012.

³⁸ Antônio Marques Portilho Dias (2011).

³⁹ Benevides, Município do Pará próximo a capital do Estado, Belém do Pará.

O processo a gente trabalha com o acompanhamento do agricultor; a gente abrimos vários cursos de segurança no trabalho, juntamente com a Natura e os trabalhadores pra que não venha acontecer risco de acidentes no trabalho, então aí agente faz acompanhamento da produção. Sempre nós estamos visitando o agricultor e nós recebemos essa produção aqui na cooperativa e aí daqui da cooperativa, todo o processo já é nosso para entregar o produto em Benevides (NAZARENO DAMASCENO, 2011).

E para atender as exigências das empresas, a cooperativa sempre conta com o apoio das parceiras de assessoria comercial ou produtiva, como informa o diretor da CART, Nazareno Damasceno (2011):

Olha, hoje, a parceira que presta assessoria pra nós, ainda nós temos a FASE que é uma ONG sediada em Belém no bairro Umarizal, mas ela dá uma assessoria não completa; mas uma assessoria de comercialização e de apoio às cooperativas da Região Tocantina; não é só da Região Tocantina, mas nós fazemos parte daqui da Região Tocantina, então ela dá esse apoio aqui pra nós. Tem também APACC que é a Associação de Apoio as Comunidades Carentes e o Sindicato dos Trabalhadores que dá também esse apoio. Porque, hoje, nós estamos dentro desse prédio que é do sindicato; a gente não paga aluguel, porque este boxe foi determinado para a comercialização. Foi o Sindicato próprio que fundou a cooperativa, então esse boxe é para a comercialização e o Sindicato fundou a cooperativa, por isso que até hoje ainda estamos por aqui. Então ele é um parceiro fundamental.

O processo de comercialização da CART é acompanhado por diversas instituições chamadas pelos associados como parceiras. É o caso da FASE, da APACC e de outras ONGs envolvidas no trabalho da cooperativa. Para Gohn (2005a), isso demonstra bem como funciona a política do terceiro setor⁴⁰, pois segundo ela:

O terceiro setor procura se afirmar pela positividade, com ações propositivas e afirmativas. Ele clama por uma forma de desenvolvimento sustentável (ao contrário das ONGs dos anos 80, que falavam do auto-sustentável). As novas entidades que estão se expandindo estruturam-se como empresas, autodenominam-se cidadãs por se apresentarem sem fins lucrativos e atuarem em áreas de problemas sociais, criam e desenvolvem frentes de trabalho em espaços públicos não-estatais; algumas nasceram por iniciativa de empresários privados e se apresentam juridicamente como ONGDS – Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento Social. Este fato ampliou o universo de participação para campos pouco ou nada

⁴⁰ O terceiro setor é uma expressão com significados múltiplos devido a sentidos históricos diferenciados, em termos de realidades sociais. Atualmente não se trata mais do terciário que se contrapunha às atividades da agricultura e da indústria, mas de uma nova ordem social, que se coloca ao lado do Estado – o primeiro setor -, e do mercado – tido como segundo (GOHN, 2005a, p. 73)

politizados e desenvolveu inúmeras formas de associativismo ao nível do poder local (p. 79).

O terceiro setor, de certa forma, representa uma forma de estratégia política do Estado no sentido de minimizar os efeitos do desemprego e das relações impositivas das empresas capitalistas.

O terceiro setor é também contraditório. Ele ganhou espaço nos anos 90 porque passou a desempenhar o papel de intermediação entre o Estado e a sociedade, antes ocupado pelos movimentos sociais populares, sindicatos e ONGs combatíveis. Só que ele assume aquele espaço numa nova conjuntura e correlação de forças: agora é para implementar e executar políticas sociais desativadas nas instâncias de execução pertencentes aos órgãos estatais transferidas para a sociedade civil organizada em parcerias entre o setor público e o público não-estatal (GOHN, 2001, p. 94).

Nesse sentido, ele acaba compactuando com os mesmos interesses do Estado numa formação social capitalista e acaba também reproduzindo esses interesses de cunho econômico, político e ideológico para as organizações com as quais trabalha. Assim, a missão do terceiro setor não é para negar as imposições dominantes, mas ajustar as organizações sociais dos trabalhadores aos interesses da classe política e economicamente dominante.

Atualmente, as cooperativas da região pretendem comercializar com as prefeituras municipais, devido uma lei que recomenda a compra, de uma parte da merenda escolar, da agricultura familiar, mas mesmo assim as cooperativas não conseguem vender a produção para os municípios. Em relação a isso, o “Sujeito B” comenta:

[...] existe na lei⁴¹. Da merenda escolar vem (recurso) 30% pra comprar a produção local; entendeu? Então a cooperativa, algumas associações se organizam pra vender a merenda escolar para a prefeitura, mas aí não consegue porque tem uma burocracia, entendeu, o prefeito não tem interesse, não tem vontade política de fazer isso. Então, eu acho que a partir daí vem à questão da resistência mesmo dos trabalhadores em organizar a cooperativa, associações, organizações que combatam, que se contrapõe e organize esses trabalhadores que apresentam uma proposta para a sociedade, para o poder público.

⁴¹ Os agricultores familiares podem fornecer alimentos para as escolas da Rede Pública de Ensino com ajuda da Lei 11.947/2009. A legislação determina que no mínimo 30% do valor destinado para a compra da merenda escolar – recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – deverá ser utilizado na aquisição da produção agrícola familiar. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/setor/cafe/o-setor/merenda-escolar-e-paa>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

Quando se trata de problemas envolvendo diretamente o poder público, como é o caso das prefeituras que não compram da agricultura familiar aquilo que está prescrito na lei, os trabalhadores conseguem perceber um dos focos do problema, mas é preciso conhecer as razões que levaram a cabo esse tipo de política de compra de parte da merenda escolar da agricultura familiar, pois este conceito pode agregar uma quantidade de instituições que se autodenominam como sendo da agricultura familiar e acabam sendo privilegiadas pelo poder público local em troca muitas vezes de favores políticos e econômicos.

Vale ressaltar que a prática de comercialização das cooperativas não sofre a influência apenas da instância econômica, mas das instâncias políticas e ideológicas, as quais fogem do controle e do poder de reação das organizações sociais da classe trabalhadora. Porém, ao mesmo tempo em que submetem a prática comercial dos trabalhadores, possibilitam a esses a tomada de consciência de sua submissão, podendo refletir na busca de soluções para superar tais contradições da realidade concreta.

6.2.2 A Formação dos Agricultores da CART

Uma das questões levantadas nas entrevistas refere-se ao trabalho de formação dos agricultores via acompanhamento de técnicos agrícolas, no sentido de orientar a respeito das técnicas de plantio, cultivo, colheita, armazenamento e comercialização da produção. Também, uma formação no sentido político e ideológico que proporcionasse ao agricultor uma leitura crítica referente ao modo de produção e a estrutura social de trabalho da região. As entrevistas proporcionaram alguns dados que demonstraram como os trabalhadores se organizavam, internamente, em torno da produção e comercialização.

No início dos trabalhos da CART, em 1995, essa questão de formação dos trabalhadores para o cultivo era bem pouca. O que mais ocorria era reuniões com membros que residiam no Mupi, Bucubarana, Livramento e outras comunidades com o intuito de resolver o problema de comercialização da produção⁴². Uma vez que no

⁴² “Sujeito A”

início a cooperativa sofria com os baixos preços oferecidos pelos compradores aos agricultores.

A escolaridade de uma parte dos entrevistados era a seguinte: o “Sujeito A” se declarou leigo e que só sabia escrever o seu nome. O “Sujeito B” afirmou que tinha o ensino médio completo e o “Sujeito C” estudou até o primeiro ano do ensino médio. Diante disso, é possível perceber que a cooperativa tem um grupo de associados com vários níveis de aprendizagem e escolaridade. Estes níveis diferenciados podem, de certa forma, provocar manifestações de interesses e saberes diversos, por parte dos produtores. Isso poderá gerar problemas no que tange a participação democrática na cooperativa e na elaboração de estratégias, metas e objetivos da cooperativa.

Os problemas, em relação a parte técnica da produção, foram revelados a partir da preocupação com a prática da monocultura⁴³, pois como se viu os primeiros sócios da cooperativa produziam farinha, um produto derivado da mandioca. Então na região era muito comum a prática do monocultivo, as razões são as mais diversas possíveis, mas algumas podem ser mencionadas como a ausência de uma cadeia produtiva⁴⁴ que movimenta a comercialização de outros gêneros produtivos provenientes da agricultura familiar. Outra razão refere-se aos aspectos culturais da produção de mandioca, pois é uma cultura bastante difundida, com técnicas de cultivo repassadas de geração em geração. A falta também de técnicas de cultivo de outros cultivares, também, pode ser destacada aqui. “A monocultura é complicada, se der um problema no açaí ele (o agricultor) não tem nada mais, mas se eles têm vários produtos, terminou a safra do açaí, ele tem outros produtos pra comercializar, então ele melhora a cadeia produtiva dele.”⁴⁵

Segundo Gohn (2005a):

⁴³ Prática agrícola que se detém ao cultivo somente de uma cultura, em nossa região a mais comum é o cultivo da mandioca.

⁴⁴ “A cadeia produtiva pode ser definida como uma seqüência de empresas ou setores econômicos unidos por relações significativas de compra e venda. Dividem o trabalho entre si, cada um realizando uma etapa do processo de transformação e transferência dos insumos. A noção de cadeia é usualmente empregada na indústria de transformação, em que é clara a noção de ligações para frente e para trás no processo produtivo (DIEESE, 2005, p. 13)”

⁴⁵ Nazareno Gonçalves Damasceno (2011).

[...] as demandas sobre a educação são múltiplas. De reciclagem, aperfeiçoamento, atualização, especialização etc. E muitas delas não se situam na área da educação formal, na escola regular. Elas emergem de múltiplos campos e situam-se mais na área de atuação das ONGs, o novo terceiro setor. (p. 97)

Isso demonstra que quando o Estado, de certa forma, não consegue atender às exigências de qualificação para o mercado de trabalho, ele dispõe estes serviços via Organizações Não-Governamentais ou terceiro setor. Nesse contexto, a CART ao longo de seus anos de existência foi recebendo “ajuda” de algumas ONGs parceiras no que se refere ao oferecimento de cursos relacionados ao plantio, cultivo, manejo e outros. Uma das parceiras que auxiliou a cooperativa agrícola foi a Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes – APACC, segundo do diretor da CART:

Ela trabalhou muito a formação dos agricultores, a plantação e o manejo; isso tudo na região das ilhas e terra firme; e sempre aonde nós atuamos, a APACC também atuou e a gente ainda tenta reativar o que APACC já fez, fazendo com que os próprios agricultores não fiquem na monocultura. Porque antes, no tempo do FNO, muitas pessoas derrubaram as ilhas para plantar açaí e a ilha não precisa ser derrubada para ser plantado açaí, basta fazer o manejo, porque os próprios animais já fizeram o plantio é só manejar. Naquele tempo, muitos técnicos disseram: “tem que derrubar e queimar tudo e plantar açaí”, e quem fez isso até hoje não conseguiu reerguer a área; pra ele dizer: “agora eu tenho uma área boa pra dá produção” essas coisas... Quando nós andamos onde essas pessoas fizeram essas coisas, vimos que essas pessoas ainda não conseguiram recuperar estas áreas, porque nas regiões das ilhas é fazer o manejo e não destruir (NAZARENO DAMASCENO, 2011).

A CART, também, ainda conta com a FASE e com a UCODEP os as quais a auxiliam na formação dos associados, seja para comercializar ou para produzir⁴⁶. Durante esse trabalho de formação os trabalhadores, a cada dia, vão se conscientizando da necessidade de construir uma instituição que congregue as demais cooperativas da região, com isso passaram a se organizar em federação. Essa é uma estratégia eficiente para resolver problemas de comercialização como destaca o diretor da CART:

[...] nós formamos em 2002, nós começamos a fazer um consórcio que seria o consórcio das cooperativas, que era naquele período de comercialização. Porque o consórcio é assim: uma empresa ia lá, em Garapé-miri e aí dizia assim: eu vim de Cameté e Cameté quer vender pra mim açaí a dez reais, e

⁴⁶ Antônio Marques Portilho Dias (2011).

Garapé-miri queria vender a onze, se vocês fecharem a dez eu fecho com vocês e aí Garapé-miri fechava. Só que Cametá tinha fechado outro preço; e aí vamos dizer, como nós não tínhamos uma organização, eles jogavam, faziam jogo com o preço. E aí quando a gente viu que isso estava acontecendo, a gente resolveu fazer um consórcio de cooperativas no município; naquele momento era só naquilo que as cooperativas comercializava e aí quando a empresa queria discutir, não; vai pro consórcio que lá agente discute com todos os municípios juntos. Aí sim, melhorou porque ela não vinha discutir preço num município e no outro; nós discutíamos juntos e de lá saía o preço pra todos os municípios e aí com isso veio a necessidade de formar uma federação. Hoje nós temos a FECAT que é a Federação das Cooperativas do Baixo Tocantins e está em forma de legalização. Ainda não está legalizada, mas nós estamos pensando em legalizar (NAZARENO DAMASCENO, 2011).

Esse caso é emblemático no sentido de demonstrar como a práxis dos trabalhadores ocorre coletivamente. Eles não buscam resolver os problemas individualmente, mas buscam o fortalecimento de seus interesses a partir da conscientização do problema (jogo de preços) e da elaboração concreta de estratégias (consórcio ou federação) para frear o jogo comercial dos compradores do açai. A reação não ocorre somente no plano ideal caracterizada pela capacidade dos sujeitos compreenderem os problemas na sua dimensão teórica, mas o problema para ser enfrentado e superado exige a materialização dos fins da reação ideal na objetividade (criação da FECAT). Neste sentido, Vázquez (2007) destaca que:

A atividade humana é, portanto, atividade que se orienta conforme a fins, e estes só existem através do homem, como produtos de sua consciência. Toda ação verdadeiramente humana exige certa consciência de um fim, o qual se sujeita ao curso da própria atividade (p. 222)

Significa dizer que nenhuma atividade humana ocorre sem intencionalidade, seja ela relacionada a um fim utilitário ou a um fim revolucionário; o qual busque transformações mais abrangentes no conteúdo e na estrutura econômica, política e ideológica inaugurando, assim, na sociedade, uma nova formação social que se contraponha às contradições sociais da formação social capitalista.

O diretor comercial da CART relata que participou em 2005 de um curso de formação, para os filhos dos agricultores, ofertado pela FASE. Na ocasião, foram selecionados sete jovens para participarem da formação de novos dirigentes para

que assim dessem continuidade no trabalho da cooperativa. Segundo seu Nazareno Damasceno (2011), na cooperativa:

Já foi dado várias formação; olha nós tivemos um curso aqui da coleta à secagem do cacau que foi dado em três locais: o primeiro foi aqui no Cação⁴⁷; o segundo, no Juba e o terceiro, lá no Tamanduá Costa. Foram três cursos dados da coleta à secagem do cacau, pra poder, o cacau, ele ser um cacau de qualidade, porque nós temos muito cacau nativo, [...] se pegar qualquer cacau desses que o pessoal secam assim sem fermentação, ele não vai dá um cacau tipo 1; ele dá um cacau refugo, mas quando se faz esse processo de fermentação, ele passa a ser um cacau tipo 1.

Em relação ao cacau, o curso ficou somente na coleta e secagem do cacau, pois a preocupação com as doenças nos pomares do cacau poderiam influenciar na qualidade do produto. Seu Nazareno Damasceno (2011) relata que esta questão eles deixam para a:

[...] EMATER⁴⁸, CEPLAC⁴⁹ para eles fazerem este trabalho. O nosso trabalho mais é o incentivo a não monocultura, ao reflorestamento; essas coisas de comercialização, nós trabalhamos mais isso; [...] é claro que a gente tem também chamado a atenção pra que a CEPLAC possa fazer esse incentivo de como combater as pragas.

Mas esses órgãos apresentam dificuldades em supervisionar os pomares dos agricultores cametaenses, e se essas instituições conseguissem reunir nas cooperativas todo esse coletivo de sócios, talvez o público atingido fosse maior. A

⁴⁷ Cação é o nome de uma ilha localizada no município de Cametá.

⁴⁸ A Emater-Pará é o órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará que presta serviços especializados nas áreas de ciências agrárias e humanas, difundindo conhecimentos e informações tecnológicas no meio rural. A Emater-Pará sinaliza com princípios norteadores de equidade, eficiência e sustentabilidade, para implementação de um modelo de desenvolvimento, aliando expansão econômica e exploração nacional do patrimônio natural, para gerar riqueza em sintonia com a melhoria da qualidade de vida do povo. Sua missão é Contribuir com soluções para agricultura familiar, com serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisas baseadas nos princípios éticos e agroecológicos. Tem sede no município de Marituba e representação em todo Estado do Pará. Disponível em: <<http://www.emater.pa.gov.br/menu/10>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

⁴⁹ CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) é órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atua em seis estados do Brasil: Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso. Criada em 20 de fevereiro de 1957, época em que a economia cacaueira atravessava uma grave crise, teve sua atuação, nos seus primórdios, centrada basicamente no apoio à cacauicultura. Desde a sua criação, a CEPLAC vem acumulando inúmeras conquistas, graças ao seu modelo de atuação integrada, onde num só Órgão, desenvolve-se atividades de pesquisa, extensão rural e ensino agrícola. Disponível em: <http://www.ceplacpa.gov.br/site/?page_id=9>. Acesso em: 15 Jan. 2012.

formação fornecida via ONGs ou terceiro setor à cooperativa ainda é muito modesta e focalizada à manipulação e qualificação da matéria prima. Quase nada se viu a respeito de um trabalho de agregação de valor como o beneficiamento de polpas de frutas, incluindo o açaí, para que assim a cooperativa pudesse buscar outros mercados e, conseqüentemente, aumentar sua arrecadação e dos associados.

É possível também perceber, a partir dos entrevistados, que a formação dos trabalhadores está associada a fins de ajustamento da cooperativa e seus cooperadores aos interesses econômicos dos seus parceiros comerciais. Vale também destacar que, por mais que as técnicas e as formações fornecidas para a cooperativa, sirvam aos interesses im pessoais, promovem por outro lado alteração na relação do homem com a natureza, uma vez que contradizem as práticas tradicionais agrícolas como a monocultura e anunciam outras formas do homem lidar com a natureza. As transformações no trabalho não é somente exigida no campo, mas também na capacidade de administrar financeira, socialmente as atividades da cooperativa. Por mais que os trabalhadores não tenham uma formação escolar completa, isso não os impede de refletir sobre os problemas e as necessidades enfrentadas cotidianamente e buscarem respostas mesmo que imediatas a essas questões. A formação recebida pelos trabalhadores pode até não se apresentar como exemplo de uma práxis revolucionária; no entanto, não se pode afirmar que ela não produza condições objetivas pelas quais os sujeitos historicamente possam interagir, refletir e modificar a percepção e o conteúdo de suas atividades cognoscitivas e conseqüentemente, modificar os fins teleológicos, ou seja, sua atividade consciente objetiva.

6.2.3 O Significado da Cooperativa para os Trabalhadores Associados

Os trabalhadores ao se organizarem em torno de um determinado problema, isso exige deles uma forma de atuação que se dá a partir da análise da realidade (plano ideal) e em seguida confirma-se em suas atuações práticas. Desse modo, o motivo que levou os agricultores em 1995 a criarem a CART foi o sentido que apreenderam do cooperativismo, consubstanciado na questão do desenvolvimento da comercialização. Mas é preciso conhecer o que a construção material da instituição cria no desenvolvimento do pensamento dos agricultores. Ou seja, que

impressões imediatas esta instituição, ao longo da história, provoca nos sujeitos que se organizam no interior dela.

Para conhecer e analisar essas questões, durante as entrevistas, se perguntava o significado da cooperativa para os trabalhadores; o que ela representava para o trabalho e para a vida deles. Os primeiros entrevistados, como é o caso do “informante A”, se demonstrou descontente com os trabalhos iniciais da CART devido aos prejuízos que teve em relação à comercialização da cabeça de caju e também às reuniões para decidir o que fazer com as sobras da cooperativa, isso na década de 1990, conforme já foi relatado aqui.

Mas tirando o descontentamento do caso citado, o “Sujeito A” ainda acredita, que de forma geral, o cooperativismo no entender dele, “seria um valor de um bom comércio, pra dá lucro, justamente, porque você trabalha a fim do lucro, seria isso ter mais lucro, vender sua produção bem vendida e viver de cabeça fria por uma parte”. Neste sentido, a cooperativa é entendida como uma forma de comércio que gerará mais lucro para os produtores, ou seja, a cooperativa possui um sentido de realização econômica.

O atual diretor da CART, Nazareno Damasceno (2011) afirma que os trabalhadores vivem o cooperativismo, mas não o entendem, “porque no momento quando se fala em cooperativa é trabalhar uma comercialização justa, o problema é que nem todos entendem o cooperativismo”. O justo aqui se contrapõe às determinações de valores empregadas por parte dos atravessadores, comerciantes locais que nunca se reuniram com os trabalhadores no sentido de decidir o preço do produto. E durante o processo de venda para o consumidor final, quem sempre acabava lucrando era os atravessadores ou comerciantes locais, em detrimento do lucro da comercialização da produção dos agricultores.

Antes da criação da cooperativa, os agricultores sentiam dificuldades em vender seus produtos a um preço justo e logicamente obter lucro de sua produção. Então foi, por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores (ras) Rurais de Cametá, que eles passaram a conhecer, através de alguns documentos, esta forma de organização do trabalho. Seu Nazareno Damasceno (2011) comenta que os agricultores conseguiram informações sobre o cooperativismo:

[...] através de alguns documentos que tinham sobre o cooperativismo, a gente imaginava que a cooperativa deveria ser uma cooperativa de agricultores que poderia fazer este trabalho de comercialização. Mas só que, como se diz, nem todos entendem o que é cooperativismo, porque a cooperativa tem que pegar o produto do agricultor, fazer a venda e depois pagar. Diferente do atravessador, o atravessador compra à vista e vai fazer a venda; o que ele ganhar, o agricultor não tem nada a ver. Por exemplo, o cooperativismo não é a compra à vista, ela é um processo de comercialização de venda e depois paga o agricultor, depois que vende o produto. Então, isso foi se tornando uma dificuldade para a cooperativa, porque muitos não entende o que é o cooperativismo, ele (alguns sócios) já pensou: “mas antes o atravessador que paga na hora” do que a cooperativa que pagaria dependendo da venda que ela faria pra depois pagar o agricultor. Então, por isso que eu digo que muitas pessoas não sabiam o que era o cooperativismo, por mais que viva ele no seu dia a dia. Uma família de agricultores, lá eles trabalham todo mundo juntos, quem faz a venda é o homem ou a mulher que vem na cidade fazer a venda de toda a produção que eles fizeram na semana. De lá, ele vem e compra o alimento da próxima semana e vai levar para a família dele. Então, quer dizer, ele está fazendo uma forma de cooperativismo, porque eles trabalharam juntos e um só fez a venda, e levou o que precisava. A cooperativa é a mesma forma, só que, ela pega um grupo maior de pessoas e aí ela tem que pegar o produto e fazer a venda, pra depois pagar o agricultor; só que muitos agricultores preferem vender para os atravessadores porque eles pegam a dinheiro na hora.

Essa assertiva evidencia que o cooperativismo necessita de princípios que possam reger as ações de trabalho dos associados. É importante destacar os problemas que podem interferir no bom andamento da atividade cooperativa, tais como a dificuldade da cooperativa em acumular um capital de giro para pagar uma parte da produção para os produtores. Este problema, de certa forma favorece uma comercialização injusta. Na visão de alguns da cooperativa, o desconhecimento da importância da cooperação por parte de muitos cooperadores acaba fragilizando a comercialização da cooperativa e aumentando o poder de venda dos concorrentes individuais como os atravessadores e comerciantes locais.

O foco destacado aqui se refere ao significado social da cooperativa para os trabalhadores, ou seja, a percepção da função da cooperativa para o coletivo de associados. No relato acima, é possível identificar que, na percepção de alguns trabalhadores, a cooperativa é uma via de comercialização, mas seu Nazareno Damasceno (2011) destaca que é preciso compreender os aspectos econômicos como uma das condições para o fortalecimento político e social do cooperativismo.

Segundo Pires et al. (2004)

O cooperativismo, como sistema, vai além da celebração de um contrato mútuo que estabelece obrigações visando a objetivos comuns. A essência desta sociedade civil ao estar fundada na repartição do ganho, na união de esforços e no estabelecimento de uma outra forma de agir coletivo, possibilita a implementação de um tipo de ação social diferenciada, porque recusa a lógica economicista que reduz o fazer humano à busca racional do interesse próprio. Assim, a prática cooperativa ao não se deixar seduzir pela ânsia do lucro, abre possibilidades de pensar a cooperação como um espaço social plural e não instrumental (p. 89).

Por mais que parte dos trabalhadores agrícolas ainda não perceba a cooperativa como um espaço social plural, de contradição à lógica economicista, esta consciência ampliada e contraditória pode permanecer ofuscada em curto prazo. Pois, no decorrer das relações econômicas os trabalhadores vão tomando conhecimento da negação de seus interesses, mesmo que a nível local, passando a compreender dialeticamente a atividade da cooperativa como uma forma de contrariar os interesses dos comerciantes locais, pois segundo o “Sujeito A”:

Eles (os atravessadores e comerciantes locais) não ficam satisfeitos não, porque é o seguinte: se tivesse uma cooperativa que comprasse o produto todo agrícola, então ninguém enricava os outros. O lucro que, por exemplo, o Lorde⁵⁰ ganha e outros ganham, era da sociedade, não era deles, era nosso. E por isso eles iam ficar “roendo dente” de raiva, se não vender pra eles.

Neste sentido, a cooperativa pode ser entendida como uma forma de resistência, pelo menos a nível local, em relação à compra e venda de produtos da agricultura familiar para as agroindústrias nacionais e internacionais, concorrendo e amenizando a política de preço baixo instituída pelos comerciantes e atravessadores. Vale lembrar que o cooperativismo, numa formação social capitalista, não nega por completo as contradições econômicas e sociais, mas possibilita o avanço de uma forma de comércio menos injusta e individualista.

Em relação a isso Silva (1992) defende que:

A cooperativa aparece como um espaço contraditório, onde se dá o entrelaçamento de interesses divergentes e através do qual é possível ampliar a consciência coletiva de aprofundar as lutas no sentido da superação das condições objetivas e existência dos cooperados, determinadas pela inserção subalterna nas relações de produção (p. 68)

⁵⁰ Lorde é um empresário cametaense do ramo agrícola que compra dos agricultores da região cacau e pimenta do reino.

A percepção reducionista inicial de alguns trabalhadores a respeito da função social da cooperativa pode ser superada no interior desse espaço, na medida em que os interesses pessoais e coletivos tornam-se aparentes e revelam as estruturas que os determina. Com isso, a cooperativa passa a ganhar um significado mais amplo que abrange as instâncias econômicas, políticas, ideológicas, sociais, culturais da vida humana.

Segundo o diretor comercial da CART, o cooperativismo:

Representa a organização dos agricultores, buscando melhorias de vida pra eles através da agregação de valores para os produtos que eles têm, dando formação para esses agricultores: como está preparando o seu produto; como está se organizando em determinado grupo, em prol do objetivo que eles têm (ANTÔNIO DIAS, 2011).

De acordo com essa assertiva, percebe-se que o significado do cooperativismo é mais amplo segundo o diretor comercial da CART, uma vez que a instituição cooperativa pode servir aos agricultores tanto aos seus interesses econômicos, como técnicos e políticos. “[...] Os sócios eles são donos dessa empresa que é a cooperativa. Eles elegem uma direção que é pra coordenar, mas quem manda são os sócios que tem vez e voto dentro da cooperativa, tudo é decidido em uma assembléia⁵¹”. Assim, o cooperativismo é entendido como uma empresa democrática, a qual se caracteriza por ter a participação dos sócios na tomada de decisões, através do voto direto de cada associado, independente do capital investido ou número de cota-parte pagas por cada um.

Segundo Pinho (1965),

[...] as cooperativas atuam como importante instrumento de desenvolvimento econômico e de valorização do homem, de educação democrática e de educação técnica, de elevação do nível de vida da população e de participação consciente no processo do desenvolvimento econômico (p. 149)

Assim pode-se considerar a cooperativa como uma condição objetiva necessária, que embora em certo tempo histórico sirva aos interesses do capital mantendo vivas as condições objetivas econômica do atual sistema; por outro lado, promove condições mínimas para a existência do trabalhador. Além disso, anuncia

⁵¹ Antônio Dias (2011)

um novo projeto de sociedade baseado na autogestão⁵² do trabalho constituído na autonomia, mesmo que seja relativa da força de trabalho dos agricultores associados. Neste sentido, a cooperativa pode ser considerada como uma unidade contraditória entre o desenvolvimento de uma práxis utilitária e uma práxis revolucionária. Para fazer a revolução, o trabalhador precisa está vivo; e para isso é preciso que este construa uma estrutura que sustente o seu estado natural. O cooperativismo proporciona essa condição, pois se em um determinado tempo histórico ele se manifesta como uma pedra pró-capitalista, não se pode negar que esconde em si a semente pró-socialista que germinará futuramente em solos inférteis do capitalismo em crise.

6.2.4 A Participação Política dos Associados

Uma dos pontos principais do cooperativismo é a participação dos sócios nas tomadas das decisões. Esse fato tem qualificado as cooperativas como uma sociedade democrática, na qual cada sócio tem direito a um voto. Desse modo, as decisões comerciais, administrativas e outras são votadas em assembléia geral conforme consta em seus estatutos.

Na CART não é diferente. Também são realizadas reuniões para tratarem diversos assuntos postos em pauta. Uma das pautas que, de dois em dois, ou de quatro em quatro anos, é discutida, refere-se à eleição de uma nova diretoria ou conselho fiscal. “Qualquer sócio da cooperativa, desde que ele participe, pode ser um diretor da cooperativa. Só os sócios podem se envolver na cooperativa⁵³”. As assembléias costumam ter três chamadas: a primeira deverá ter pelo menos 2/3 dos associados; a segunda a metade e mais 1; e terceira chamada no mínimo 10 associados⁵⁴. A maioria dos membros da CART reside em regiões afastadas da

⁵² [...] A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos participantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária. Acontece que, até agora, grande parte dos cooperadores se insere na economia solidária enquanto modo de produção intersticial, ou seja, para se reinserir à produção social e escapar da pobreza. Muitos não chegam a apreciar as potencialidades da autogestão, aceitando-a, no máximo, como exigência coletiva para poder participar da cooperativa (SINGER, 2002, p. 21).

⁵³ Antônio Marques Portilho Dias (2011).

⁵⁴ Lei 5.764/71, Art. 40, incisos: I, II, III.

cidade de Cametá, então as formas utilizadas para convocar os associados para as reuniões abrangem os meios de comunicação como rádio, telefone, bem como através de mensageiros que habitam nas localidades.

Segundo Singer (2002):

O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Em geral não é a direção da cooperativa que sonega informações aos sócios, são estes que preferem dá um voto de confiança à direção para que ela decida em lugar deles. E a direção tende, às vezes, a aceitar o pedido, sobretudo quando se trata de decisões que podem suscitar conflitos entre os sócios. É, em geral, mais fácil conciliar interesses e negociar saídas consensuais num pequeno comitê de diretores do que numa reunião mais ampla de delegados, que têm que prestar contas aos colegas que representam (p. 19-20)

A participação democrática é fundamental no cooperativismo para desenvolver a capacidade de análise de problemas cotidianos internos e externos a cooperativa. A democracia introduz um saber diferenciado nas ações da coletividade, pois se retorna o poder de decisão para a individualidade que se orienta conforme os interesses comuns da maioria. A democracia é um conceito que exige prática e se contrapõe à rigidez das ditaduras que elegem um soberano, o qual possui em seus domínios, o poder de decisão e de realização de seus interesses. Cooperativa, enquanto espaço contraditório, tem na democracia a fórmula para produzir a ascensão da consciência comum e corrente para uma atividade consciente objetiva. Por isso que, enquanto atividade política, a participação deve ser de todos e não somente de uma pequena parte que administra a cooperativa.

No fim do ano de 2011 alguns cooperados estavam em reunião para decidirem a respeito da atualização do estatuto. “O estatuto da CART está desde o começo da CART, foi elaborado em 1995”.⁵⁵ O diretor comercial da CART comenta que a cooperativa recebe assessoria de ONGs no sentido da atualização do seu estatuto.

[...] Como é desde 1995, o estatuto da CART tem algumas coisas que não estão adequadas com a nova lei civil do cooperativismo. Foi feito, em algum tempo atrás, algumas coisas pra mudar o estatuto, algumas modificações, só que não foi feito em cartório, não foi feito a modificação. Quando for

⁵⁵ Antônio Marques Portilho Dias (2011)

agora dia 3 (de dezembro de 2011) nos vamos estar sentando com uma assessora da UCODEP; que é uma ONG da Itália que assessora a gente também. Esta pessoa vai está ajudando a gente a reformular o estatuto da CART e atualizar o estatuto da CART, porque em algumas partes já está “caducando” (ANTÔNIO DIAS, 2011).

Percebe-se que muitos problemas da cooperativa são resolvidos, ou parcialmente resolvidos, com o intermédio de ONGs, federações ou confederações, as quais prestam assessoria em diversas áreas do cooperativismo, buscando assim promover o desenvolvimento dessas organizações. E como se demonstrou as instituições do terceiro setor, como é o caso das ONGs, não defendem interesses econômicos, políticos e ideológicos da classe trabalhadora, disseminando críticas à superestrutura política e ideológica e à estrutura econômica, mas auxilia essa classe a se adaptar à atual formação social capitalista, sem a necessidade de revolucionar as origens determinantes.

Gohn (2001) defende que:

O terceiro setor tem sido considerado como uma das fontes de criatividade e de aprendizagem em espaços públicos coletivos em questões do tipo: raça, gênero, etnia, direitos humanos, defesa do meio ambiente, fase da idade da vida (crianças, jovens e idosos); e métodos alternativos de geração de renda em comunidades organizadas para suprirem necessidades socioeconômicas e culturais básicas, em programas de desenvolvimento sustentável (p. 94)

O terceiro setor, nesse sentido, funciona como um elemento de fortalecimento utilitário dos espaços públicos coletivos que sofrem algum tipo de opressão da política econômica de um Estado capitalista. Assim, busca amenizar as lutas políticas, econômicas, ideológicas de classe funcionando como um instrumento concreto de coesão social. É desse modo que “o Estado impede que se aniquilem as classes e a “sociedade”, o que não é senão uma forma de dizer que impede a destruição de uma formação social” (POULANTZAS, 1986, p. 48).

6.2.5 Os Principais Problemas da CART

Desde sua criação em 1995, a CART vem sofrendo com alguns problemas ligados aos mais diversos ramos de sua atividade. Vale ressaltar que os trabalhadores, antes mesmo de estarem organizados nessa cooperativa, sofriam

com problemas relacionados à comercialização da produção agrícola. E a partir desse, outro problema foi desencadeado com o financiamento do FNO: a aceleração na produção de cultivares frutíferas sem mercado para escoar a superprodução local. Como explica seu Nazareno Damasceno (2011):

[...] porque foi um luta, uma conquista dos trabalhadores para que houvesse um projeto para o desenvolvimento da agricultura; infelizmente, não foi pensado a comercialização antes, vamos dizer, de implantar o projeto (financiado pelo FNO). Então, em que veio se dá é que: os agricultores plantaram, tiveram muita produção, não tiveram pra quem vender e ficou um débito no banco que não tinha como pagar, tanto que até hoje a maioria ficou devendo no banco, devido não ter como comercializar este produto.

Antes da cooperativa, os trabalhadores rurais de Cametá vendiam na feira seus produtos ou entregavam na casa do lavrador. Como não conseguiam vender, resolveram criar a Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina – CART, e passaram a entregar a produção nesta organização. Porque inicialmente a idéia era a seguinte:

[...] formar uma cooperativa pra conseguir exportar esses produtos para outros lugares. Como ela é uma cooperativa, ela pode exportar e importar. Então, isso é o melhor caminho que nós temos; só que é necessário encontrar um mercado para a cooperativa trabalhar, então quando se correu atrás de um mercado, não se encontrou um mercado que desse garantia. Quando tu encontra um mercado, esse mercado não quer três toneladas, mas dez, vinte, trinta toneladas, daí pra frente (NAZARENO DAMASCENO, 2011).

O problema que se manifestava individualmente, agora tornou-se coletivo, uma vez que a cooperativa não tinha uma cadeia produtiva para comercializar o coco, o muruci, a acerola, o cupuaçu, o caju e até mesmo a farinha. Sem venda, os produtores começaram a se tornar devedores do financiamento constitucional. Isso, de certa forma, causou uma descrença por parte de alguns associados a respeito da importância do cooperativismo no trabalho coletivo, como comenta o “Sujeito A”:

E aí enfraqueceu e a gente perdeu o ânimo e até hoje está nessa. Eu nunca mais fui na reunião da cooperativa porque cansei; e tem mais, nessa data que nós criamos a cooperativa, nós “rasguemos o fundo da calça” esfregando no banco e cadeira, conversando para criar esta cooperativa pra nada.

A insatisfação do “Sujeito A” não se resumiu nas atividades da cooperativa, mas na forma como o FNO tratou os agricultores cametaenses:

[...] através desse projeto do FNO, para plantar este produto, tinha que ter um órgão pra receber e vender pra fora para nós termos lucro; mas como não teve comércio pra nossa produção, inclusive nos fomos também enganados, pelo um lado, porque nós exigimos muito e parece que se vingaram de nós. A primeira coisa que eles se vingaram de nós é que eles deram três hectares e isso foi do banco na Amazônia e não da cooperativa. Eles autorizaram três hectares pra cada produtor plantar; então é muito trabalho e o recurso era pouco. Eu na época estraguei oitocentos mil cruzeiro que tinha da pimenta aplicando em preparação do solo dos três hectares.

Como se viu anteriormente, 70% do financiamento não chegava às mãos dos agricultores, pois eram destinados aos fornecedores de insumos, mudas, etc., somente 30% eram destinados aos trabalhadores que sofriam com altos preços dos insumos e matrizes vegetais ou animais, forçando muitas vezes a utilizarem recursos financeiros extras. Como foi o caso do “Sujeito A” que aplicou nos três hectares um recurso acumulado com a venda da pimenta do reino. Os gastos no tratamento de três hectares de terra foram maiores do que o financiamento, e em tese o projeto do trabalhador já iniciava com necessidade de recurso.

O “Sujeito B” comenta que outros problemas circundavam a execução dos projetos de plantio financiados pelo FNO, segundo ele:

A assistência técnica sempre foi precária. O debate hoje sobre o desenvolvimento rural está sobre a assistência técnica. Naquela época, [...] do FNO, foi feito o projeto, digamos assim, 70% do dinheiro do projeto iam para as empresas: compra de adubo; de material; de insumos pra estrutura; e vinha 30% de dinheiro vivo para o trabalhador trabalhar. Então 70% não vinha pra mão dele, ia para a mão das empresas, então já aí o projeto já saía capenga. Então, acho que os trabalhadores tiveram essa parte de formação assim muito pouca. A prelazia⁵⁶ que naquela época deu incentivo criou alguns monitores agrícolas dentro da prelazia. Aqui em Cametá tem várias pessoas, inclusive lá tem o Bragança⁵⁷. Vários monitores agrícolas que eram leigos. Monitores que eram formados pela comunidade mesmo.

Essas questões confirmam como os trabalhadores tornaram-se devedores. Um exemplo, dentre muitos, no Norte do país do fracasso da tese de desenvolvimento sustentável via financiamento para a região. A falta de desenvolvimento nessa região não se resumia a carências financeiras, mas a muitas

⁵⁶ A prelazia é uma instituição ligada à igreja católica no município de Cametá.

⁵⁷ Seu Bragança é um líder comunitário em Cametá.

outras carências, principalmente na área do conhecimento técnico, comercial, político e outros. A esse respeito o “Sujeito B” comenta:

[...] Eu acho que, volto a dizer, o que está faltando nas instituições do governo, na própria universidade, é essa parte de informação; de você poder ter informação, dar informações para as pessoas, independentemente de sala de aula; dá palestra, oficinas. Eu acho que o nosso povo, o trabalhador rural, ele é muito carente disso; nós tentamos organizar os trabalhadores, somos bons de palanque, entendeu, mas quando chega na hora de elaborar o projeto, de fazer programações, nós não temos capacidade para isso. Então, eu acho que está faltando parceria com a universidade, com o poder público dando o apoio para isso.

Os trabalhadores sentem que sozinhos ou organizados em uma cooperativa não é suficiente para resolver problemas resultantes da falta de informação. Mas acreditam que instituições, que desenvolvem pesquisas nesta área, podem contribuir para o desenvolvimento da sociedade cooperativa e da sociedade em geral.

Os trabalhadores agrícolas sentem que é preciso agregar certo grau de conhecimento científico a suas práticas, segundo Vázquez (2007):

Nas condições próprias da sociedade escravista teve lugar um desenvolvimento sucessivo das forças produtivas e, particularmente, um aperfeiçoamento dos instrumentos de produção que não podiam deixar de colocar tarefas teóricas intimamente relacionadas, por essa razão, com sua atividade produtiva. Desde então até nossos dias, o progresso do conhecimento teórico, e inclusive as formas mais elevada da atividade científica, aparece vinculado às necessidades práticas dos homens (p. 244).

O conhecimento teórico como condição qualitativa da prática dos sujeitos não representa o alcance da transitividade do homem comum e corrente para o homem da atividade consciente objetiva. É preciso ir mais além do que somente se apropriar de conhecimentos úteis para o trabalho imediato. O homem da práxis revolucionária vê o problema para além das suas manifestações fáticas. Mergulha na reflexão da estrutura que sustenta essa política de relação entre a produção e a ciência, a qual gera, na sociedade, a necessidade da capacitação da força produtiva via conhecimentos científicos para fins produtivos, primando pelo desenvolvimento do capital em detrimento do bem estar social da classe que produz.

Outra dificuldade encontrada, no processo de comercialização da cooperativa, refere-se ao capital de giro que ainda não é suficiente para garantir pelo menos uma

parte do valor da produção para o produtor. Conforme relata o diretor comercial da CART, Antônio Dias (2011):

Hoje a gente tem dificuldade do capital de giro pra manter a produção da cidade. Se você procurar nas cooperativas quase todas têm dificuldades em relação a isto. Então o que a gente faz com a Natura, a gente tem tipo assim um pré-contrato, que a gente faz com a Natura; então tudo a gente planeja; safra e o volume que a gente têm e o valor desse volume que a gente têm. E a Natura deposita 30% desse valor pra cooperativa ir garantindo a compra desse produto até entregar pra Natura. O que a gente faz com o agricultor: a gente recebe o produto e paga uma parte e espera a empresa depositar entre 10 a 15 dias os outros 70% pra gente passar para os agricultores.

Essas negociações informais quando cumpridas podem dá certo. Haja vista, que podem contribuir para afastar os atravessadores ou comerciantes que se aproveitam da fragilidade financeira da sociedade cooperativa para negociar a preços baixos a produção agrícola e em consequência disto negociam diretamente com as empresas de beneficiamento, neste caso, a Natura.

Maia (1985) ao estudar duas cooperativas artesanais, uma em Alagoas e outra no Rio Grande do Norte, relata que:

O associado tem na cooperativa um lugar garantido para entregar sua produção, vendendo seu produto diretamente, pelo custo real, e recebendo o pagamento contraentrega. Assim poderá livrar-se da ação do atravessador, que visa adquirir os produtos a baixo custo, além de manter o artesão produtor sob várias formas de dominação. Ademais destes aspectos, que vêm possibilitar o aumento da renda, o usufruto direto do trabalho, a cooperativa é uma sociedade cujos donos são os próprios produtores, autogerida por um grupo de seus representantes, eliminando a relação empregado/empregador e outros mecanismos de dominação. Ao mesmo tempo, o artesão associado, aliado a seus companheiros, terá oportunidade de debater e tomar posições que dizem respeito a sua vida, reivindicar suas pretensões e pressionar os poderes públicos em vista aos objetivos pretendidos (p. 23)

Diante disso, é possível perceber que o cooperativismo não é só uma alternativa para a questão econômica dos associados, mas se constitui, em parte, como um instrumento de reivindicação política às formas de subordinação do trabalho humano e às condições sociais e culturais dos trabalhadores. Neste sentido, a cooperativa, como resultado da atividade consciente objetiva, promove a elevação da atividade cognoscitiva e teleológica dos associados, uma vez que diariamente os põe em confronto com a realidade concreta e com as situações nela

existentes. Estimular assim a capacidade de reflexão e de criação de medidas para a superação da hostilidade dos fenômenos sociais capitalistas.

Outro problema enfrentado pela CART refere-se à atualização do estatuto, pois algumas normas aprovadas na primeira assembléia geral em 1995 encontram-se defasadas. Destacam-se algumas como: a entrega da produção; a entrada de novos sócios; tempo do mandato da diretoria.

Em relação às obrigações do sócio com a entrega de produção seu Nazareno Damasceno (2011) destaca que:

Naquele estatuto velho, ele tinha que entregar 100% da produção dele. Por aí já dava pra ver que já está errado; se tu tem 100 rasas de açaí na tua produção, tu não vai poder consumir, porque são 100 rasas. Se no teu plantio tu tem 100 rasas, tem que haver uma mudança aí; que tu possa ter a obrigação de entregar 50% da tua produção, outros 50%, uma parte, vai ficar no teu consumo; se tu quiser vender pro outro, tu vende, senão a cooperativa pega tudo.

Os ajustes no estatuto podem corrigir problemas relacionados à obrigatoriedade dos associados. No exemplo acima, o atual estatuto privilegia a venda comercial em detrimento do consumo do próprio agricultor. Para a cooperativa vender é necessário, mas somente o excedente da produção, principalmente quando se trata de gêneros alimentícios.

Como a cooperativa já comercializou vários tipos de produtos e cada produto tinha também um grupo de sócios que os fornecia, quando chegou na comercialização das sementes para a Natura, muitos sócios ficaram de fora do negócio e outros continuaram. O que se sabe é que muitos saíram da cooperativa, outros estão inativos. Neste sentido, seu Nazareno Damasceno (2011) relata que:

[...] hoje nós estamos trabalhando com uma base de setenta a oito famílias, não dá 50% dessas famílias que são sócios da cooperativa, então nós estamos fazendo um recadastramento pra ver: quem são os sócios que vão continuar na cooperativa? e esses que estão trabalhando quantos trabalhadores são? E vamos tentar associar eles, pra eles serem sócios da cooperativa.

É comum ocorrer na CART a inatividade de um grupo de sócios, isto ocorre quando a cooperativa não consegue encontrar uma cadeia produtiva para determinado produto. Por exemplo, em 2006, a CART vendia açaí para a SAMBAZON então naquele período os sócios do açaí estavam ativos, mas outros

que tinham muruci, caju, acerola encontravam-se inativos e quando a cooperativa passou a vender as sementes oleaginosas um grupo entrou em atividade, o outro saiu. Devido a essas questões, atualmente, está ocorrendo o recadastramento dos sócios da cooperativa para que se possa saber quantos sócios estão ativos e quantos vão entrar em atividade na comercialização das sementes com a NATURA.

Esse fato indica que o fator econômico é a matriz do funcionamento da cooperativa: sem a comercialização, a cooperativa torna-se sem efeito prático. Nesse sentido a cooperativa torna-se dependente das relações comerciais numa cadeia produtiva, ao mesmo tempo em que concorre com outras cooperativas nesta mesma cadeia. De certa forma, a concorrência contribui para essa inatividade interna, uma vez que quando uma consegue entrar e abastecer o mercado; as outras que produzem o mesmo produto não conseguem, pois a procura diminui inviabilizando a comercialização, refletir na inatividade. Este fato na visão de Pinho (1965) é um exemplo de que “o cooperativismo nem sempre elimina a concorrência, pois, na prática, algumas cooperativas disputam o mercado lutando tanto contra o comércio privado como entre si mesmas (p. 88, grifos do autor)”. A inatividade não é uma situação de desemprego, mas uma situação que obriga o agricultor a buscar outros mercados e a ampliar seus cultivares.

A CART, atualmente, trabalha com semente, mas já teve oportunidade de trabalhar com o cacau, exportando para uma das maiores empresas de fabricação de chocolate da Europa, a BARRY CALLEBAUT⁵⁸. A negociação começou por intermédio de uma feira na Alemanha. Na ocasião a cooperativa fez a secagem do cacau, o qual foi analisado pela CEPLAC e classificado como cacau tipo 1; em seguida, enviado para a feira na Alemanha. A empresa certamente conheceu o produto nesta feira e decidiu comprar da cooperativa, pois queriam lançar o chocolate orgânico da Amazônia. Uma das questões que interferiram na negociação foi a quantidade exigida da semente pela empresa. Segundo seu Nazareno Damasceno (2011):

⁵⁸ BARRY CALLEBAUT é uma das maiores fabricantes de chocolate do mundo. Ela foi criada em 1996 através da fusão da empresa belga de chocolate produtor Callebaut e a empresa francesa Cacao Barry. Hoje é baseada em Zurique, Suíça, e opera em 26 países em todo o mundo. Disponível em: <<http://www.barry-callebaut.com/perfil>>. Acesso em: 06 jan. 2012.

[...] ela queria que nós fornecêssemos 45 toneladas para ela de cacau e não é muita coisa no nosso município para o tanto de cacau que tem; e nós voltamos com os produtores que fizeram o curso e com vários agricultores e nós conseguimos 1 tonelada; então o que é que falta para a comercialização, para gente ter uma comercialização justa para os agricultores, é qualidade de produção. Ter produção tem, falta a qualidade nela e o incentivo para que esse produtor possa dar qualidade nesse produto. Eles pediram 15 toneladas por entrega; naquele momento o cacau aqui no mercado dava 5 reais o kg, eles pagariam 7 reais no quilo do cacau orgânico e daria mais 300 dólares por tonelada entregue. Naquele momento, o dólar estava 2 reais. Se nós tivéssemos a quantidade de produtores que tivesse o produto organizado, até hoje acredito que nós estávamos trabalhando com eles, com o cacau. Nós não conseguimos porque quando a empresa vem procurar o produto, ela não quer cinquenta quilos, cem quilos, ela quer de toneladas pra frente.

Esse fato é um indicativo que a qualidade, associada a uma política de comercialização, pode provocar o desenvolvimento dos negócios da cooperativa. Mas demonstra também que a CART tem dificuldades de manter um contrato de venda com uma empresa de alcance mundial. Nota-se, neste estudo, que é comum a tentativa de comercialização das empresas multinacionais com cooperativas de países em desenvolvimento. Para o DEESE (2011) isso ocorre porque há uma relação de poder na cadeia produtiva, a qual traz resultados favoráveis às multinacionais.

O exercício desse poder leva empresas subcontratadas a produzir bens e/ou serviços de baixo valor agregado com baixo nível de concepção e escassa informação de mercado. No caso brasileiro, essa assimetria é muito acentuada, o que faz com que, muitas vezes, os efeitos positivos observados na cadeia se concentrem nas empresas do elo principal e tendam a se anular nos sucessivos elos da cadeia. Essas particularidades são acompanhadas de um processo de precarização do trabalho ao longo das cadeias, envolvendo aspectos como gênero, baixa remuneração, informalidade, ilegalidade na contratação e baixos níveis de qualificação. A situação é agravada pela diminuição do trabalho nos setores de maior dinamismo da cadeia e aumento naqueles mais precários. (DEESE, 2011, p. 16)

Com essa situação, as empresas multinacionais conseguem acumular ainda mais o capital investido, uma vez que exigem das subcontratadas (cooperativas) somente a qualidade mínima e quantidade do produto (matéria-prima), sendo que o custo, relacionado à qualificação do trabalho humano, fica a cargo das subcontratadas; no caso das cooperativas, recebem auxílio do terceiro setor. As empresas de grande porte não se preocupam com a questão social dos trabalhadores de uma cadeia produtiva, pois seus objetivos resumem-se na

obtenção do lucro a partir da compra de produtos abaixo do custo de produção. Neste sentido, Schneider (1981) afirma que:

[...] a dialética da interação entre o movimento cooperativista e as forças propulsoras do capitalismo não só frustraram a proposta de transformação da sociedade, como possibilitaram a incorporação do cooperativismo na própria dinâmica da expansão do capital, enquanto elemento de complementação à economia de mercado (p. 11).

Essa questão demonstra a negação do metabolismo revolucionário do movimento cooperativista e o coloca como elemento reacionário de complemento da força do capital. O homem comum e corrente não percebe este fenômeno de alienação pela subsunção formal do trabalho, embora as cooperativas em uma formação social capitalista não consigam sair dos tentáculos deste sistema. Vale ressaltar que a alienação é um estado social e não uma determinação natural ou sobrenatural. Portanto, o cooperativismo enquanto conteúdo ideal que se materializa na objetividade concreta, (cooperativa) proporciona também aos associados a possibilidade do reconhecimento dessas forças subordinadoras. O movimento dialético não é pulverizado no espaço coletivo, muito pelo contrário, enriquece e possibilita a ascensão da atividade consciente objetiva.

O homem no contexto da cooperativa, conscientiza-se da existência de problemas internos e externos; estes por sua vez, são internalizados e transformados em conteúdo da consciência (signos) e pela atividade cognoscitiva são estruturados e classificados, ou seja, compreendidos em suas dimensões abstratas. Daí em diante são elaboradas medidas, ainda no plano ideal, para a superação do problema real, mas que exigem de quem a elaborou atuação prática. Porém, o processo de decodificação da realidade concreta pode ser comprometido quando os sujeitos se apropriam do conteúdo ideológico da representação da aparência. Neste caso, o fenômeno ou o fato social é observado somente pelo seu conteúdo imediato. Na prática, isto causa efeitos na execução da atividade teleológica culminando numa práxis utilitária, a qual não produz transformações radicais no movimento objetivo da estrutura econômica e superestrutura política e ideológica do capitalismo.

6.2.6 As Expectativas dos Trabalhadores e os Rumos da CART

Como já se viu uma das características da atividade humana é pensar antes de realizar, ou seja, o trabalho humano não se dá fora das condições intelectuais: a ação sobre o meio é testada antes mesmo da ação real. Por isso que o conhecimento das nossas intenções é importante, uma vez que ela poderá determinar as nossas ações, nossos atos, nossos costumes, nossas formas de relações presentes e futuras. Mas, acredita-se que as intenções não são manifestações subjetivas e idealistas, elas constituem a partir da relação com a objetividade e também é por ela influenciada.

Para se perceber como isso ocorre na prática da cooperativa, é necessário que se conheça as expectativas futuras, os objetivos, as metas a serem alcançadas. O conteúdo das intenções futuras tem conectividade com a realidade objetiva; não está separado pelo tempo passado, presente, futuro, mas construído historicamente no conjunto das relações sociais. As intenções dos trabalhadores no interior da CART determinam sua ação presente e apontam necessidades futuras. Cabe aqui se analisar se estão associadas a uma práxis utilitária ou revolucionária.

A projeção futura intencional da atividade da cooperativa pode ser analisada a partir de sua atuação histórica, pois essa se materializa quase sempre precedida da elaboração de um planejamento anual, o qual determina a prática da organização coletiva.

Todo o começo de ano, a gente faz um planejamento, não chega ser bem estratégico; nós temos um plano de ação trabalhado em reunião, com metas bem curtas. Geralmente, a gente fazia um planejamento bastante extenso, acabava que a gente não conseguia atingir todas as metas, entendeu? (ANTÔNIO DIAS, 2011)

É importante conhecer qual o sentido que conduz esse planejamento, a que interesses se refere, para assim se identificar o perfil da práxis dos trabalhadores.

Vázquez (2007) afirma que:

Esse modo de articulação e determinação dos diferentes atos do processo ativo distingue radicalmente a atividade especificamente humana de qualquer outra que se encontre em um nível meramente natural. Essa atividade implica a intervenção da consciência, graças à qual o resultado existe duas vezes – e em tempos distintos: como resultado ideal e como produto real. O resultado real, que se quer obter, existe primeiro idealmente,

como mero produto da consciência, e os diferentes atos do processo se articulam ou estruturam de acordo com o resultado que se dá primeiro no tempo, isto é, o resultado ideal. Em virtude dessa antecipação do resultado real que se deseja obter, a atividade propriamente humana tem um caráter consciente. Sua característica é que, por mais que o resultado real diste do ideal, trata-se, em todo caso, de adequar intencionalmente o primeiro ao segundo. Isso não significa que o resultado obtido tenha de ser necessariamente uma mera duplicação real de um modelo ideal preexistente. Não; a adequação não tem por que ser perfeita. Pode assemelhar-se pouco, e ou mesmo nada, ao fim original, já que este sofre mudança, às vezes radicais, no processo de sua realização. Desse modo, para que se possa falar de atividade humana é preciso que se formule nela um resultado do ideal, ou fim a cumprir, como ponto de partida, e uma intenção de adequação, independentemente de como se plasme, definitivamente, o modelo ideal originário (p. 221).

Embora o planejamento ocorra, isso não quer dizer que o que foi planejado será alcançado na prática como uma cópia fiel ao momento ideal. Os interesses almejados idealmente concorrem com os múltiplos interesses ou fatos da realidade objetiva. Por exemplo, se uma cooperativa pretende vender 20 toneladas de frutas durante o ano a um preço “x”, esta meta pode ser alcançada ou não, pois a compra não depende das forças internas da cooperativa, mas sim da procura do produto pelo mercado, bem como as condições ambientais que podem alterar a produtividade e o preço do produto; além da concorrência com outras cooperativas.

Durante a execução da pesquisa, constatou-se que a natureza do planejamento das atividades da CART teve por finalidade a elaboração de metas para “comercialização; volume; formação; quantas oficinas de segurança no trabalho a gente ia fazer para os agricultores⁵⁹”. Algumas dessas oficinas, como já se sabe, foram com as parceiras comerciais ou de assessoria. Em 2011, a cooperativa traçou algumas metas relacionadas à comercialização como destaca seu Nazareno Damasceno (2011):

Na verdade a nossa meta em 2011 foi a nossa comercialização com as sementes oleaginosas. Então nós tínhamos uma meta de chegar a vinte toneladas de sementes; nós chegamos bem próximo da meta; nós não conseguimos atingir o que nós queríamos, mas nós chegamos a 18 toneladas de sementes. Então quase nós conseguimos alcançar a meta nossa.

⁵⁹ Antônio Marques Portilho Dias (2011).

É possível notar que os objetivos da cooperativa em questão são dois: a formação dos associados no sentido do desenvolvimento da produtividade e a comercialização para a obtenção de lucro:

[...] tanto que na cooperativa o importante não é só comercializar, e sim incentivar o produtor pra que ele possa ter um lucro a mais, uma margem de lucro melhor. Porque se nós fossemos agir como o atravessador que só quer saber do produto; não quer saber se tu estas passando bem, como está tua produção, se tu vai ter produção ou não. Fica meio difícil para a cooperativa porque não é esse o papel da cooperativa. O papel da cooperativa já diz cooperar, então nós temos que fazer essa cooperação com todos. Formação? Nós temos trabalhado a questão de incentivar o próprio agricultor a mudar daquele ritmo que está vindo; querer trabalhar só com o açaí, não. Vamos trabalhar com outras culturas também pra poder ter quem incentive (NAZARENO DAMASCENO, 2011).

Nota-se que a monocultura é um dos problemas que a cooperativa tenta resolver e para isso formula metas referente à formação técnica do agricultor. Daí a importância de se ensinar o plantio consorciado⁶⁰, uma vez que isto gera maior mobilidade comercial a este agricultor.

Segundo Silva (1992):

O que se observa, com efeito, é uma permanente tensão entre uma tendência coletivizante – a cooperativa faz uma interpelação para o esforço coletivo na obtenção de bens e serviços que sejam de interesse comum – e a pressão exercida no sentido de adstringir as cooperativas aos contornos da chamada economia de mercado, que se caracteriza pela perspectiva do lucro, pelo individualismo, pela competitividade e pela acumulação e expansão do capital (p. 62)

Dessa forma é possível perceber que as metas da cooperativa estudada acompanham as exigências da (s) parceira (s) comercial (ais) haja vista que em seu planejamento estão contidos itens como a quantidade do produto a ser fornecida anualmente; a exigência da qualificação do trabalhador para que este possa introduzir técnicas de plantio consorciado; e produção de matéria-prima com melhor qualidade. É dessa forma que o quadro de dominação econômica e social se expande, consubstanciando-se na realização dos interesses comerciais externos no conteúdo dos interesses internos da cooperativa, produzindo com isso uma prática de interesse de segunda ordem para os associados. Isso se caracteriza como uma

⁶⁰ O plantio consorciado se caracteriza por ser um sistema que congrega numa área de plantio mais de um cultivar.

forma de subsunção formal que se desenvolve no interior da cooperativa e não se mostra plenamente para o trabalhador, pois ao se falar de planejamento ele (o associado) pode ser levado a pensar na atividade que organiza e traz benefício somente para a sua instituição, porém não percebem, na imediatez, que algumas metas fazem parte das exigências do mercado, às quais as instituições subcontratadas precisam se ajustar. É neste sentido que a atividade cognoscitiva e teleológica dos trabalhadores pode estar relacionada à práxis utilitária, ou seja, são os fins aos quais esta se propõe que determinam a ação prática dos trabalhadores. Mas vale reiterar que a práxis utilitária produz os meios materiais para a ascensão do homem comum e corrente para o homem da práxis revolucionária. E isso se dá a partir da materialidade, ou melhor, da realidade objetiva gerada pela práxis utilitária, a qual não se expressa somente pelas dimensões concretas (aparência), mas também pelas dimensões abstratas (essência) contidas no objeto ou fenômeno social. É dessa forma que as funções psicológicas superiores (VYGOTSKY, 1998a; 1998b) tem na dialética homem e natureza, homem e sociedade, o mecanismo de negação e superação das contradições da totalidade concreta dos fenômenos sociais. Ou seja, homem cria a realidade social e esta por sua vez, o humaniza dialeticamente, produzindo sua elevação psicológica, cultural, social, econômica, política, ideológica etc. É nesse sentido que a educação seja ela formal, não-formal ou informal, independentemente dos interesses que a submete, potencializa as funções psicológicas superiores: atividade cognoscitiva e teleológica proporcionando qualitativamente a emergência do sujeito da práxis revolucionária.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a dinâmica da formação do trabalhador no contexto da Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina, sediada no município de Cametá, estado do Pará. Como base para a reflexão dos dados empíricos, este estudo considerou a formação do trabalhador a partir de dois aspectos: atividade cognoscitiva e teleológica. Deste modo, buscou-se responder às seguintes questões: de que forma a cooperativa, como realidade objetiva, pode se apresentar ao trabalhador como um instrumento da contradição, ou seja, como a objetividade criada pelos trabalhadores forja a práxis dos mesmos? Como a objetividade criada se relaciona com a estrutura econômica e superestrutura política e ideológica? E como essa relação reflete na práxis do trabalhador organizado em cooperativa?

Diante disso, constatou-se que em grande medida os associados acabam minimizando o papel da CART somente a instância econômica. Vale ressaltar que não se pode desprezar o valor desta instância para a sobrevivência física dos trabalhadores, porém é preciso que estes sujeitos associados percebam que a via econômica não se faz deslocada das questões políticas e ideológicas. No entanto, o que se viu em relação aos trabalhos da CART, foi diversos enfrentamentos nas questões relacionadas à comercialização da produção, formação e participação dos trabalhadores/associados. Estas questões nos revelaram que a práxis dos trabalhadores, no interior da cooperativa, forja-se a partir das diversas situações vividas pelo coletivo, seja de natureza econômica, política, técnica, ou científica. A práxis não é uma atividade consciente dada naturalmente, mas sim construída no conjunto das relações de produção empreendida pela cooperativa. Vale ressaltar que a práxis é uma atividade humana e, antes mesmo dos trabalhadores estarem organizados na CART, esta atividade já existia mediando as relações sociais e individuais do homem com o mundo e consigo mesmo.

Diante desse quadro, o estudo da Práxis dos Trabalhadores da CART revelou que esta instituição é o espaço onde ocorrem: a relação de produção, a disputa dos interesses de classes, a subordinação do trabalho coletivo ao capital. Esta situação por sua vez produz contradições sociais históricas que mantém na realidade

concreta uma sociedade dividida em classes. Desse modo, a disputa entre dominantes e dominados não se esgota com a criação do cooperativismo, mas este possibilita ao trabalhador/associado o movimento dialético de sua práxis com a realidade social.

Constatou-se também, que na CART ocorre a sobreposição dos interesses externos (interesses do Capital) aos interesses internos (interesses dos trabalhadores). Os efeitos da sobreposição são mais sentidos quando lançados diretamente no percurso da atividade produtiva humana, materializados nos conteúdos das diversas áreas do conhecimento como a política, a técnica, a ciência, os valores e atitudes, visando atingir a qualidade produtiva e o desenvolvimento econômico.

Os interesses externos materializam-se na CART pelo condicionamento da formação empreendida pelas ONGs, as quais fornecem uma formação restrita ao processo produtivo (assistência técnica e comercial). Ocorre, também, pelo condicionamento do planejamento anual da CART que obedece às exigências das parceiras comerciais (qualidade e quantidade e o tipo de produto que irá fornecer). Esses interesses externos condicionam a práxis dos trabalhadores, os quais se ocupam diariamente com problemas imediatos relacionados ao ajustamento interno da cooperativa devido essas exigências externas. Esse fato contribui para o desenvolvimento e reprodução da práxis utilitária, a qual se caracteriza por não proporcionar ao homem a compreensão das coisas e da realidade (KOSIK, 1976). No entanto, a práxis utilitária no percurso histórico produz objetivamente a sua contradição. Isso, porque, ela não se constitui simplesmente como um saber prático, mas se sustenta pela realização concreta; o que a torna elemento das relações econômicas e sociais. Assim, ela oportuniza ao trabalhador/associado um “novo” movimento dialético. Possibilitando, pela atividade cognoscitiva do sujeito, a apreensão da contradição a partir dessa realidade concreta; o que poderá refletir na qualidade da elaboração, ainda que no plano ideal, da atividade teleológica, caracterizada pela exigência prática.

A práxis constitui-se e se eleva através da análise do real, seguida da elaboração no plano ideal das estruturas que servirão de base, no plano real, para a negação de tais interesses. A forma contraditória necessita ter propriedades que a tornem realizável no plano da realidade concreta. Sua ação não pode se limitar a

realização em curto prazo, ou simplesmente, como uma atividade econômica que auxilie na estrutura global da economia, tornando o interesse em questão apenas como práxis utilitária. Mas do que isso, a práxis revolucionária interfere no desenvolvimento da estrutura econômica e nas ações das superestruturas política e ideológica das classes dominantes, com o intuito de superá-las, implementando uma nova ordem social.

Diante disso, considera-se também que sem a educação (aprendizagem sistemática dos conceitos) e uma instituição que represente os interesses da classe dos trabalhadores, a práxis revolucionária não se desenvolve; e muito menos representará a negação de uma formação social capitalista: a primeira por desenvolver a capacidade de negação da atividade cognoscitiva e teleológica dos trabalhadores e a segunda, por possibilitar aos sujeitos no movimento das relações de produção a compreensão e a transformação da objetividade concreta.

Portanto, a Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina pode ser considerada como o embrião de um espaço que proporciona dialeticamente a ascensão do homem comum e corrente para o homem da práxis revolucionária. Desse modo, o presente trabalho constituiu-se num esforço de síntese na perspectiva de entender o papel das cooperativas na organização dos trabalhadores. O estudo permitiu compreender, de forma preliminar, que a cooperativa se apresenta como um espaço de articulação entre a superestrutura política e a estrutura econômica, possibilitando assim, dialeticamente aos trabalhadores, de modo particular, em buscar caminhos que a princípio extrapolam a lógica do mercado capitalista. Em outras palavras, a cooperativa é um instrumento utilizado pelo capital. Todavia, ela permite um questionamento importante da lógica deste mesmo capital; o que se constatou quando se colocou a cooperativa na perspectiva da Práxis.

Espera-se que este trabalho possa contribuir no sentido de os trabalhadores e a comunidade acadêmica entenderem a importância do cooperativismo e, conseqüentemente, do papel dos sujeitos na luta pela transformação social.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1997

BASA. Banco da Amazônia. Disponível em: <<http://www.basa.com.br/bancoamazonia2/fno.asp>>. Acesso em: 03 dez. 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BRASIL, Governo Federal. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo de 2007.

BRASIL, Governo Estadual. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins (resumo). Região de Integração Tocantins. Consultoria Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, s/a.

CHAKHNAZÁROV, g. & KRÁSSINE, Lú. **Fundamentos do Marxismo-Leninismo**. Moscou, URSS: Progresso, s/d.

COOP-SP. **A História do cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.coop-sp.com.br/Sobre-a-Coop/Historia-Cooperativismo.aspx>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DAMASCENO, Nazareno Gonçalves. **Entrevista concedida pelo Diretor da Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina**. Cametá, 12 dez. 2011.

DIAS, Antônio Marques Portilho. **Entrevista concedida pelo Diretor Comercial da Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina**. Cametá, 28 nov. 2011.

DIEESE. **Como conhecer o mercado de trabalho em uma cadeia produtiva ou em um arranjo produtivo local** / DIEESE. – São Paulo: DIEESE, 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BAB2F4D8C4695/Prod04_2005.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2011

FONTANA, Roseli A. Cação. **Mediação pedagógica na sala de aula**. 4ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. – (coleção contemporânea)

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Extensão ou comunicação?** 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Política e educação**. 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. IN: **Metodologia da pesquisa educacional** – 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Educação e crise do capitalismo real**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. Educação, trabalho e lutas sociais. In: **Cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 2ª Ed. São Paulo; Cortez, 2001.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6. ed. São Paulo: Civilização brasileira, 1988.

HOLYOAKE, George Jacob. **Os 28 tecelões de Rochdale**. 5ª ed. Porto Alegre: WS Editor, 2001.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?**. 25ª ed. Brasiliense, s/a.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto** – Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da psicanálise**. 4ª ed. – São Paulo: Martins Fonte, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. – Tradução de Carlos Nelson Coutinho – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE COOPERATIVISMO – Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

MACHADO, Lucília R. de Souza. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In **Trabalho e Educação**. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.

MAIA, Isa. **Cooperativa e prática democrática**. São Paulo: Cortez, 1985.

MANDEL, Ernest. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 1. tomo, vol. 1, São Paulo: Nova Cultura, 1996a.

_____. **O capital: crítica da economia política**. 2. tomo, vol. 2, São Paulo: Nova Cultura, 1996b.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ª ed. Avante Sarl: Lisboa, 1975.

MÈSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NEVES, M. de Almeida. Mudanças Tecnológicas e Organizacionais e os impactos sobre o Trabalho e a qualificação profissional. In **Trabalho e Educação**. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 6ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

PINHO, Diva Benevides. **A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalista e Socialista: suas modificações e sua utilidade**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1965

PINTO, A. M. Rezende. Pessoas inteligentes trabalhando com máquinas ou máquinas inteligentes substituindo o trabalho humano? IN: **Trabalho e Educação**. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.

PIRES, Maria Luiz e Silva [et al.]. **Cenário e tendências do cooperativismo brasileiro**. Recife: Bagaço, 2004.

POULANTZAS, Nicolas. **Poder político e classes sociais**. 2ª Ed. – São Paulo: Martins Fonte, 1986.

PRADO, Roberto Henrique do; WATANABE, Flávio. Políticas de Crédito para a Agricultura Familiar. Série Políticas Públicas. Volume 3. Produzido com base na pesquisa: **Políticas Agrárias e Ambientais na Amazônia Oriental Impactos e participação da sociedade civil**, 2004. Disponível em: <<http://www.nrsp.org/database/documents/1713.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2011.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan/abr. 2007.

_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica** – São Paulo: Cortez editora: autores associados, 1986.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo Agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. IN: **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1981.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia** – São Paulo: EPU, 1986.

SILVA, Ademir Alves da. **Política Social e cooperativas habitacionais**. São Paulo: Cortez, 1992.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, José dos S. **Trabalho, Educação e Sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas, SP: autores associados, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Social: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de ciencias sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão popular, Brasil, 2007.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação Social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fonte, 1998a. – (Psicologia e Pedagogia).

_____. **Pensamento e Linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fonte, 1998b.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE PESQUISA NA COOPERATIVA AGRÍCOLA RESISTÊNCIA TOCANTINA – CART

1) DIMENSÃO DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA

Pretende-se conhecer os motivos que levaram a criação da cooperativa em Cametá, a leitura de mundo que os trabalhadores associados fizeram a respeito da economia local e suas necessidades materiais de existência. Busca-se também conhecer a política interna da cooperativa e a que fins pretende alcançar. A percepção do valor político, econômico e ideológico da cooperativa para os associados. De que maneira os associados estão compreendendo a atual relação da cooperativa com a questão econômica e política local e nacional.

2) DIMENSÃO DA ATIVIDADE TELEOLÓGICA

Pretende-se buscar a partir do pensado as criações materiais ou as ações concretas realizadas pelos trabalhadores. Isto vai desde as ações internas realizados pelos cooperados quanto às realizações externas a cooperativa envolvendo a mobilidade econômica local e exigências de políticas públicas para o setor e os fins que buscam alcançar.

a) HISTÓRIA DA COOPERATIVA

1. Quando a cooperativa foi criada?
2. Quantos membros tinha e quantos têm ativos atualmente?
3. Onde se localizava no início de sua criação e onde esta localizada?
4. Tem prédio próprio?
5. Quantos associados iniciaram o processo de cooperação e quantos existem hoje?
6. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores antes da criação da cooperativa?
7. Como foi organizado o processo de criação da cooperativa? Obtiveram ajuda de alguma outra instituição?
8. Por que se optou pela criação de uma cooperativa ao invés que outro tipo de organização dos trabalhadores?

9. No início da formação cooperativa, quais os principais dificuldades enfrentadas a nível político: na mobilização dos trabalhadores; a nível econômico: na venda dos produtos; a nível jurídico: no tentativa de legitimar formalmente a instituição?
10. Atualmente, quais as maiores dificuldades dos associados da cooperativa?

ENTREVISTA COM OS ASSOCIADOS

1. Qual o seu nome?
2. Casado ou solteiro?
3. Pode nos fornecer sua idade?
4. Em que localidade você mora? A quanto tempo?
5. Qual era a atividade dos seus pais?
6. Sua família é composta por quantos membros?
7. Quantos filhos você tem?
8. Quantos trabalham com você? E qual a idade deles?
9. Estão estudando? Sabe me informar a série/ano de formação escolar deles?
10. Em que ano você se associou a CART?
11. O que você fornece a cooperativa em que quantia, quanto e quando recebe?
12. Quem trabalha com você na coleta dos produtos?
13. Por que você optou em se associar a cooperativa?
14. Que resultado a cooperativa trouxe para seu trabalho e para a sua vida?
15. Quais os principais problemas que você enfrentava ou enfrenta para comercializar o seu produto?
16. Entre vender um produto no mercado local e entregar a cooperativa qual dessas atividades é mais fácil pra você? Por que?
17. Antes de está associado que tipo de produto você vendia, e quais atualmente vende?
18. De que maneira você participa internamente na cooperativa?
19. Quais as principais decisões já tomadas na cooperativa?

a) **FORMAÇÃO DOS ASSOCIADOS**

1. Para fornecer os produtos a cooperativa é necessário que os associados tenha certo tipo de preparação ou formação?
2. É exigido que tipo de qualidade dos produtos vendidos pela cooperativa?
3. Como isso é tratado com os trabalhadores?
4. É agregado algum valor a mais aos produtos com boa qualidade?
5. Existe algum instituição parceira que contribui com a cooperativa no sentido da formação dos associados?
6. Se existe como ela vem trabalhando, quais os temas trabalhados?

ENTREVISTA COM OS ASSOCIADOS

7. Em relação aos produtos comercializados pela cooperativa quais são as exigências em relação a qualidade desse produto?
8. Você recebeu algum tipo de formação para atividade que realiza, seja ela por meio da cooperativa ou por uma política externa a cooperativa?
9. Até que série você estudou?

C) ASPECTOS ECONÔMICOS

1. Quais as maiores dificuldades encontradas no mercado local em relação a venda dos seus produtos?
2. Para quem a cooperativa vendia os produtos no início de sua criação e atualmente para quem vende?
3. Quem estabelece o preço do produto é que compra ou quem vende?
4. Se for quem vende, como é que vocês elaboram esta tabela de preço?

ENTREVISTA COM OS ASSOCIADOS

5. O que você vendia e como vendia antes de se associar a cooperativa?
6. O que motivou sua entrada na cooperativa?
7. De que maneira você é orientado para fornecer a mercadoria para a cooperativa?
8. Você faz uso de transporte para se locomover e para entregar a mercadoria? Qual?

9. Em termos de comercialização o mercado local consegue absorver toda a sua produção?
10. O que mudou quando você passou a vender seus produtos via cooperativa? O que conseguiu comprar? O que você ganha tem contribuído para a manutenção da família em que sentido?
11. Você acredita que seu aspecto financeiro melhorou após a associação na cooperativa? Se melhorou ou não comente em que?
12. Pra você o que falta ainda melhorar na organização e administração da cooperativa em relação a compra e venda, valor, transporte do produto?
13. Como resultado do trabalho realizado via cooperativa o que você já conseguiu realizar em termos materiais, em relação a compra de produtos para a casa, para o trabalho etc.?

D) ASPECTOS POLÍTICOS

1. De que forma os associados participam das decisões da cooperativa?
2. Como os conflitos de idéias são resolvidos?
3. Como os associados são mobilizados a participarem das assembleias?
4. O que geralmente está em pauta nas assembleias?
5. Qual foi a ultima decisão tomada e em que consistia?
6. Quem auxilia vocês na elaboração do estatuto?
7. Qual a discordância em relação ao que está instituído na lei 5.764/71?
8. Existe uma lei mais atual ou reformulações sobre a mesma?
9. Se existe quais os pontos negativos e positivos da atual lei?

ENTREVISTA COM OS ASSOCIADOS

10. Você participa das reuniões em assembleia?
11. Como os administradores convocam vocês para uma reunião extraordinária?
12. Quem elabora o assunto a ser tema da reunião?
13. Geralmente as reuniões servem para decidir o quê?
14. Você gosta de participar das reuniões? Por que?
15. Você se sente parte da cooperativa?

16. As reuniões costumam ter um número significativo de associados?
17. Existe algum tipo de conflito nas reuniões? De que ordem? Ou referente a que geralmente?
18. Você percebe no interior da cooperativa a defesa de interesses de certos grupos isolados? De que forma?

E) ASPECTOS IDEOLÓGICOS

1. O que a cooperativa ou o cooperativismo representa para os trabalhadores?
2. O cooperativismo tem sido compreendido como uma iniciativa democrática. De que maneira isso fortalece esse tipo de iniciativa?
3. É possível compreender a cooperativa como uma organização independente no sentido dos trabalhadores serem ao mesmo tempo patrões e empregados? E como se dá este aspecto no interior dessa cooperativa (CART)?
4. O cooperativismo faz a diferença na vida dos trabalhadores? Em que sentido?
5. Que metas foram ou ainda necessitam ser alcançadas pela cooperativa?

APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu, abaixo firmado e identificado, autorizo, graciosamente, o aluno (a) _____, portador (a) do RG _____ e CPF _____, a utilizar minha entrevista, a ser veiculada, primariamente, no material em texto desenvolvido como dissertação de mestrado, ou ainda destinadas à inclusão em outros projetos educativos, organizados e/ou licenciados pela **Universidade Federal do Pará/UFPA**, sem limitação de tempo ou de número de exposições.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a entrevista concedida no dia ____/____/____, pelo aluno (a) e UFPA, da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD ("compact disc"), CD ROM, CD-I ("compact-disc" interativo), "home video", DAT ("digital audio tape"), DVD ("digital video disc"), rádio, radiodifusão, televisão aberta, fechada e por assinatura, bem como sua disseminação via Internet, independentemente do processo de transporte de sinal e suporte material que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exposições, no Brasil e/ou no exterior, através de qualquer processo de transporte de sinal ou suporte material existente, ainda que não disponível em território nacional, sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual organizada e de titularidade exclusiva da UFPA, conforme expresso na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor da série de que trata o presente, o aluno (a) e a UFPA poderá dispor livremente da mesma, para toda e qualquer modalidade de utilização, por si ou por terceiros por ela autorizados para tais fins. Para tanto, poderá, a seu único e exclusivo critério, licenciar e/ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, no Brasil e/ou no exterior, a título gratuito ou oneroso, seus direitos sobre a mesma, não cabendo a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Cametá/PA, ____ de _____ 2012.

Assinatura: _____

Nome: _____

End.: _____

CPF: _____